

CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS

UM OLHAR SOBRE
O NORTE DO AMAPÁ

VOLUME II



Alexandre Luiz Rauber
José Mauro Palhares
organizadores

Alexandre Luiz Rauber

José Mauro Palhares

(organizadores)

**CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS:
UM OLHAR SOBRE O NORTE DO AMAPÁ
VOLUME II**

Macapá

UNIFAP

2022

Copyright © 2022, Autores

Reitor: Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira
Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Simone de Almeida Delphim Leal
Pró-Reitor de Administração: Msc. Seloniel Barroso dos Reis
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Isan da Costa Oliveira Junior
Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof. Msc. Almiro Alves Abreu
Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Msc. Erick Frank Nogueira da Paixão
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Amanda Alves Fecury
Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Msc. Steve Wanderson

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá
Madson Ralide Fonseca Gomes

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá
Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Madson Ralide Fonseca Gomes (Presidente), Alaán Ubaiara Brito, Alisson Vieira Costa, Clay Palmeira da Silva, Eliane Leal Vazquez, Inara Mariela da Silva Cavalcante, Irlon Maciel Ferreira, Ivan Carlo Andrade de Oliveira, Jodival Maurício da Costa, Luciano Magnus de Araújo, Marcus Andre de Souza Cardoso da Silva, Raimundo Erundino Diniz, Regis Brito Nunes, Romualdo Rodrigues Palhano e Yony Walter Mila Gonzalez

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Editora da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Maria do Carmo Lima Marques – CRB2-989

Ciências Geográficas: um olhar sobre o norte do Amapá, volume II / Alexandre Luiz Rauber; José Mauro Palhares, (orgs.). Macapá: UNIFAP, 2022.

102 p. : il.
ISBN: 978-65-89517-38-2

1. Geografia. 2. Ensino de Geografia. 3. Município de Oiapoque. 4. Desenvolvimento socioeconômico-município de Oiapoque/AP 5. Educação escolar quilombola. I. Rauber, Alexandre Luiz, (org.). II. Palhares, José Mauro, (org.). III. Título. IV. Fundação Universidade Federal do Amapá.

918.116 C569c
CDD 22.ed.

Capa e diagramação: Nilton de Araújo Júnior



Editora da Universidade Federal do Amapá
www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br
Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade,
Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419



Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem permissão dos Organizadores.
É permitida a reprodução parcial dos textos desta obra desde que seja citada a fonte.
As opiniões, ideias e textos emitidos nesta obra são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores dos respectivos textos.

SUMÁRIO

Prefácio	5
<i>Edson Vicente da Silva (Cacau)</i>	
Capítulo 1	
O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - IDHM: UMA ANÁLISE TEMPORAL PARA O MUNICÍPIO DE OIAPOQUE/AP, ENTRE OS ANOS DE 1991 E 2010	7
<i>Angreson Patrick Leite Benício • Alexandre Luiz Rauber</i>	
Capítulo 2	
A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO LICENCIADO EM GEOGRAFIA	24
<i>Antônio dos Santos Costa • Ana Flávia de Albuquerque</i>	
Capítulo 3	
A ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA PONTE BINACIONAL EM 2017	34
<i>Italo Cardoso Pinheiro • José Mauro Palhares • Alexandre Luiz Rauber</i>	
Capítulo 4	
O COMÉRCIO DA CIDADE DE OIAPOQUE SOB O CONTEXTO FRONTEIRIÇO FRANCO-BRASILEIRO	48
<i>Audalice dos Santos Feitosa • Ednilson Dutra de Moura</i>	
Capítulo 5	
APLICAÇÃO DO MÉTODO DE PARCELA FIXA NA VEGETAÇÃO NO ENTORNO DO LIXÃO DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE - AP, BRASIL	59
<i>Célia dos Santos Narciso • Ana Flávia de Albuquerque</i>	
Capítulo 6	
OS MAPAS MENTAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA JOAQUIM CAETANO DA SILVA - OIAPOQUE-AMAPÁ	69
<i>Lissandra Pereira Pinto • José Mauro Palhares</i>	
Capítulo 7	
A PAISAGEM CULTURAL E O TEMPO EM CLEVELÂNDIA DO NORTE - OIAPOQUE - AMAPÁ	88
<i>Vanilson Oliveira e Silva • Ednilson Dutra de Moura</i>	
Sobre os Autores	100

PREFÁCIO

O livro intitulado “Ciências Geográficas: um olhar sobre o norte do Amapá - Volume II” é uma publicação escrita por diversas mãos e uma grande pluralidade de olhares, envolvendo um total de 7 artigos e 15 autores. Aborda diferentes temáticas de um mesmo território, parte da Região Setentrional do Estado do Amapá, com destaque para o município do Oiapoque.

As pesquisas e análises realizadas resultaram no rico acervo exposto no livro, que percorre temas diversos e inovadores que contribuem para desvendar a realidade de um dos municípios mais setentrionais do Brasil. Destaca-se ainda o seu caráter de importância geopolítica por ser um dos poucos municípios brasileiros que mantém fronteira com uma nação europeia, no caso a França, por meio da Guiana Francesa.

No contexto atual, o município do Oiapoque vem se desenvolvendo de forma coesa e acelerada, principalmente após a instituição do Campus Binacional da Universidade Federal do Amapá, quando cria-se um importante polo de pesquisas no âmbito do ensino superior. O município do Oiapoque torna-se então um importante polo de formação científica no contexto do Brasil Setentrional, sendo que este livro constitui no momento um de seus principais produtos de leitura dessa realidade geográfica municipal.

Os temas enfocados na publicação em seu primeiro artigo, relacionam-se sobre como evoluiu a qualidade de vida (IDH) no período de 1991 a 2010, o que oferece informações precisas para o planejamento municipal e a projeção de novos cenários. Um segundo artigo descreve como as práticas de estágio supervisionado, no caso da licenciatura em Geografia, têm contribuído para a consolidação e o ensino nas escolas públicas do município.

Dois artigos orientam informações importantes sobre as relações bilaterais na fronteira franco-brasileira: o primeiro aborda as mudanças na dinâmica socioeconômica do município do Oiapoque após a construção da ponte binacional unindo este município com o território da Guiana Francesa. Já o outro artigo trata sobre como as inter-relações comerciais entre as populações fronteiriças promoveram o processo de urbanização da cidade do Oiapoque, inserindo na análise a importância que o fluxo da moeda euro tem impactado o setor de comércio e de serviços da sede do município do Oiapoque.

Uma outra pesquisa relatada no livro enfoca os resultados de uma análise da fitofisionomia da vegetação no entorno do lixão da cidade do Oiapoque. Por meio de levantamentos fitossociológicos foram obtidos resultados que demonstram os impactos do lixão sobre a diversidade vegetal que leva à proliferação de algumas espécies que podem ser consideradas como indicadoras de degradação ambiental.

A aplicabilidade de uma cartografia mental constitui um dos temas desenvolvidos e considerados na publicação. Trata sobre uma experiência de percepção e representação mental de alunos, refletindo resultados práticos de experiências didáticas no ensino da Geografia.

Outro tema desenvolvido em outro artigo também tem a ver com a percepção e sua representação, no caso tratando sobre as paisagens pretéritas de Clevelândia do Norte. Na pesquisa em questão, os moradores locais descrevem seus sentimentos e percepções sobre imagens fotográficas antigas da cidade, comparando-as com a situação paisagística atual, natural e cultural.

Na realidade, o livro abre diferentes janelas para que se possa observar, através da leitura, um dos municípios mais setentrionais do Brasil, onde começa e também termina parte do nosso território nacional.

Edson Vicente da Silva (Cacau)
Professor Doutor do Departamento de Geografia
Universidade Federal do Ceará – UFC

1

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - IDHM: UMA ANÁLISE TEMPORAL PARA O MUNICÍPIO DE OIAPOQUE/AP, ENTRE OS ANOS DE 1991 E 2010

Angreson Patrick Leite Benício

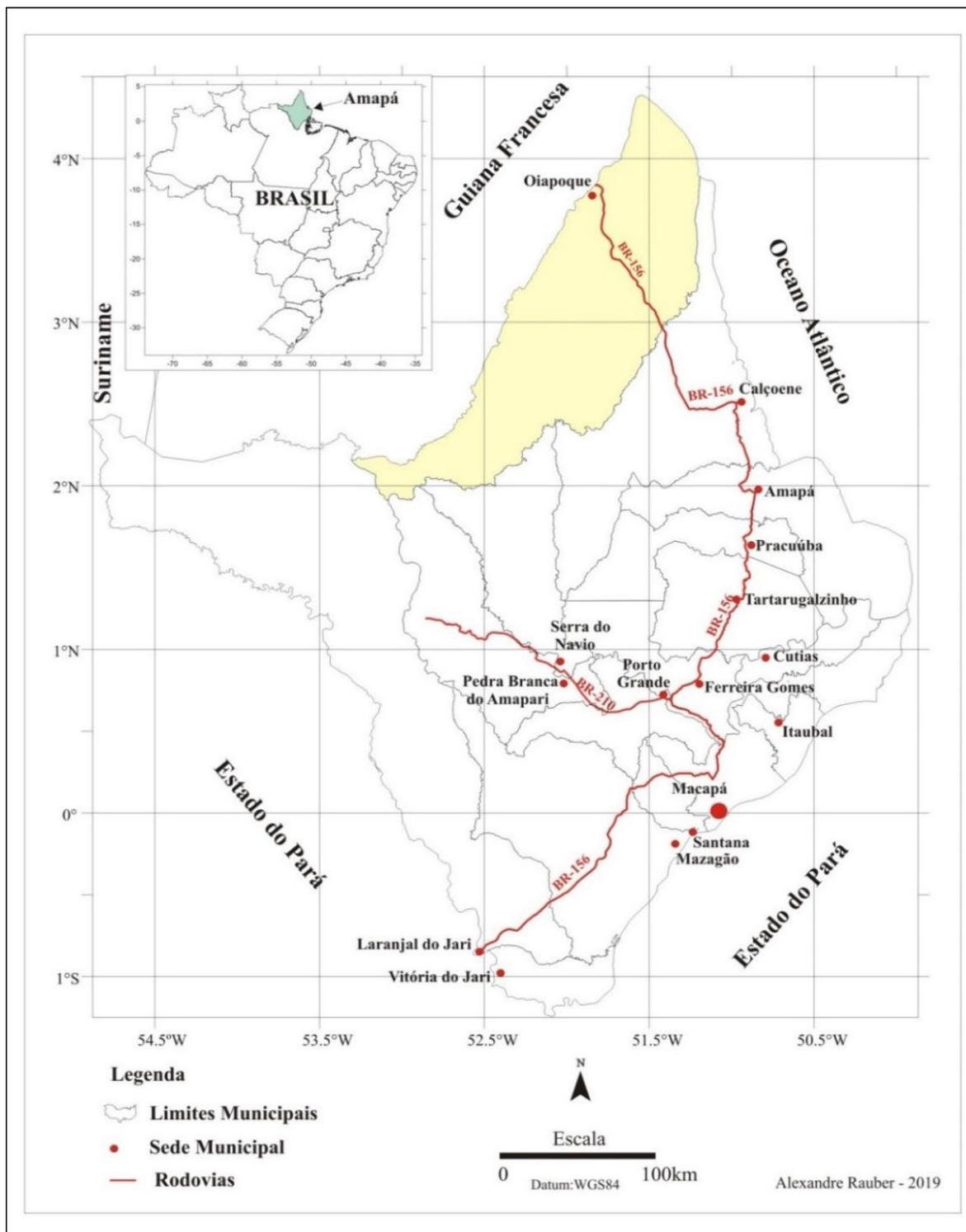
Alexandre Luiz Rauber

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se apresenta visa fazer uma investigação do desenvolvimento socioeconômico do município de Oiapoque, que está localizado no Estado do Amapá, situado a aproximadamente 590 km da capital Macapá através da rodovia BR-156 que também é a única forma de acesso rodoviário entre o município de Oiapoque e os demais no Estado.

ROMANI (2012) aponta que o município teve seus primeiros sinais de povoamento no século XIX, constituído principalmente por indígenas, bem como pela presença de crioulos guianenses e antilhanos. O primeiro nome do povoado foi Martinica do Oiapoque, originada da morada de um mestiço de nome Emile Martinique, no início do século XX. Em 1927 essa denominação foi mudada para Vila do Espírito Santo, por sugestão do Marechal Cândido Rondon. Em 1945, a Vila do Espírito Santo passou à categoria de cidade com a denominação atual “Oiapoque”, tornando-se sede municipal. A Vila de Oiapoque foi elevada à categoria de município pelo decreto-lei federal nº 7578, de 23 de maio de 1945, desmembrado do Município do Amapá.

O município de Oiapoque faz limite com o município de Calçoene, em pequenos trechos com a Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari e com o Município de Laranjal do Jari e ao Norte com a Guiana Francesa – Figura 1. Segundo a estimativa do IBGE em 2020, conta com uma população de 27.906 habitantes, representando uma densidade demográfica de 0,91 hab/km² em uma área territorial municipal de 22.625 km².



Fonte: Rauber, 2019.

Figura 1. Localização do Município de Oiapoque/AP.

A pesquisa tem como foco principal fazer uma análise da evolução temporal e do padrão espacial do desenvolvimento do município de Oiapoque, fazendo comparação com os demais municípios do Estado do Amapá e do Brasil. Os períodos utilizados para análise temporal e espacial foram os anos de 1991, 2000 e 2010, períodos em que existem dados disponíveis atualmente.

As hipóteses que orientaram esta pesquisa foram as seguintes: a-Dado as observações acerca do comportamento do IDH dos municípios do Amapá, o município de Oiapoque apresenta índices superiores a média estadual, tanto para o IDHM-L, IDHM-E e IDHM-R; b- O parâmetro IDHM-E, constitui o principal indicador para o avanço de desenvolvimento para o município de Oiapoque e para os demais municípios do Amapá; c- O município de Oiapoque e os demais municípios do Estado do Amapá estão apresentando avanço nas posições no ranqueamento nacional na série histórica.

Para a análise do desenvolvimento municipal adotou-se a base de dados do IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, para obter uma medida que pudesse ser expressa e quantificada nos quesitos Renda, Educação e Longevidade, quesitos que expressam com mais eficácia os níveis de desenvolvimento do que abordados, por exemplo, com a utilização do Produto Interno Bruto – PIB, com sua ênfase exclusivamente econômica.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é um indicador construído com o intuito de análise do desenvolvimento segundo variáveis que revelassem novos aspectos da pesquisa sobre o desenvolvimento de uma região. O IDH foi elaborado com o intuito de oferecer um parâmetro que permita qualificar e ampliar a análise não somente das dimensões econômicas, mas também o desenvolvimento da sociedade, os indicadores usados na elaboração do IDH (relacionados às dimensões longevidade, educação e renda) são revistos e atualizados. Ele é de grande importância, pois faz comparação com os demais países e a partir dos seus resultados, permite avaliar as várias dimensões do desenvolvimento de um determinado município ou região.

Segundo o PNUD (1991-2010), o Brasil em 1991 se encontrava na 60ª posição no ranking global com IDH (0,759) em um total de 160 países, no ano 2000, o país estava em 74ª lugar (0,747) em um total de 174 países, enquanto no ano de 2010, se encontrava na 85ª posição com IDH de (0,739) com o total de 194 países.

Uma das propostas do estudo foi a realização do mapeamento do comportamento do IDH-M municipal para analisar a evolução e o comparativo de ranqueamento entre os 16 municípios amapaenses na série histórica analisada, pois possibilitam a geração de informações essenciais para o planejamento e análise socioambiental para diversas áreas e interesses da ciência geográfica e áreas afins.

MÉTODOS E METODOLOGIA

Para a execução da pesquisa foram selecionados dados secundários e devidamente organizados, tendo como recorte temporal os anos de 1991, 2000 e 2010, como recursos de contextualização. A escolha desses anos também leva em conta os censos demográficos do período, que contribuem para uma maior e melhor precisão dos dados. Para efeitos de comparação dos processos analisados ou discutidos, usaremos o recorte nacional, estadual e municipal.

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa considerou-se que o Índice de Desenvolvimento Humano esteja analisado pelo parâmetro da Renda, Escolaridade e Longevidade de um determinado município ou região, a pesquisa em questão busca a análise de dados fazendo um comparativo temporal e espacial para o estado do Amapá e o município de Oiapoque. Foram utilizadas as técnicas de Geoprocessamento que consistem em tecnologias que servem como

instrumento que auxiliam no levantamento de informações georeferenciadas, que com o uso de sistemas de informações geográficas possibilitam a geração de informações essenciais para o planejamento e análise ambiental para diversas áreas e interesses da ciência geográfica e áreas afins.

O interesse desta pesquisa foi a coleta, seleção, quantificação e mapeamento do comportamento temporal e espacial do IDHM para o município de Oiapoque no período de 1991, 2000 e 2010, utilizando como ferramenta o software TerraView, sobretudo para a produção de mapas temáticos (coropléticos). Foram produzidos tabelas e mapas que exemplifiquem melhor esse padrão de distribuição temporal e espacial do município de Oiapoque e demais municípios do estado do Amapá.

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - IDHM

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) idealizou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no início da década de 1990, junto ao economista paquistanês *Mahbub ul Haq*, com a colaboração do economista indiano *Amartya Sen*, ganhador do prêmio Nobel de Economia de 1998. O IDH foi elaborado com o intuito de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o PIB per capita, que considera apenas dimensões econômicas do desenvolvimento enquanto ele é um parâmetro que permite qualificar e ampliar a análise do desenvolvimento das sociedades em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo).

O IDH oferece um panorama das desigualdades sociais internas de um Estado em suas instâncias municipais, regionais e estaduais e, dessa forma, o cálculo é constituído pelas dimensões: a) IDH – L: Longevidade, que considera a esperança de vida ao nascer; b) IDH – E: Educação, que considera o indicador de escolaridade da população; c) IDH – R: Renda, que considera o padrão de vida pela renda do produto interno bruto (PIB) *per capita*. O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até um (total de desenvolvimento humano), classificado da seguinte forma: O índice de 0 a 0,499 é considerado *muito baixo*; 0,5 a 0,599 *baixo*; 0,6 a 0,699 *médio*; de 0,7 a 0,799 *alto*; e de 0,8 a 1,0 *muito alto* (PNUD, 2012).

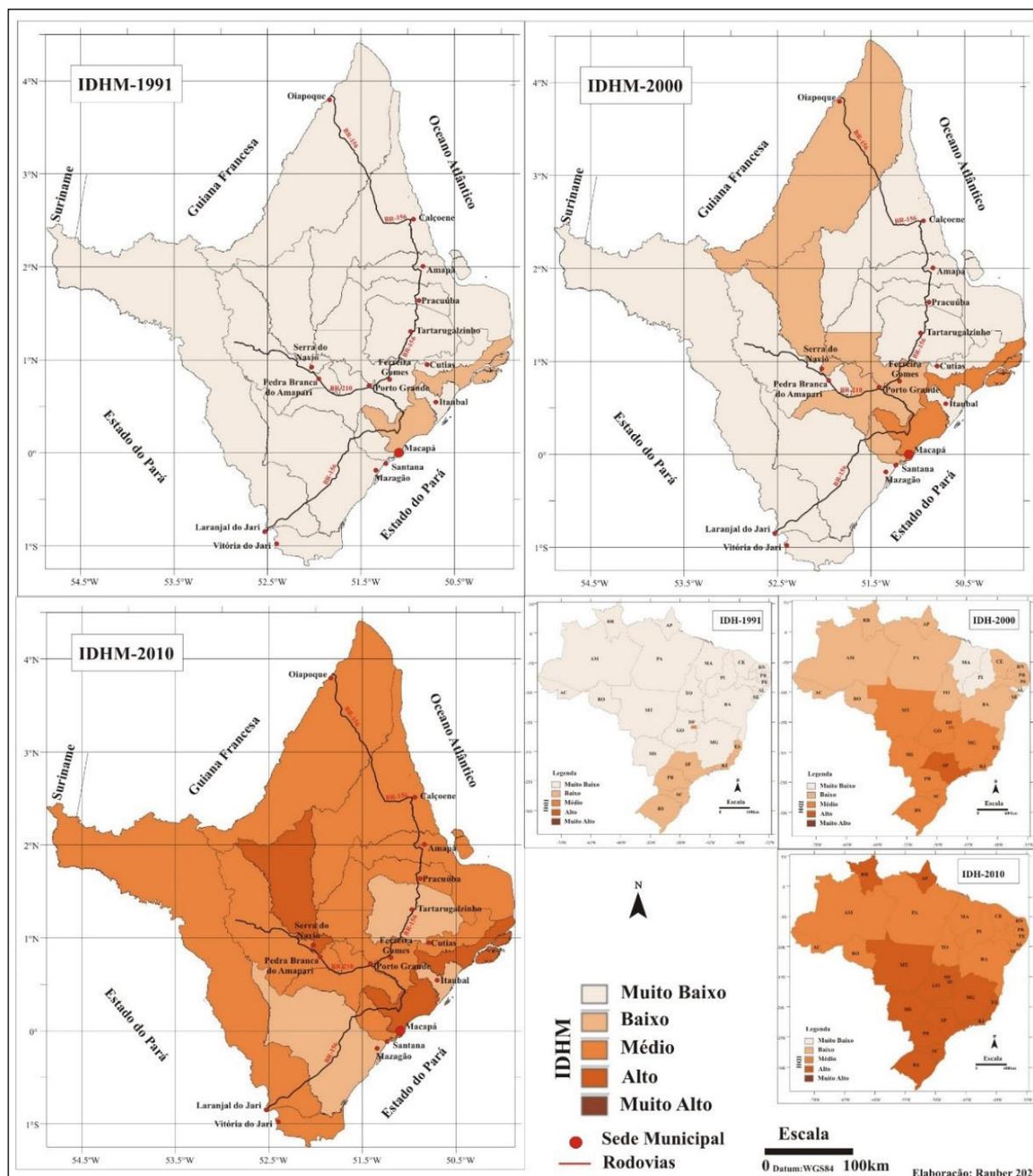
De acordo com os Censos de 1991, 2000 e 2010 as variáveis formadoras do IDHM e de suas dimensões educação, longevidade e renda - Tabela 1 - demonstram que o desempenho de cada um dos municípios da região apresentou melhoria. A grande maioria deles passou de índice “*Muito Baixo*” para “*Médio*”. Em algumas cidades encontram-se resultados de índice “*Baixo*”, que é o caso do município de Itaubal, mas também encontram-se cidades com significativo desempenho saindo de “*Muito Baixa*” para “*Alta*”, que é o caso do município de Serra do Navio.

Tabela 1. Série Histórica do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e posição dos municípios – 1991-2000-2010.

Município	IDHM 1991	Posição 1991	IDHM 2000	Posição 2000	IDHM 2010	Posição 2010
Amapá	0.391	2.640°	0.498	3.246°	0.642	3.254°
Calçoene	0.342	3.390°	0.488	3.381°	0.643	3.234°
Cutias	0.161	5.512°	0.444	4.029°	0.628	3.519°
Ferreira Gomes	0.320	3.788°	0.537	2.719°	0.656	2.986°
Itaubal	0.268	4.717°	0.415	4.536°	0.575	4.718°
Laranjal do Jari	0.349	3.286°	0.481	3.481°	0.665	2.776°
Macapá	0.525	453°	0.622	1.138°	0.733	940°
Mazagão	0.319	3.808°	0.434	4.199°	0.592	4.331°
Oiapoque	0.388	2.688°	0.537	2.719°	0.658	2.946°
Pedra B. Amapari	0.235	5.158°	0.442	4.064°	0.626	3.561°
Porto Grande	0.407	2.360°	0.520	2.963°	0.640	3.291°
Pracuúba	0.203	5.377°	0.440	4.099°	0.614	3.820°
Santana	0.426	2.037°	0.562	2.298°	0.692	2.134°
Serra do Navio	0.416	2.192°	0.569	2.180°	0.709	1.638°
Tartarugalzinho	0.311	3.946°	0.450	3.930°	0.592	4.331°
Vitória do Jari	0.336	3.497°	0.459	3.794°	0.619	3.721°

Fonte: Rauber e Benício, 2019. Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

O município de Oiapoque se encaixa no índice da grande maioria dos municípios do estado do Amapá, em 1991 seu índice de desenvolvimento era “*Muito Baixa*” com 0,388, em 2000 seu Índice atingiu 0,537 considerada “*Baixa*”, já em 2010 sua faixa de desenvolvimento passou a ser “*Alta*” com 0.658. O município de Oiapoque apresenta índice de IDH superior à média estadual.



Fonte: Rauber e Benício, 2019. Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Figura 2. IDHM dos municípios do estado do Amapá nos anos de 1991, 2000 e 2010.

No ano de 1991, o município de Oiapoque fazia parte dos 93,75% dos municípios do estado do Amapá que estavam com índice considerado “*muito baixo*”, onde somente o município de Macapá esteve com melhor ranqueamento em relação aos demais, com índice considerado “*Baixo*”. No ano de 2000 o município de Oiapoque, junto a Santana, Porto Grande, Ferreira Gomes e Serra do Navio, formam os municípios que tiveram seu indicador superior ao censo anterior, sendo 31,25% do estado com seu índice considerado “*Baixo*”, onde 62,5% permaneceram com percentual “*Muito Baixo*”, e somente 6,25% evoluíram seu índice para “*Médio*” - Figura 2.

Já no censo de 2010 mostrou amplas evoluções em relações aos indicativos anteriores, onde apenas 18,75% dos municípios ficaram com indicador “*Médio*”, com 12,5% do estado do Amapá estão Macapá e Serra do Navio que alcançaram o índice “*Alto*” o mais avançado da classificação do IDH e o mais alto já conseguido pelo estado. Oiapoque se encaixa ao grupo mediano, que são 68,75% do estado, conquistando o índice considerado “*Médio*”.

Tabela 2. Série Histórica do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e a variação da posição dos municípios do estado do Amapá – 1991-2000-2010.

Município	Varição da Posição Nacional 1991/2000	Posição IDHM 1991	Varição da Posição Nacional 2000/2010	Posição IDHM 2000	Varição da Posição Nacional 1991/2010	Posição IDHM 2010
Amapá	-606	2.640°	-8	3.246°	-614	3.254°
Calçoene	9	3.390°	147	3.381°	156	3.234°
Cutias	1483	5.512°	510	4.029°	1993	3.519°
Ferreira Gomes	1069	3.788°	-267	2.719°	802	2.986°
Itaubal	181	4.717°	-182	4.536°	-1	4.718°
Laranjal do Jari	-195	3.286°	705	3.481°	510	2.776°
Macapá	-685	453°	198	1.138°	-487	940°
Mazagão	-391	3.808°	-132	4.199°	-523	4.331°
Oiapoque	-31	2.688°	-227	2.719°	-258	2.946°
Pedra B. Amapari	1094	5.158°	503	4.064°	1597	3.561°
Porto Grande	-603	2.360°	-328	2.963°	-931	3.291°
Pracuúba	1278	5.377°	279	4.099°	1557	3.820°
Santana	-261	2.037°	164	2.298°	-97	2.134°
Serra do Navio	12	2.192°	542	2.180°	554	1.638°
Tartarugalzinho	16	3.946°	-401	3.930°	-385	4.331°
Vitória do Jari	-297	3.497°	73	3.794°	-224	3.721°

Fonte: Rauber e Benício, 2019. Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Em uma análise transversal, a partir da construção do “ranking” intermunicipal para 1991, 2000 e 2010 – Tabela 2 – encontra-se apenas 7 municípios do estado do Amapá com melhoria de posições no ranqueamento nacional. Destacam-se os municípios de Cutias, Pedra Branca do Amapari e Pracuúba com as maiores variações positivas no ranqueamento nacional e os municípios de Porto Grande, Amapá, Mazagão e Macapá com as maiores variações negativas.

Apesar dos resultados sinalizarem avanços em seus indicadores, o município de Oiapoque se enquadra nas cidades que obtiveram um desempenho negativo na sua posição no ranqueamento nacional com a perda de 258 posições (2946ª posição em 2010). Destaca-se negativamente o município de Macapá, que apesar de estar no status de capital estadual apresentou na série histórica a perda de 487 posições, sendo atualmente a 940ª no ranqueamento nacional no quesito IDHM. Estes dados de evolução temporal e espacial do IDHM do estado do Amapá e do município de Oiapoque serão detalhados a seguir na análise do IDHM-R, IDHM-E e IDHM-L que constituem a composição do IDHM.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Renda - IDHM-R

Nos anos de 1991, 2000 e 2010 o IDHM-R do município de Oiapoque teve um aumento considerável e respectivo de 0.599, para 0.673 e 0.693, passando de uma faixa de desenvolvimento considerada “*Muito Baixo*” em 1991, para “*Médio*” em 2000 e 2010 – Tabela 3. Em contraponto a esse crescimento no índice, o município de Oiapoque apresentou significativa queda de posições em relação ao ranqueamento nacional entre 1991 e 2010 - Tabela 4.

Tabela 3. Série Histórica do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda (IDHM-R) dos municípios do Amapá – 1991-2000-2010.

Município	IDHM-R 1991	Posição 1991	IDHM-R 2000	Posição 2000	IDHM-R 2010	Posição 2010
Amapá	0.535	2468°	0.567	3120°	0.631	3155°
Calçoene	0.562	1953°	0.547	3364°	0.636	3079°
Cutias	0.442	4031°	0.471	4591°	0.576	4073°
Ferreira Gomes	0.492	3198°	0.533	3584°	0.635	3095°
Itaubal	0.505	3004°	0.496	4135°	0.528	5127°
Laranjal do Jari	0.599	1196°	0.593	2680°	0.641	3000°
Macapá	0.653	413°	0.667	1022°	0.723	961°
Mazagão	0.484	3330°	0.495	4151°	0.609	3492°
Oiapoque	0.599	1196°	0.673	877°	0.693	1797°
Pedra B. Amapari	0.420	4454°	0.501	4074°	0.628	3204°
Porto Grande	0.567	1846°	0.601	2515°	0.610	3478°
Pracuúba	0.378	5116°	0.501	4074°	0.539	4927°
Santana	0.575	1680°	0.597	2598°	0.654	2767°
Serra do Navio	0.578	1614°	0.571	3059°	0.659	2667°
Tartarugalzinho	0.519	2758°	0.497	4122°	0.553	4609°
Vitória do Jari	0.495	3153°	0.534	3573°	0.587	3834°

Fonte: Rauber e Benício, 2019. Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Tabela 4. Série Histórica do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda (IDHM-R) e a variação da posição dos municípios do estado do Amapá – 1991-2000-2010.

Município	Varição da Posição IDHM-R 1991/2000	Posição 1991	Varição da Posição IDHM-R 2000/2010	Posição 2000	Varição da Posição IDHM-R 1991/2010	Posição 2010
Amapá	-652	2468°	-35	3120°	-687	3155°
Calçoene	-1411	1953°	285	3364°	-1126	3079°
Cutias	-560	4031°	518	4591°	-42	4073°
Ferreira Gomes	-386	3198°	489	3584°	103	3095°
Itaubal	-1131	3004°	-992	4135°	-2123	5127°
Laranjal do Jari	-1484	1196°	-320	2680°	-1804	3000°
Macapá	-609	413°	61	1022°	-548	961°
Mazagão	-821	3330°	659	4151°	-162	3492°
Oiapoque	319	1196°	-920	877°	-601	1797°
Pedra B. Amapari	380	4454°	870	4074°	1250	3204°

continua

continuação

Município	Varição da Posição IDHM-R 1991/2000	Posição 1991	Varição da Posição IDHM-R 2000/2010	Posição 2000	Varição da Posição IDHM-R 1991/2010	Posição 2010
Porto Grande	-669	1846°	-963	2515°	-1632	3478°
Pracuúba	1042	5116°	-853	4074°	189	4927°
Santana	-918	1680°	-169	2598°	-1087	2767°
Serra do Navio	-1445	1614°	392	3059°	-1053	2667°
Tartarugalzinho	-1364	2758°	-487	4122°	-1851	4609°
Vitória do Jari	-420	3153°	-261	3573°	-681	3834°

Fonte: Rauber e Benício, 2019. Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

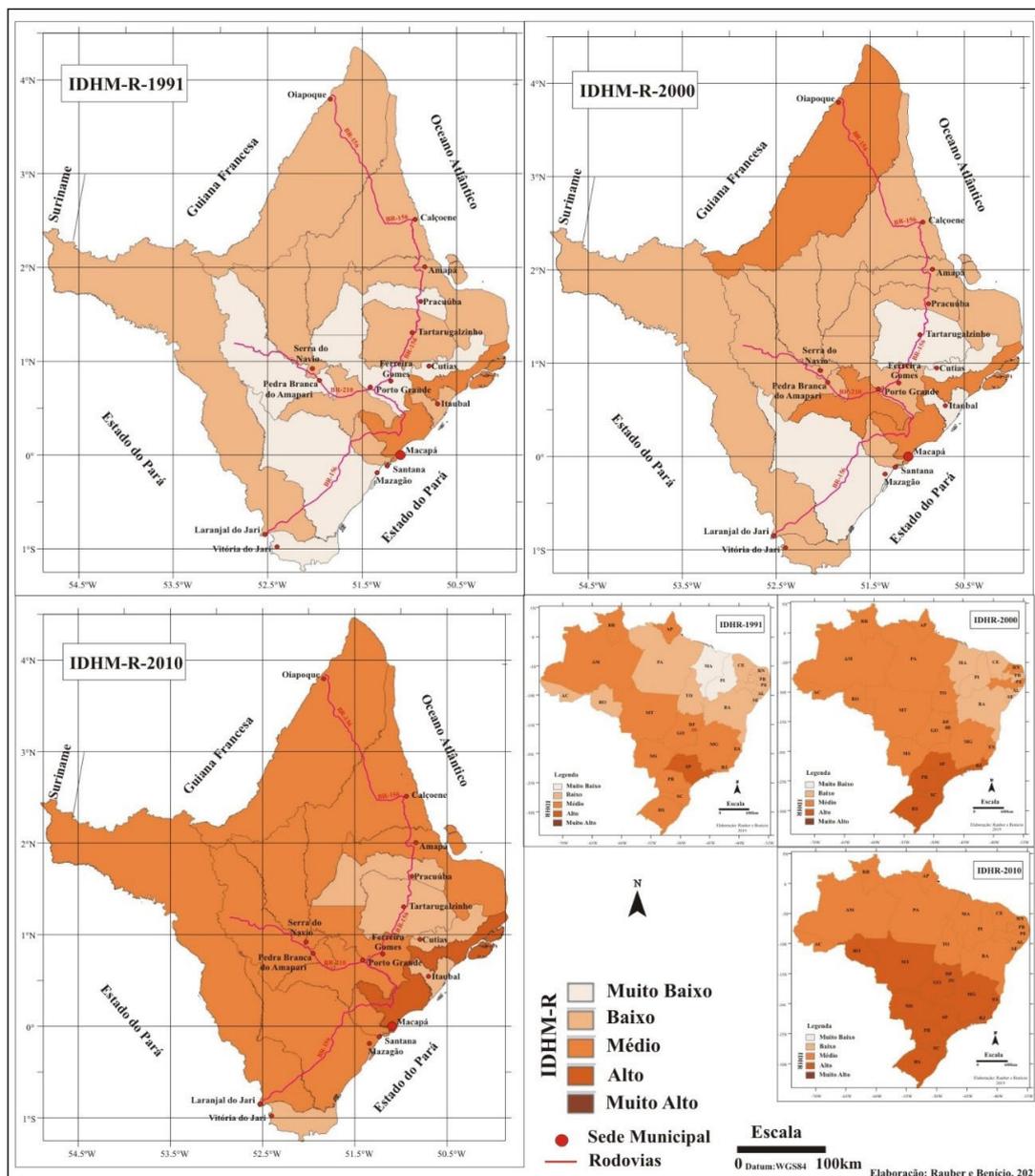


Figura 3. IDHM-R dos municípios do estado do Amapá nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Fonte: Rauber e Benício, 2021. Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

O município de Oiapoque teve uma significativa evolução, porém alguns outros municípios apresentaram índice de crescimento superior, como o caso do município de Pedra Branca do Amapari que teve a melhor evolução no estado, pois em 1991 se encontrava na 4454ª posição e já no censo de 2010 se encontrava na 3204ª posição, que fez o município crescer 1250 colocações no ranqueamento do país; já o município de Oiapoque apresentou um declínio na colocação do ranking do país, onde mostra que se encontrava na 1.196ª posição em 1991; no ano de 2000 teve um considerável aumento na posição, chegando a 877ª e já em 2010 estava com sua pior colocação no ranqueamento, ficando somente na 1.797ª posição. Dessa forma, o município de Oiapoque teve uma queda de 601 posições entre 1991 e 2010 – Tabela 4.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Educação - IDHM-E

O IDHM-E do município de Oiapoque, mesmo mostrando um baixo desenvolvimento na Educação, mostrou um avanço nos Censos; de acordo com a Tabela 5 apresentou, em 1991, índice de 0.147 e em 2000, índice de 0.321, ambos considerados “*Muito Baixo*”; já em 2010 houve uma melhora no índice, onde o mesmo ficou com 0.527 considerado índice “*Baixo*”.

Tabela 5. Série Histórica do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educação (IDHM-E) e posição dos municípios do estado do Amapá – 1991-2000-2010.

Município	IDHM-E 1991	Posição 1991	IDHM-E 2000	Posição 2000	IDHM-E 2010	Posição 2010
Amapá	0.160	2916°	0.299	3465°	0.532	3348°
Calçoene	0.125	3692°	0.335	2983°	0.550	2988°
Cutias	0.015	5549°	0.267	3910°	0.566	2654°
Ferreira Gomes	0.095	4416°	0.385	2317°	0.542	13163°
Itaubal	0.065	5029°	0.227	4511°	0.477	4390°
Laranjal do Jari	0.109	4070°	0.258	4049°	0.573	2490°
Macapá	0.322	419°	0.478	1062°	0.663	815°
Mazagão	0.103	4228°	0.231	4448°	0.449	4852°
Oiapoque	0.147	3187°	0.321	3185°	0.527	3434°
Pedra B. Amapari	0.053	5229°	0.257	4061°	0.502	3943°
Porto Grande	0.183	2467°	0.328	3086°	0.554	2908°
Pracuúba	0.039	5384°	0.244	4241°	0.544	3122°
Santana	0.203	2087°	0.408	1995°	0.638	1232°
Serra do Navio	0.186	2405°	0.444	1531°	0.692	450°
Tartarugalzinho	0.092	4490°	0.263	3974°	0.473	4463°
Vitória do Jari	0.134	3490°	0.271	3858°	0.517	3658°

Fonte: Rauber e Benício, 2019. Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Tabela 6. Série Histórica do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educação (IDHM-E) e a variação da posição dos municípios do estado do Amapá – 1991-2000-2010.

Município	Variação de Posição 1991/2000	Posição 1991 IDHM-E	Variação de Posição 2000/2010	Posição 2000 IDHM-E	Variação de Posição 1991/2010	Posição 2010 IDHM-E
Amapá	-549	2916°	117	3465°	-432	3348°
Calçoene	709	3692°	-5	2983°	704	2988°
Cutias	1639	5549°	1256	3910°	2895	2654°
Ferreira Gomes	2099	4416°	-846	2317°	-1064	3163°
Itaubal	518	5029°	121	4511°	639	4390°
Laranjal do Jari	21	4070°	1559	4049°	1580	2490°
Macapá	-643	419°	247	1062°	-396	815°
Mazagão	-220	4228°	-404	4448°	-624	4852°
Oiapoque	2	3187°	-249	3185°	-247	3434°
Pedra B. Amapari	1168	5229°	118	4061°	1286	3943°
Porto Grande	-619	2467°	178	3086°	-441	2908°
Pracuúba	1143	5384°	1119	4241°	2262	3122°
Santana	92	2087°	763	1995°	855	1232°
Serra do Navio	874	2405°	1081	1531°	424	450°
Tartarugalzinho	516	4490°	-489	3974°	27	4463°
Vitória do Jari	-368	3490°	200	3858°	-168	3658°

Fonte: Rauber e Benício, 2019. Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

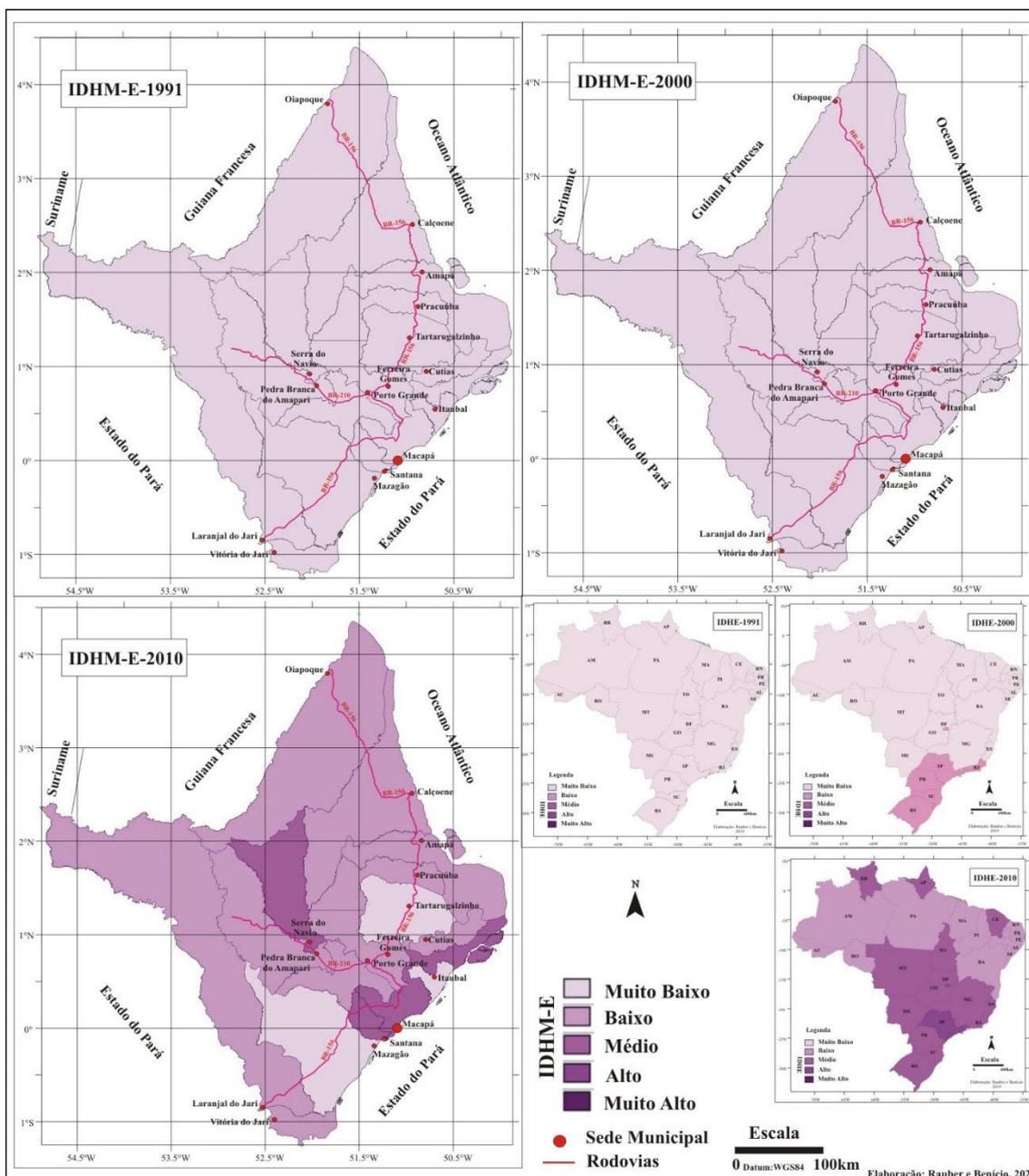


Figura 4. IDHM-E dos municípios do estado do Amapá nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Fonte: Rauber e Benício, 2021. Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Constatou-se que 10 dos 16 municípios foram para índices considerados “Baixo” e 03 municípios foram para índices “Médio”, coisa que nos censos de anos anteriores nenhum município do estado do Amapá havia alcançado o que mostra o esforço para a melhoria de resultados na educação dos municípios. Somente os municípios de Itaubal, Mazagão e Tartarugalzinho ainda apresentaram IDHM-E “Muito Baixo”.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Longevidade - IDHM-L

No quesito IDHM-L, (conforme a Tabela 7) o município de Oiapoque estava com índice considerado “*médio*” com 0,662 em 1991; em 2000 seu índice foi para 0,715, considerado “*alto*”, e em 2010 seu índice melhorou para 0,779 mais permaneceu em “*alto*”.

Tabela 7. Estado do Amapá - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade (IDHM-L) – 1991-2000-2010.

Município	IDHM-L 1991	Posição 1991	IDHM-L 2000	Posição 2000	IDHM-L 2010	Posição 2010
Amapá	0.698	1751°	0.728	2888°	0.790	3511°
Calçoene	0.570	4408°	0.634	4914°	0.759	4484°
Cutias	0.633	3371°	0.696	3731°	0.760	4452°
Ferreira Gomes	0.701	1675°	0.754	2107°	0.820	2161°
Itaubal	0.584	4218°	0.634	4914°	0.758	4509°
Laranjal do Jari	0.649	3014°	0.728	2888°	0.801	3077°
Macapá	0.690	1927°	0.754	2107°	0.820	2161°
Mazagão	0.649	3014°	0.715	3183°	0.758	4509°
Oiapoque	0.662	2658°	0.715	3183°	0.779	3775°
Pedra B. Amapari	0.585	4202°	0.670	4189°	0.779	3775°
Porto Grande	0.649	3014°	0.715	3183°	0.777	3871°
Pracuúba	0.570	4408°	0.696	3731°	0.790	3511°
Santana	0.662	2658°	0.728	2888°	0.794	3362°
Serra do Navio	0.671	2443°	0.728	2888°	0.783	3690°
Tartarugalzinho	0.633	3371°	0.696	3731°	0.794	3362°
Vitória do Jari	0.570	4408°	0.670	4189°	0.781	3726°

Fonte: Rauber e Benício, 2019. Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Tabela 8. Série Histórica do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade (IDHM-L) e a variação da posição dos municípios do estado do Amapá – 1991-2000-2010

Município	Varição da Posição IDHM-L 1991/2000	Posição 1991	Varição da Posição IDHM-L 2000/2010	Posição 2000	Varição da Posição IDHM-L 1991/2010	Posição 2010
Amapá	-1137	1751°	-623	2888°	-1760	3511°
Calçoene	-506	4408°	430	4914°	-76	4484°
Cutias	-360	3371°	-721	3731°	-1081	4452°
Ferreira Gomes	-432	1675°	-54	2107°	-486	2161°
Itaubal	-696	4218°	405	4914°	-291	4509°
Laranjal do Jari	126	3014°	-189	2888°	-63	3077°
Macapá	-180	1927°	-54	2107°	-234	2161°
Mazagão	-169	3014°	-1326	3183°	-1495	4509°
Oiapoque	-527	2658°	-592	3183°	-1117	3775°
Pedra B. Amapari	13	4202°	414	4189°	427	3775°
Porto Grande	-169	3014°	-688	3183°	-857	3871°
Pracuúba	677	4408°	220	3731°	897	3511°
Santana	-230	2658°	-474	2888°	-704	3362°
Serra do Navio	-445	2443°	-802	2888°	-1247	3690°
Tartarugalzinho	-360	3371°	369	3731°	9	3362°
Vitória do Jari	0.570	4408°	0.670	4189°	0.781	3726°

Fonte: Rauber e Benício, 2019. Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

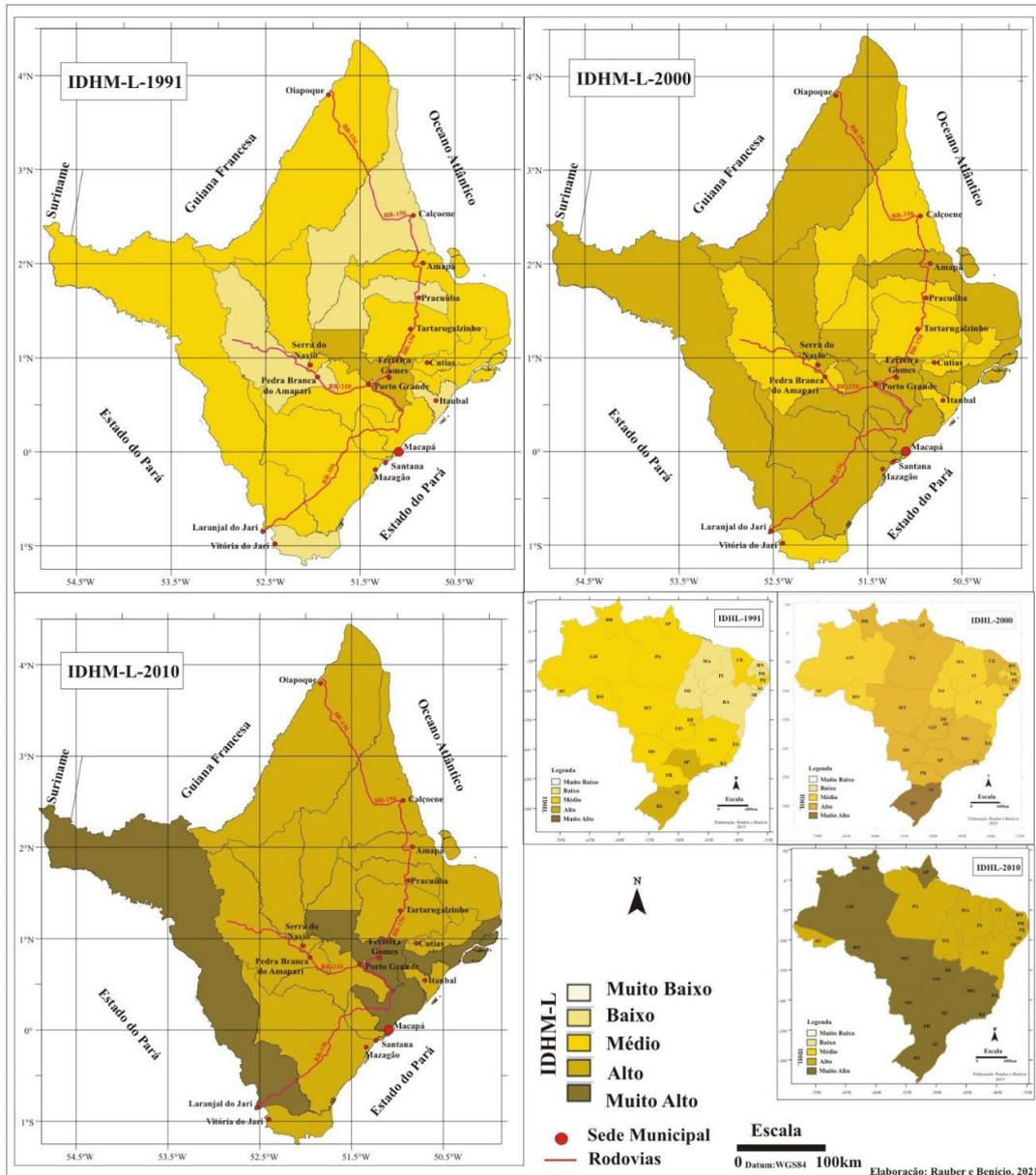


Figura 5. IDHM-E dos municípios do estado do Amapá nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Fonte: Rauber e Benício, 2021. Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Os dados mostram que o município apresentou um constante crescimento em seu índice-longevidade, mas como mostra na Tabela 8, o Oiapoque esteve em constante declínio e seu posicionamento no ranking ao longo dos censos, onde em 1991 estava na 2658ª posição, e em 2000 foi para 3183ª e já em 2010 ficou sua pior colocação, estando somente na 3775ª posição do ranqueamento do país, com uma queda total de 1117 posições entre 1991-2010, sendo o 4º pior desenvolvimento entre os municípios do estado do Amapá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve como proposta principal fazer uma análise do comportamento do IDHM do município de Oiapoque em relação aos indicadores existentes na série histórica analisada, constatando que o IDHM passou respectivamente do Índice Muito Baixo em 1991, para o Índice Baixo em 2000 e Índice Médio no ano de 2010. O município de Oiapoque, como a maioria do estado do Amapá, apresentou índices inferiores à média estadual na série histórica do IDHM e sua composição de quesitos IDHM-L, IDHM-E e IDHM-R causado pela concentração socioeconômica estadual nas cidades de Macapá e Santana, que compõem mais de 2/3 da economia e é quantitativo demográfico do estado do Amapá.

O parâmetro IDHM-E constituiu o principal indicador de avanço do IDHM do município de Oiapoque, passando respectivamente de 0,147 em 1991 e 0,321 em 2000 (Índice Muito Baixo) para 0,527 em 2010 (Índice Baixo), apesar deste quesito no município de Oiapoque ser inferior à média estadual que é 0,629 (Índice Médio).

No ranqueamento dos municípios brasileiros, apenas 7 municípios amapaenses obtiveram melhoria de posições no ranqueamento nacional do IDHM. Destacam-se os municípios de Cutias, Pedra Branca do Amapari e Pracuúba com as maiores variações positivas no ranqueamento nacional e os municípios de Porto Grande, Amapá, Mazagão e Macapá com as maiores variações negativas.

Apesar dos resultados sinalizarem avanços em seus indicadores, o município de Oiapoque se enquadra nos que obtiveram um desempenho negativo na sua posição no ranqueamento nacional com a perda de 258 posições no IDHM na série histórica. Nos quesitos IDHM-R ocorreu uma retração de 601 posições, no quesito IDHM-E uma retração de 247 posições e no IDHM-L uma retração de 1117 posições. Os dados anteriores evidenciam as deficiências e as maiores dificuldades da implementação das políticas públicas no contexto socioeconômico e regional que o município de Oiapoque está inserido.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. S; RAUBER, A. L. **Oiapoque aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul, RS: Revista Redes, 2016.
- FITZ, P. R. **Cartografia Básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2018. 143p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Uso da Terra no Estado do Amapá: projeto levantamento e classificação do uso da terra**. Macapá, 2010.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010**.
- PNUD - Programa Das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2003). **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. 2003. Acesso em junho 2019. Disponível em <http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios>
- PNUD - Programa Das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de desenvolvimento humano 2009 - Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humano**. New York: Palgrave Macmillan, 2009. 229 p.
- PNUD - Programa Nacional Das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: maio de 2018.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2012). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Acesso em: agosto de 2018. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>.

RAUBER, A. L.; FERREIRA, M. E. A concentração socioeconômica e os ciclos de exploração dos recursos naturais no estado do Amapá. Macapá. **Revista PRACS**. v.13 n.4, 2020 p.181-200

RIEDL, Mario. Desenvolvimento. In: GRIEBELER, Marcos P. D.; RIEDL, Mario (Orgs.) **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. Porto Alegre: Editora Conceito, 2017. p.97 – 99.

ROMANI, C. **As questões dos limites setentrionais com as Guianas e a política externa durante a expansão inglesa e francesa (passagem do século XIX ao XX)** UFRJ, 2012. 60p

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, O. M. P. & PANHOCA, L. **A contribuição da vulnerabilidade na determinação do índice de desenvolvimento humano: estudando o estado de Santa Catarina**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 2007. p. 1209-1219.

2

A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO LICENCIADO EM GEOGRAFIA

Antônio dos Santos Costa

Ana Flávia de Albuquerque

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como tema refletir sobre a contribuição do Estágio Supervisionado na formação do licenciado em Geografia, trazendo como estudo de caso, a primeira turma ingressante no ano de 2014, denominada de 2014.1, do Curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Campus Binacional Oiapoque, tendo como foco entender a disciplina do Estágio Supervisionado como parte integrante da formação docente em reconhecer a vivência da profissão em seu âmbito escolar.

Assim, buscando compreender como o estágio supervisionado é importante para a formação do aluno licenciado a pesquisa se justifica por considerar a temática do estágio como uma importante ferramenta pedagógica para o licenciado em Geografia, no sentido de refletir seu papel no Ensino da Geografia e sua contribuição para os futuros licenciados, tendo como objetivo principal refletir e discutir sobre o papel do estágio supervisionado na formação docente, trazendo como objetivos específicos: Perceber a visão do discente sobre a importância do Ensino da Geografia interligado ao aprendizado no estágio supervisionado; entender como os estagiários vivenciaram a teoria ligada à prática docente na escola, e perceber como o estágio contribuiu na formação docente.

Neste sentido, compreende-se que o Estágio Supervisionado em Geografia é mais que uma disciplina obrigatória, é uma etapa importante na vida do acadêmico, pois é o momento de conferir a relação da teoria e a prática ensinada na academia e a vivência de perceber a realidade na sala de aula, ligando a teoria e a prática vivenciada pelo discente na sua formação acadêmica.

Sendo um importante instrumento pedagógico, o estágio permite que o discente-estagiário obtenha o primeiro contato com a realidade do ambiente escolar, pois permite contribuir na formação profissional, já que dos discentes da turma, em sua maioria, não havia estado em sala de aula anterior ao estágio supervisionado, onde foi o primeiro contato com a escola.

Dessa forma, a disciplina do estágio supervisionado tem como finalidade contribuir e motivar à construção de uma identidade e um currículo profissional para o acadêmico, totalizando uma carga horária de 420 horas/aulas, divididos em duas etapas no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia, sendo ofertado nos 7º e 8º períodos, de acordo com a matriz curricular, distribuídas no Estágio Supervisionado em Docência I e Estágio Supervisionado em

Docência II, cada uma com carga horária total de 210 horas/aulas respectivamente, realizadas em turmas do Ensino Fundamental séries finais e Ensino Médio, ambas são divididas em 04 etapas a serem desenvolvidas pelo estagiário na escola: diagnóstico, observação, participação e regência.

Portanto, a presente pesquisa trata do tema ainda como um desafio, principalmente porque os estágios foram desenvolvidos no ano de 2017, em dois semestres, direcionadas as escolas públicas pertencentes ao município do Oiapoque, que enfrentavam dificuldades, tanto material quanto profissional no momento de realização da disciplina, já que o maior desafio da escola contemporânea é formar cidadãos conscientes do seu papel na vida social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado levantamento bibliográfico em livros, artigos e monografias sobre o tema da pesquisa, realizando leituras e fichamentos, e como os autores discutem o tema, bem como a leitura das leis, destacando a LDBEN pela Lei nº 9.394/1996 e a Lei nº 11.788/2008, que regem o estágio supervisionado em âmbito da Educação Superior para os cursos de licenciaturas, e as resoluções no âmbito da UNIFAP com a Resolução Nº 02/2010 que regulamenta o estágio supervisionado, apêndice da Resolução do Conselho Superior da UNIFAP, CONSU-UNIFAP nº 02/2010 de 26 de fevereiro de 2010, que normatiza o estágio supervisionado, bem como o Regulamento Complementar do Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura de Geografia, campus Binacional Oiapoque, de setembro de 2016.

Essa pesquisa de natureza exploratória e descritiva teve como público-alvo a primeira turma do Curso de Licenciatura em Geografia com entrada no semestre de 2014.1, e suas percepções nas escolas municipal e estadual do município do Oiapoque, em que foram desenvolvidas as quatro etapas de vivência do estágio pelos discentes no Ensino Fundamental séries finais e Ensino Médio.

O Estágio Supervisionado I ofertado no curso de Licenciatura de Geografia para a turma 2014.1, em que o primeiro estágio ocorreu no semestre 2017.1 em duas escolas estaduais do Ensino Fundamental séries finais, sob supervisão dos professores regentes da disciplina de Geografia e da disciplina de Estudos Amapaense, realizado nas turmas de 6º a 9º ano e na modalidade do Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

Logo, no Estágio Supervisionado II direcionado ao Ensino Médio, nas escolas públicas pertencentes ao município do Oiapoque, sob supervisão dos professores regentes, apenas da disciplina de Geografia, realizado nas turmas de 1º a 3º ano e na modalidade do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), salientando que os cotidianos de cada contexto apresentavam diferenças e similaridades em diversos aspectos como infraestrutura, tamanho da escola, quantidade de docentes, turnos e aulas de Geografia, por exemplo.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DAS LICENCIATURAS

O estágio supervisionado no curso das Licenciaturas possibilita ao futuro profissional contato direto com realidade diversas que podem ser encontradas na prática como educador, bem como desperta o licenciado em formação, para as discussões sociais, econômicas e culturais proporcionadas pela vivência no âmbito escolar.

O estágio supervisionado nos cursos de licenciaturas é regido pela Lei do Estágio nº 11.788, de 25/09/2008, que no Art. 1º dispõe sobre o estágio supervisionado, afirmando que este:

É ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional [...]. (BRASIL, LEI Nº 11.788).

Já o parecer nº 28/2001, do Conselho Nacional de Educação (CNE) institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura e graduação plena, estabelecendo que a carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado deve contemplar no mínimo 400 horas (BRASIL, 2002).

Nota-se que a Lei do Estágio dispõe que o estágio de estudantes das licenciaturas é uma ação que deve ocorrer no âmbito escolar, sob supervisão e orientação, visando instruir o futuro educador, o parecer nº 28/2001 estabelece a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena, colocando um ponto final na discussão entre as cargas horárias estabelecidas nas legislações anteriores para a prática de ensino e o estágio supervisionado.

O referido parecer assegura que o estágio curricular supervisionado almeja proporcionar ao futuro licenciado uma noção do real que este pode encontrar em ocasião de trabalho nas unidades escolares dos sistemas de ensino.

Sendo uma atividade indispensável, por sua característica já explicitada, a disciplina precisa acontecer dentro de um tempo mais limitado, mas não necessariamente em dias subsequentes. Com essa gama de requisições, o estágio curricular supervisionado da licenciatura não poderá apresentar uma duração inferior a 400 horas.

Nesse sentido, o parecer nº 28/2001 especifica ainda que o tempo mínimo para todos os cursos superiores de graduação de formação de docentes para a atuação na educação básica e desempenho das atividades científico-acadêmicas não poderá ficar abaixo de 2000 horas, sendo respeitadas as condições peculiares das instituições, que podem incluir mais horas para estas atividades.

Do total desse componente, 1800 horas serão destinadas às atividades de ensino/aprendizagem e 200 horas para outras formas de atividades de desenvolvimento didático, curricular, científico e cultural. Essas 2000 horas de trabalho para execução de atividades científico-acadêmicas, somadas às 400 horas da prática como componente curricular e às 400 horas de estágio curricular supervisionado, são o tempo da duração formativa em cujo terreno se norteará a organização do projeto pedagógico planejado para um total mínimo de 2800 horas. Essa carga horária não poderá ser realizada em tempo inferior a 3 anos de formação para todos os cursos de licenciatura, inclusive o curso normal superior (BRASIL, 2002).

A LDBEN direcionou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior (DCNs) e as Resoluções CNE/CP nº 01/2001 e CNE/CP 02/2002, que trouxeram formas de debater a formação do professor e seus princípios, procedimentos e regulamentação nos cursos de licenciatura.

Na UNIFAP, a resolução que regulamenta o estágio, CONSU/UNIFAP nº 02/2010, no capítulo I traz a definição de estágio e onde poderá ser desenvolvido. No art. 13º da resolução do CONSU diz a duração mínima do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura.

Conforme descrito a seguir:

Art. 1º Estágio é um modo especial de capacitação em serviço, caracterizado por conjunto de atividades de prática pré-profissional, exercidas pelo acadêmico em ambiente real [...] que possibilita [...] desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas à formação profissional, e ainda, aperfeiçoamento cultural e de relacionamento humano (CONSU/UNIFAP, 2010, p. 1).

A partir desse exposto, pode-se entender que o estágio nas licenciaturas é um componente curricular obrigatório, considerado também uma etapa importante de aprendizagem para o futuro professor, sendo por meio deste que o estagiário inicia a investigação das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, podendo ser interpretado como instrumento de conhecimento do curso de licenciatura.

Contudo, nas 210 horas, aulas na escola, 60h destinadas às aulas teóricas presenciais na universidade para fazer análise de cada etapa da vivência escolar em sala de aula, e o debate de textos voltado ao tema da disciplina em cada etapa de ensino.

O estágio supervisionado no âmbito do Curso de Licenciatura em Geografia, Campus Binacional Oiapoque, foi realizado em quatro etapas, sendo: Diagnose, Observação, Participação e Regência, distribuídas da seguinte forma:

a) Diagnose: contempla a primeira etapa com 30h para compor o diagnóstico e participação nas reuniões para apresentação da coordenação e direção da escola para entender o procedimento padrão da escola que recebe o estagiário, reunião de apresentação dos professores da UNIFAP e da escola e conhecer a turma que será desenvolvida o estágio posteriormente, e a elaboração do primeiro relatório parcial da instituição pelo discente;

Assim, a primeira fase de diagnóstico tem por finalidade diagnosticar a instituição de ensino, onde ocorreu o estágio supervisionado, no qual foi realizado o levantamento sobre o espaço físico, a infraestrutura, o funcionamento, a organização pedagógica e administrativa e as relações interpessoais no ambiente escolar, assim como as leituras dos documentos norteadores da escola, tais como o Projeto Político Pedagógico (PPP) nas escolas do Ensino Fundamental séries finais e Médio.

Nessa fase de diagnose, além de realizar o reconhecimento de toda a escola, o conhecimento com o professor da escola concedente para entender o funcionamento da disciplina e a turma em que será realizado o estágio, o capacita a conhecer os Planos de Ensino das disciplinas de Geografia e Estudos Amapaense para o ensino fundamental séries finais e a disciplina de Geografia no ensino médio.

b) Observação: contempla 40h para fase de observação, sendo 35 horas/aula distribuída essa etapa na observação das aulas da disciplina em sala de aula para reconhecimento da turma e 5h para elaboração do segundo relatório parcial;

Durante a realização da fase de diagnóstico das escolas concedentes, percebeu-se as deficiências das escolas no que diz respeito em falhas nas suas infraestruturas, salas atendendo demandas acima de sua capacidade, ambiente quente sem ventilação adequada de janela ou ar-condicionado, falta de materiais adequados para que o professor possa trabalhar o conteúdo.

Essas deficiências vivenciadas nas instituições de ensino público são pontuadas nas aulas na universidade e por autores que abordam sobre as possíveis dificuldades, o estagiário poderá se defrontar durante sua formação.

Essa fase tem por finalidade observar e descrever a metodologia e prática de ensino utilizada pelo professor (a) nas aulas do ensino de Geografia e Estudos Amapaenses, bem como a observação na sala de aula a fim de traçar o perfil das turmas observadas e a relação professor-aluno e vice-versa, as atividades propostas e os conteúdos abordados pelo professor da escola do estágio, bem como as dificuldades encontradas pelos alunos.

Portanto, essa fase possibilitou observar a forma como o professor trabalha, ou seja, a metodologia utilizada para ministrar aulas e trabalhar os assuntos das disciplinas e sua forma de avaliar os educandos. Segundo Vieira (2009), refletir sobre a metodologia empregada na sala de aula, buscando verificar a relação de como o conteúdo é realmente compreendido pelos alunos se faz de fundamental importância em nossa vida profissional.

c) Participação: contempla 70h para fase da participação nas aulas, contemplando desde planejamento até a elaboração de atividade como estagiário e a construção do terceiro relatório parcial;

A fase de participação consistiu na etapa que os estagiários vão auxiliando os professores em suas atividades, como acompanhar o planejamento do professor em relação a construção do plano de aula sem interferir na aula do professor, escrever conteúdo da aula no quadro, tirar dúvidas dos alunos, assumir a turma quando os professores precisaram se ausentar, aplicar testes avaliativos, fazer correção das avaliações dos alunos, participar observando os educandos em suas atividades avaliativas, colaborando nas atividades culturais, correção de provas, participação em plantão pedagógico, e ainda ajudar professor e alunos no desenvolvimento de projetos da escola como a feira de ciências.

As atividades realizadas pelos estagiários na fase de participação visam estreitar a relação dentro da sala de aula, entre os estagiários e os educandos, bem como o estagiário e o professor supervisor do estágio na escola com o objetivo de que os estagiários possam socializar com os educandos seus entendimentos acerca dos conteúdos trabalhados na disciplina de Geografia.

Para Castellar (2005), essa etapa reflete que:

Se tivermos uma prática que contribua para a evolução conceitual do aluno, atuaremos na perspectiva da construção do conhecimento, refletindo sobre a realidade vivida pelo aluno, respeitando a sua história de vida e contribuindo para que ele entenda o seu papel na sociedade: o de cidadão (CASTELLAR, 2005, p. 223).

d) Regência: finalizando com 70h para regência de aulas, desde o planejamento, assumir a sala, corrigir atividade e provas, bem como a construção do relatório final.

A fase da regência consistiu em reger aulas e aplicação de projeto de intervenção na disciplina de Geografia no Ensino Fundamental séries finais e Médio, parte desse projeto foi dedicada a regência e intervenção de projeto.

Deste modo, a regência ocorreu com a realização de aulas teóricas ministradas pelos estagiários, assim como, do projeto de intervenção que objetivou mostrar a importância do planejamento das atividades a serem desenvolvidas em sala de aula, visando incentivar os alunos no desenvolvimento com as atividades propostas durante as aulas de Geografia.

As atividades desenvolvidas pelos estagiários durante a fase da regência seguiram orientações teóricas discutidas pelos professores da universidade e discentes, fundamentadas por discussões teóricas de distintos autores que tratam sobre o estágio supervisionado e a importância de o futuro professor vivenciar todas as fases do estágio durante sua formação.

Pois, de acordo com Passini, Passini e Malysz (2015, p. 29), “é o estágio tanto da observação e participação, como de regência, que possibilita ao aluno a vivência das relações no cotidiano escolar, adquirindo informações e habilidades para formar o novo profissional”.

A construção do relatório consistiu na elaboração de um relatório da seguinte forma: Relatório 1 - diagnóstico sobre a estrutura física, organização pedagógica e administrativa da escola concedente; Relatório 2 - observação que teve como finalidade, observar e analisar, como se dá a relação aluno (a) e professor (a) em sala de aula e quais as metodologias utilizadas no ensino de Geografia nas escolas onde aconteceu o estágio; Relatório 3 - A participação em sala de aula no sentido de auxiliar o professor regente nas atividades voltadas para o ensino e aprendizagem dos educandos; e o Relatório Final - Última etapa foi a regência que teve por finalidade planejar e ministrar aulas com conteúdos trabalhados na disciplina de Geografia.

As experiências adquiridas nesse período permitem que o estudante em formação aprimore seus conhecimentos, desenvolva sua consciência crítica, tornando-o capaz de compreender a realidade para, a partir disso, intervir sobre ela com suas próprias reflexões e aprimorar seu aprendizado. Favorece ainda o início de uma troca de conhecimento profissional entre professor e o estudante em licenciatura por meio de conversas e relatos, que podem funcionar por meio da boa relação interpessoal entre os envolvidos.

Sobre este contexto Polon (2017) afirma que:

O estágio supervisionado costuma produzir bons resultados e amadurecimento do acadêmico, o qual tem a oportunidade de concretizar na prática os conhecimentos e metodologias que são abordados em sala de aula no âmbito da graduação (POLON, 2017, p. 433).

Nos cursos das Licenciaturas, o estágio supervisionado é o momento para expor o aprendizado acadêmico fora da universidade. É o momento em que o aluno-estagiário irá desenvolver seus conhecimentos adquiridos durante o processo de aprendizado teórico, e colocá-los em práticas nas escolas públicas ou privadas, relacionando teoria e prática ensinadas nas universidades.

A esse respeito Neto Cordeiro (2014) destaca que:

O estágio é muito importante para os cursos de graduação em geral, enquanto futuros professores, [...]. É a prática do estágio que nos mostra a realidade escolar de forma concreta, exercendo um papel de extrema importância, na formação do futuro professor enquanto mediador ativo na construção desses tipos de saberes (NETO CORDEIRO, 2014, p. 16).

Sendo então o momento de verificação das técnicas pedagógicas desenvolvidas na escola, de percepção do papel do professor enquanto mediador de conhecimentos, de interação com profissionais que já atuam na docência, esse é o período que se adquire na prática conhecimentos e aprendizagem indispensável à formação do professor, pois possibilitam refletir sobre a prática docente e desenvolver estratégias de ensino que se ajustam às circunstâncias concretas com as quais o professor lidará após sua formação básica.

Podemos entender que o estágio supervisionado é uma ferramenta importante para/na formação do estagiário para que ele venha adquirir conhecimento, experiências no ambiente

escolar, e principalmente na sala de aula para assim poder contribuir com os professores e alunos ali presentes, bem como progredir como um futuro profissional de educação.

É também o momento em que o estagiário precisará mostrar suas habilidades, competências e desenvolvimento em sala de aula, relacionando-se com profissionais já atuantes na área de formação, colocando em prática os conhecimentos adquiridos da teoria e prática durante a graduação.

Portanto, o estágio tem papel importante na formação dos futuros profissionais de educação, pois é durante o estágio que é posto em prática o que se aprendeu na academia e se adquire novas experiências, constrói-se e reconstrói o conhecimento. Sendo fundamental que os futuros professores tenham um aprendizado teórico e prático eficaz, para a consolidação do processo ensina-aprendizagem, daí a importância do estágio na formação profissional e pessoal.

A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO NA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

A importância do estágio na licenciatura em Geografia sustenta-se na formação e capacitação de profissionais para trabalharem em universos escolares distintos como mediadores de conhecimentos, vivenciando questões diversas no âmbito escolar, sobretudo, em sala de aula. E nisso, o estágio cumpre o seu papel, pois é por meio deste que o futuro professor adquire conhecimentos que nortearão sua vida profissional.

O estágio na licenciatura em Geografia contribui para que o futuro professor tenha contato com a realidade cotidiana das instituições de ensino, em especial as escolas públicas no município do Oiapoque. Segundo Pimenta e Lima (2004, p.116), “o período de estágio, ainda que transitório, é um exercício de participação, de conquista e de negociação do lugar do estagiário na escola”. Possibilitando ao estagiário integrar-se com os alunos e colegas professores, conseguindo uma rica troca de experiências e ampliação das competências exigidas na sua futura prática profissional. Oportuniza ainda, o conhecimento e compreensão das práticas e metodologias utilizadas atualmente no ensino de Geografia.

Dessa forma, o estágio supervisionado em Geografia é o primeiro contato do graduando com a realidade da sala de aula e tem função fundamental na formação do futuro educador. Constituído-se como um importante período na trajetória do estagiário, pois, a partir dessa experiência, o formando apreenderá a responsabilidade de ser docente e de iniciar-se na profissão. Percebendo também os diversos desafios e limites da realidade do ensino em Geografia, nas escolas públicas.

O aluno-estagiário de Geografia vai encontrar uma série de dificuldades quando for colocado numa sala de aula e uma das dificuldades que vai encontrar está relacionada ao fato de que infelizmente, na maioria das vezes, o ensino de Geografia ainda se limita a metodologia tradicional, onde o professor se prende muito aos livros didáticos e aulas expositivas, pautadas em decorar localização de países, estados, municípios e nomes de região e entre outros.

Tornando a Geografia uma disciplina decorativa, e por isso muitos alunos têm a visão que ela é uma disciplina chata e cansativa. É a formação na universidade, especificamente, no período do estágio supervisionado que o aluno-estagiário se confronta com realidades distintas, quanto ao ensino de Geografia, e o aproveitamento pelos educandos, e é por meio da ajuda dos professores regente e orientadores que o professor em formação conhecerá métodos corretos de ensino para o cotidiano escolar diverso.

O estágio no Curso de Licenciatura em Geografia do Campus Binacional em todos os dois ciclos, soma-se também a ocorrência de conhecer todo o funcionamento da escola, assim a primeira fase do estágio é a reunião de ingresso ao ambiente escolar a partir de uma reunião com a equipe gestora da escola, concentrada entre o diretor, coordenação pedagógica e os professores da disciplina, a equipe da UNIFAP foi composta pela coordenação do curso, professores coordenadores do estágio supervisionado e dos discentes, para que a equipe tivesse uma interação prévia de conhecer os responsáveis da escola, bem como os procedimentos do estágio na escola e a relação do plano de estágio supervisionado gerado pelo cronograma de estágio e calendário a ser cumprido ao longo de toda disciplina, e nesse encontro é firmado a entrega em requerimento de toda a documentação necessária para o estágio no semestre.

Sendo assim, a abertura das portas de acesso a escola, interação com o professor da disciplina que será seu professor supervisor da escola, e isso faz com que se quebre toda dificuldade de acesso ao professor e a equipe gestora da escola. O que facilita o acesso e a entrada na escola na vigência do estágio

Assim, temos a primeira conversa com o professor para distribuição de horários e turmas e somos levados a se adaptar a escola. Dessa forma, pensar como estagiário leva o Ensino da Geografia com a finalidade da formação intelectual e crítica do indivíduo para que este saiba ler e interpretar o espaço vivido, possibilitando que o indivíduo desenvolva uma consciência crítica capaz de compreender a realidade para, a partir disso, interferir sobre ela com suas próprias reflexões e melhorar sua qualidade de vida.

Contudo, cabe ao professor a competência e a responsabilidade de preparar e formar cidadãos com seu próprio senso crítico, capazes de encarar os desafios do cotidiano.

RELATO SOBRE A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE GEOGRAFIA, CAMPUS BINACIONAL

O estágio supervisionado no Curso de Licenciatura em Geografia, Campus Binacional, foi iniciado no semestre de 2017.1 na própria universidade, com a apresentação da proposta de estágio, documentação necessária e as atividades que foram realizadas nas etapas de cada estágio. Durante as aulas na universidade foi passado de forma didática e objetiva, os problemas e os desafios que podemos encontrar, sentir e lidar na realidade escolar, que para a maioria dos estagiários, só têm conhecimento sobre a experiência escolar, nas obras literárias discutidas no decorrer do curso.

No transcorrer das aulas de estágio, os professores da disciplina socializaram com os graduandos, quais as dinâmicas no âmbito escolar e quais os melhores passos e práticas que podemos adotar para ministrar uma boa aula, haja visto que, não existe uma receita pronta para uma aula perfeita, tendo como base autores que abordam o tema analisado.

O compromisso dos professores do Curso de Geografia do Campus Binacional, com o Ensino de Geografia possibilitou aos estagiários da turma 2014.1 vivenciar vários desafios e adquirirem experiências que somadas aos seus conhecimentos prévios, contribuiriam de forma significativa na formação desses licenciandos, que serão futuros professores.

Na primeira aula do estágio supervisionado I e II do Curso de Geografia, Campus binacional, foram passados aos estagiários todos os conteúdos que seria trabalhado no referido período, bem como foi apresentado o plano de curso e discutido como ocorreriam as aulas, o campo de estágio que foi desenvolvido na escola e o relatório final de estágio, contendo um relato sobre as

quatro etapas do estágio nas escolas concedentes. Além disso, na primeira aula, foram traçados os objetivos da disciplina, bem como a carga horária teórica e prática a serem cumpridas.

A percepção de estágio na Universidade vem mudando, não somente pelo aumento da carga horária, mas, sobretudo, na discussão teoria-prática que tenta transformar o modelo de estágio tradicional. Uma vez que, o que vimos na maioria das vezes, em termos de estágio nas escolas é algo rotineiro, com pouca inovação. Nesse sentido, ao longo das aulas no Campus Binacional, foi possível perceber que alguns estudantes apresentavam pouca ou nenhuma experiência de prática de ensino e tinham dificuldades na transposição didática, quando apresentavam seminários.

Deste modo, durante o sétimo semestre, as aulas transcorreram acompanhadas de discussões teórico-metodológicas, visando à preparação dos estagiários para posteriormente ocorrer a entrada nas escolas concedentes. Também, foram realizadas atividades práticas que envolveram o planejamento e a execução de aulas e a formulação de projetos didáticos. No entanto, apesar da preparação prévia dos alunos na universidade, alguns estagiários tiveram dificuldades para desenvolver suas atividades durante o estágio, seja por questão de tempo para planejamento e execução das atividades referentes ao estágio ou imprevistos decorrentes das atividades da própria escola onde se realizou o estágio.

As atividades do estágio supervisionado ocorrem da seguinte forma: o primeiro passo foi a preparação teórica sobre o estágio e ocorreu a reunião na escola para posterior início das atividades na escola; O segundo foi fazer contato com os gestores das escolas concedentes para que os estagiários às visitassem para um posterior diagnóstico da escola; o terceiro passo foi o contato com os professores das disciplinas, em seguida iniciou-se as observações em sala de aula, que durou basicamente seis semanas, após esse período, foi iniciado o quarto passo, os estagiários começaram a dar aulas e a executarem os projetos propostos. Paralelamente ao estágio, ocorriam encontros semanais na universidade, para socializar as experiências e discutir metodologias utilizadas na prática docente.

Contudo, o período do estágio supervisionado vivido pelos acadêmicos possibilitou a eles conhecer e compreender por que é importante o estágio na formação profissional do futuro educador, possibilitando aos estagiários vivenciar as dinâmicas do universo escolar, perceber a realidade do cotidiano nas escolas públicas, sobretudo na sala de aula e relacioná-las com a ideia de que muitas das vezes é repassado por alguns autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado em Geografia foi para os graduandos da turma 2014.1 um momento de grande experiência, sendo muito proveitoso para a formação profissional desses formandos. Sendo assim, a escola é um lugar de vivência que permite ao estagiário refletir sobre algumas questões que interferem no bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do educando, como a indisciplina na sala de aula, a questão de limites por parte de familiares aos seus filhos que podem tudo na escola e querem que a escola seja espaço de educação total, sem pesar a educação doméstica, a falta de estratégias de alguns professores para trabalhar o Ensino de Geografia, entre outros.

Portanto, o estágio dá alicerce ao licenciando, possibilitando a ele um conhecimento da real situação do exercício em sala de aula, as suas especificidades em todo o âmbito escolar, caracterizando-se assim como, um momento ímpar de se averiguar as competências obtidas ao longo da graduação, que o estágio supervisionado funciona como uma forma de inclusão dos estudantes universitários à realidade e vivência de uma escola, visto que esse contato é de essencial importância para a formação do novo professor em processo de formação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes [...] e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007--2010/2008/Lei/11788.htm>. Acesso em 12 jan. 2019.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP28/2001, de 02 de outubro de 2001.** Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf. Acesso em: 08 nov. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MECSEF, 1997. 126p. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2020.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. **Lei n. 9394/96, 1996.** Disponível em: portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf. Acesso em: 08 nov. 2019.
- CASTELLAR, S. M. V. Educação Geográfica: A psicogenética e o Conhecimento Escolar. v. 25, n. 66, **Caderno Cedes**, Campinas, mai-ago. 2005. p. 209- 225.
- CORDEIRO NETO, F. A. **O estágio supervisionado:** relação teoria e prática no desenvolvimento profissional em Geografia. 2014, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Guarabira/PB, 2014.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ – Secretaria de Educação, **Projeto Político Pedagógico Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva.** Oiapoque: SEED, 44 p, 2017.
- PASSINI, E. Y.; PASSINI, R. MALYZS, Sandra T. **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado.** 2ª, São Paulo: Contexto, 2015, p. 16-30.
- PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores:** unidade, teoria e prática? 3ª. São Paulo: Cortez, 1997.
- PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência.** São Paulo: Cortez, 2004.
- POLON, L. C. K. Considerações sobre o estágio supervisionado em Geografia. **Rev. Inter. Educ. Sup.** Campinas, SP, v. 3, n. 2, p.432-436. 2017.
- REIS, M. E. T.; FIORENTINI, D. Desenvolvimento profissional em saberes e práticas no curso de licenciatura em Matemática para professores e serviço. *In:* Reunião Anual da ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social, 30, 2007, Caxambu, MG. **Anais [...].** Rio de Janeiro: ANPED, 2007. p. 1-17.
- SAIKI, K.; GODOI, F. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. *In:* PASSINI, Elza Yasuko *et al* (Org.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.
- TARDIF, M.. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, Conselho Universitário, Resolução Nº 02/2010 - CONSU/UNIFAP. **Regulamenta o estágio supervisionado, no âmbito da Universidade Federal do Amapá,** 2010.
- VIEIRA, R. **Metodologia de ensino utilizadas nas aulas de Geografia,** Pelotas: UFPel, 2007.

3

A ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA PONTE BINACIONAL EM 2017

Ítalo Cardoso Pinheiro

José Mauro Palhares

Alexandre Luiz Rauber

INTRODUÇÃO

Segundo o IBGE (2019), o município de Oiapoque está localizado na porção norte do Estado do Amapá, distante aproximadamente 580 km da Capital Macapá. Este município faz fronteira a oeste com a Guiana Francesa. Possui área de unidade territorial de 23.034,392 km², e população de 27.270 habitantes.

A zona de fronteira franco-brasileira está localizada no norte da América do sul, nos limites territoriais entre Brasil e Guiana Francesa. Esta fronteira tem seus limites no estado brasileiro do Amapá. Esta fronteira se consolidou em 1º de dezembro de 1900 quando o Laudo Suíço confirmou o Tratado de Utrecht (1713) e definiu o rio Oiapoque como o limite do Brasil com a França, o que corresponde também na atualidade os limites do Estado do Amapá/BR e o Departamento da Guiana Francesa/FR. A fronteira fluvial do Oiapoque com 340 km de extensão tornou-se o principal cenário de articulação e interação espacial entre esses dois territórios (SANTOS, 2016).

Em 2017 a implantação de uma ponte construída sobre o rio Oiapoque, denominada Ponte Binacional, tem remodelado a dinâmica socioeconômica local do município de Oiapoque existente a mais de quatro décadas. Essas mudanças se expressam no espaço de formas positivas e negativas.

No município de Oiapoque, até 2017 existia uma infraestrutura de transporte consolidada, de cargas, pessoas e mercadorias por meio do modal fluvial. Utilizavam-se exclusivamente balsas e embarcações de médio porte para transporte de mercadorias, cargas e veículos. A ponte binacional ocasionou o declínio de algumas atividades econômicas, e a diminuição do fluxo de outras; por outro lado, a implementação da Ponte Binacional levou à ascensão de outras atividades econômicas na fronteira franco-brasileira.

A PONTE BINACIONAL: UMA REFLEXÃO DO CONTEXTO HISTÓRICO ATÉ A ATUALIDADE

Após a independência do Brasil, o país passou a travar embates com a França por áreas na Amazônia, que, por sua vez, vinha sendo disputada desde os entendimentos entre Portugal e Espanha pela divisão territorial do Novo Mundo, gerando diversos tratados (DA SILVA, 2005). Nos séculos XVII e XVIII, as terras da região fizeram parte da divisão de capitania e foram entregues pelo governo português a Bento Parente, ocasião em que passaram a ser identificadas como Capitania do Cabo Norte. O limite era o Rio Vicente Pinzón, que mais tarde receberia o nome de Oiapoque. A região na época era habitada por grupos indígenas, sendo que o lugar que hoje é a cidade de Oiapoque foi habitado pela primeira vez no século XIX, por um mestiço denominado Emile Martinic, originando mais adiante o primeiro nome dado à cidade – ‘Martinica do Oiapoque’ (DA SILVA, 2005).

Os limites entre o Brasil e a França, na fronteira do Cabo Norte, foram decididos somente em 1º de dezembro de 1900, com a decisão do Laudo Arbitral Suíço, conquista diplomática que levou o nome do Barão do Rio Branco como um dos heróis do imaginário nacional brasileiro.

Os desdobramentos relativos à criação da Ponte Binacional tiveram início em maio de 1996, por meio do Acordo-Quadro de cooperação entre Brasil e França. Este acordo foi assinado pelo então Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, e pelo presidente da República da França em exercício, o presidente Jacques Chirac.

Esta ponte faz a ligação entre o município de Oiapoque, cidade brasileira no extremo norte do estado do Amapá, ao município de Saint Gerges de L’ Oyapock, que está localizado ao leste da Guiana Francesa, às margens do rio homônimo. Oiapoque e Saint Georges são consideradas cidades, por existir ali enormes interrelações do Brasil com a França.

Segundo Santos (2012), as cidades gêmeas são o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira. Esses adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira, seja esta seca ou fluvial, articuladas ou não por obra de infraestrutura, apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações condensadas dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Foi promulgado no dia 6 de novembro de 2007, o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, de 15 de julho de 2005, o Decreto Nº 6.250 (Barillo, 2015).

Em abril de 2002, por meio de acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, foi estabelecido o projeto de construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque. A ponte tem como objetivo principal melhorar as ligações rodoviárias entre Brasil e Guiana Francesa e o fortalecimento da parceria entre os dois territórios, proporcionando maior intercâmbio cultural e comercial entre as duas porções.

O acordo para a construção da ponte foi assinado em 2005 pelos então presidentes do Brasil, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente da França, Sr. Jacques Chirac.

Em 2007, por meio do Decreto nº 6.250 de 06 de novembro, foram definidos que os custos de construção da ponte seriam pagos pelos dois países, Brasil e França. Ao governo brasileiro, ficou

destinado o gerenciamento e execução da obra. Com o desdobramento da obra, e apresentação dos documentos fiscais, a parte francesa entrara com o reembolso referente à sua parte da obra.

Em julho de 2009, são iniciadas as obras de construção da Ponte Binacional, ficando selecionado o Consórcio ao DNIT com a empresa EGESA/CMT ENGENHARIA para realização da obra.

As características físicas da Ponte Binacional, segundo o acordo sobre o projeto de construção da mesma, foram:

Altura navegável de no mínimo 15 m acima do nível do rio em maré cheia, e suportaria uma rodovia de mão dupla com duas pistas de, no mínimo, 3,50 m cada e uma pista mista para ciclistas/peDESTRES, de 3 m de largura, separada da via central por uma barreira física sobre uma base de 12,90 m de largura (BRASIL, 2007, p.25).

Durante as obras de construção da ponte foram localizados sítios arqueológicos na área, fator que paralisou a construção da mesma, conforme ressaltam escavações arqueológicas que revelaram vestígios de períodos históricos e pré-coloniais das populações antigas nas imediações da ponte (NASCIMENTO, 2015).

A área de influência da ponte está embasada em terrenos geologicamente compostos por rochas ígneas do Complexo Guianense, mais especificamente biotita monzogranitos e diabásios. Além destas, ocorrem rochas metamórficas gnáissicas com intrusões básicas e granodioríticas (BARILLO, 2015).

Porém, somente em 18 de março de 2017, a ponte foi inaugurada provisoriamente para tráfego de carros particulares (Figura 1). Com restrições de horários, a Ponte Binacional funcionava de segunda a sexta feira das 08h às 18h, estando fechada aos sábados e domingos.



Fonte: Pinheiro, 2019.

Figura 1. Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque tem como finalidade a fluidez de pessoas e mercadorias utilizando a BR-156. As mercadorias da Guiana Francesa seguiram para exportação até o porto de Santana, localizado a 17 km da capital do estado do Amapá, Macapá. Em 2019, a fronteira franco-brasileira passa por mudanças em sua estrutura originária. Essas mudanças são modeladas pelos novos arranjos impostos à zona de fronteira com a implementação da Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque. A mesma ponte que levou facilidade de acesso ao município por meio de veículos, levou ao declínio na dinâmica de setores de transporte fluviais existente por décadas na zona de fronteira.

Fronteira é o limite entre dois territórios, é o local onde se delimita o poder de um determinado estado sobre o seu território (Figura 2). De acordo com as ideias de Machado (1998) sobre a fronteiras e limites,

O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o limite não está ligado à presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira.



Fonte: Santos, 2012.

Figura 2. Mapa da fronteira do Brasil com Guiana Francesa.

Segundo o Acordo Sobre o Projeto de Construção da Ponte sobre o Rio Oiapoque, apresenta algumas características físicas, sendo que a mesma possui 378 metros de comprimento, já:

A altura navegável de no mínimo 15 m acima do nível do rio em maré cheia, e suportaria uma rodovia de mão dupla com duas pistas de, no mínimo, 3,50 m cada e uma pista mista para ciclistas/pedestres, de 3 m de largura, separada da via central por uma barreira física sobre uma base de 12,90 m de largura (BRASIL, 2007).

Desde 2019, o horário de funcionamento da Ponte Binacional está sendo de domingo a domingo das 8h às 18h. Durante a noite, a ponte fica fechada para a passagem de pessoas e veículos. O Posto alfandegário brasileiro, responsável pela fiscalização de entrada e saída da ponte, é composto pelos órgãos da Polícia Federal, da Receita Federal e IBAMA. A ponte é aberta para turistas que desejem conhecer a obra de perto.

A Ponte Binacional traz resultados positivos para o comércio de Oiapoque; alguns setores expressam significativo aumento no quantitativo de vendas, provenientes de brasileiros e guianenses advindos de Caiena e comunidades da Guiana Francesa utilizando a ponte como meio para se chegar ao Oiapoque, além do aumento do fluxo de clientes no comércio de Oiapoque. Em julho de 2019, ocorreram as primeiras exportações de produtos do Brasil para a Guiana Francesa, utilizando como meio de transporte a Ponte Binacional. Uma usina de Biomassa será instalada em Saint Georges no lado guianense. Foram 22 carretas que fizeram o transporte, passando pela Alfândega (Figura 3).

O brasileiro que deseja adentrar a Guiana Francesa com seu carro deverá solicitar um seguro para seu veículo, no valor de 165,00 Euros (que em valores atuais do câmbio equivale a cerca de R\$ 660,00). Este seguro possui validade de 30 dias, a ser renovado de acordo com a permanência do veículo no Território Ultramarino da Guiana Francesa.

Atualmente, há um acordo de transporte entre o Brasil e a Guiana Francesa, porém falta a sua implementação. Tratativas estão sendo feitas em Brasília com esse objetivo e, por enquanto, a RFB e a Aduana Francesa permitem o transbordo de caminhões para o outro lado. Isso ocorre tanto do lado francês quanto do lado brasileiro segundo a Receita Federal.



Fonte: Pinheiro, 2019.

Figura 3. Carretas aguardando no pátio da alfândega brasileira para liberação de suas cargas.

Com custo de 54,7 milhões de reais, a Ponte Binacional atualmente é utilizada principalmente por pessoas advindas da Guiana Francesa para o Brasil, impulsionada pela ausência de barreiras. Em 2016, ano anterior à abertura da ponte Binacional entre Brasil e a Guiana Francesa, havia enorme apreensão de como seriam os novos arranjos impostos às cidades gêmeas de Oiapoque e Saint Georges de L' Oyapock.

Em 2017, após a abertura da Ponte Binacional na fronteira franco-brasileira para carros e cargas, notaram-se mudanças na estrutura econômica do município de Oiapoque. Essas mudanças se expressam em perspectivas negativas e positivas na dinâmica comercial de Oiapoque. Era notável que os principais impactados com a implantação da ponte seriam os setores de transporte. Esta pesquisa visa compreender o atual cenário em que se encontram os setores de transporte impactados.

A PERSPECTIVA POSITIVA

Após a implantação da Ponte Binacional na zona de fronteira franco-brasileira, nota-se expressivo aumento do fluxo de veículos advindos da Guiana Francesa utilizando a Ponte Binacional como meio de chegada ao comércio de Oiapoque. Geralmente, adentram a cidade em busca de produtos com menor preço no comércio local.

Existem também brasileiros que residem no território ultramarino da Guiana Francesa e trabalham nas mais diversas funções, geralmente habitam as cidades de Caiena e Kourou, e nos finais de semana destinados às folgas, aproveitam o tempo livre para irem até Oiapoque. Muitos desses brasileiros possuem propriedades em Oiapoque o que acaba facilitando o acesso ao país.

A PERSPECTIVA NEGATIVA

O caso dos catraieiros

A abertura da Ponte Binacional na fronteira franco-brasileira ocasionou a diminuição do fluxo em alguns setores econômicos, e a extinção de outros, principalmente setores relacionados ao transporte de pessoas e mercadorias pelo rio Oiapoque, entre Oiapoque e Saint Georges de L' Oyapock, a Vila Vitória.

O setor que sofreu maior impacto no fluxo de clientes conhecidos na zona franco-brasileira é conhecido popularmente como os catraieiros, que faziam transporte de pessoas e cargas.

Segundo Santos (2016), as catraias, pequenas embarcações, são responsáveis desde 1970 pela circulação de cargas e pessoas neste local.

Na região de fronteira franco-brasileira existem quatro organizações de catraieiros, que são divididas em Associações e Cooperativas. Estão situadas em Oiapoque, Saint Georges de L' Oyapock e Distrito de Vila Vitória do Oiapoque.

Os catraieiros do rio Oiapoque estão organizados em quatro cooperativas, sendo elas: Cooperativa de transporte Fluvial e Terrestre de Oiapoque – COMFCOI, Associação dos Pilotos Fluviais de Vila Vitória – APFVV, Cooperativa de transportes e turismo de Oiapoque-COOPTUR, Associação Valle de Saint-Georges L'Oyapock (SANTOS, 2016, p. 3).

Com a abertura da ponte, os catraieiros tiveram significativa queda nos quantitativo de usuários de transporte no Rio, pelo fato de boa parte da população residente na Guiana Francesa possuir carros, em que estes podem vir livremente ao Oiapoque.

“Em 06 de outubro de 1989 ocorreu a primeira organização destes profissionais com a fundação da Associação dos Catraieiros do Oiapoque (ACO). A ACO, em 17 de junho de 2002, se transformou legalmente na Cooperativa de Transporte Fluvial e Terrestre de Oiapoque (COMFCOI). A COMFCOI teve como objetivo congregar trabalhadores de sua área de atuação, realizando o interesse econômico dos mesmos, atuando no transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares interurbanas, interestadual e internacional, atuando também no transporte de cargas nas respectivas linhas regulares, exceto travessia. A COMFCOI possui atualmente cerca de 47 associados habilitados pela Marinha Brasileira, representados pelo presidente José Ribamar de Brito, associado há 12 anos” (SANTOS, 2017, p. 6).

Segundo o relato de um catraieiro com as iniciais B. R. M. G., que realiza transporte de passageiros pelo Rio Oiapoque há um ano, no período noturno, afirma que:

“O movimento de passageiros durante a noite é fraco, hoje em dia o francês vem a cidade durante o dia em seu carro, ficando para o catraieiro uma pequena parcela de clientes que não possuem carro, que ainda utilizam nossos serviços. O movimento se intensifica a partir de quinta-feira, quando muitos franceses vem a Oiapoque em busca de lazer, aí a gente consegue tirar um dinheirinho, o tempo bom para ser catraieiro já passou. Com a ponte a nossa atividade foi a mais prejudicada. Mas por outro lado o governo deu auxílio pra gente tentar abrir outro negócio. Alguns ainda insistem em permanecer na atividade, mesmo com a queda no movimento”.

Segundo, Santos (2017) “A criação da COMFCOI impulsionou o processo de organização desses profissionais que se multiplicavam rapidamente”.

A implementação das Políticas territoriais para as fronteiras amazônicas, visam a articulação entre os países sul-americanos, nesta perspectiva, construiu-se sobre o Rio Oiapoque a Ponte Binacional, iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional SulAmericana/IIRSA, a fim de integrar o comércio sul americano através do eixo amazônico, principalmente ao Porto de Santana/AP, elo de articulação com potenciais mercados exportadores, pois está integrado a hidrovias amazonas (SANTOS, 2017, p. 6).

Com enorme demanda de passageiros utilizando catraias de Oiapoque/Saint-Georges de l’Oyapock/Vila Vitória, catraieiros que residiam em Vila Vitória se organizaram em associação denominada Associação dos pilotos fluviais da Vila Vitória – APFV, conforme SANTOS (2017):

Os Moradores de Vila Vitória, distrito de Oiapoque localizado em frente à cidade de Saint-Georges, a partir da necessidade de locomoção para o outro lado do rio, diante da carência de catraieiros para realizar o trajeto e da relativa proximidade de Vila Vitória a Saint-Georges, constituíram, em 27 de janeiro de 2008, a entidade com fins lucrativos Associação dos Pilotos Fluviais da Vila Vitória (APFVV). Fundada com o objetivo de bem servir a comunidade no transporte fluvial, a fundação da APFVV foi iniciativa de seu primeiro presidente, o Senhor

Leal e sua esposa Senhora Valéria, nomeada primeira secretária. O senhor João de Jesus é o atual presidente, e, desde a fundação, três associados o antecederam (SANTOS, 2017, p.7).

Com os primeiros rumores de criação de uma ponte sobre o rio Oiapoque, mais catraieiros se interessam em organizar associações com objetivo central de buscar apoio governamental (SANTOS, 2017).

No Oiapoque a categoria dos catraieiros continuou a crescer e oficialmente, em 11 de fevereiro de 2010, foi criada a Associação dos Catraieiros do Município de Oiapoque (ACMO) e Associação dos Catraieiros Autônomos do Oiapoque, que, ao unir-se criaram a Cooperativa de Transportes e Turismo do Oiapoque (COOPTUR). A referida é composta por 74 cooperados (SANTOS, 2017).

Catraieiros que residem na cidade francesa de Saint Georges de L' Oyapock também estão organizados em associações. A circulação de cargas e pessoas no rio Oiapoque, despertou também em moradores de Saint-Georges o interesse por atuar como catraieiros, vindo a organizar-se também na forma de associação. Assim, o Senhor Jorge Forte, na época catraieiro, criou em 2008 a Associação Valle de Saint-Georges L'Oyapock, associação atualmente representada pelo Senhor Denevaldo dos Santos, com 29 associados, no entanto, deste total somente 10 são atuantes (SANTOS, 2017, p. 6).

A empresa lunay empreendimentos

A principal empresa impactada com a implantação da Ponte Binacional foi à empresa Lunay Empreendimentos, que executava o transporte de carros e cargas, entre Oiapoque e Saint Georges de L' Oiapoque por meio fluvial utilizando balsas. A partir da inauguração da ponte, a empresa foi proibida de fazer o transporte entre Oiapoque e Saint Georges.

O transporte de cargas e mercadorias entre as cidades gêmeas de Oiapoque e Saint-Georges de L' Oyapock se dará apenas pela Ponte Binacional, por já haver barreiras alfandegárias na entrada e saída dos territórios. Segundo a administração da empresa Lunay, “a mesma foi proibida pela Receita Federal a partir do momento em que a barreira alfandegária passou a funcionar na porção brasileira da Ponte Binacional, mesmo sem a proibição, iríamos interromper a atividade de transporte de cargas e veículos por motivos de baixa procura pelo serviço”.

A CIDADE DE OIAPOQUE: UM PONTO ESTRATÉGICO NO EXTREMO NORTE DA AMAZÔNIA

Em relação aos reflexos da vinda de consumidores estrangeiros advindos da Guiana Francesa, alguns setores expressam significativo aumento no quantitativo de vendas, e esse aumento é proveniente de brasileiros e guianenses advindos de Caiena e comunidades da Guiana Francesa utilizando a ponte como meio de acesso ao município de Oiapoque.

Além do aumento do fluxo de consumidores na região central de Oiapoque, é notável maior intercâmbio cultural entre Brasil e França.

Por meio de diálogos com empresários de Oiapoque, foi constatado aumento na procura de serviços mecânicos para automóveis, serviços de turismo, serviços de hotéis, além no aumento no fluxo de clientes estrangeiros em bares e restaurantes. O valor do câmbio do Euro em relação ao Real, atualmente em mais de 400%, estimula o consumidor francês a adentrar o município de Oiapoque para comprar produtos locais.

A ponte que interliga os dois países vem a favorecer o acesso de consumidores advindos de cidades da Guiana Francesa até o Oiapoque por meio de carros, além de estimular o intercâmbio cultural na fronteira.

O COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE

O Oiapoque possui uma economia consolidada no que se refere ao comércio de produtos e serviços. Comerciantes da região central de Oiapoque tiveram seu fortalecimento principalmente em 1970, ano em que a cidade era principal entreposto logístico para a atividade mineradora clandestina na Guiana Francesa.

Através de entrevistas com empresários de Oiapoque, foi constatado aumento no fluxo de pessoas e de carros advindas da Guiana Francesa buscando serviços mecânicos para automóveis, serviços de turismo, serviços de hotéis, além do aumento no fluxo de clientes estrangeiros em restaurantes e bares da cidade.

Lojas de gêneros alimentícios

Composto por supermercados, açougues, peixarias e hortifrutigranjeiros, os principais produtos comercializados são carne de boi, frango, peixe, arroz, feijão, farinha, frutas, legumes e verduras.

Lojas de vestuário

Composto de lojas de vestuário no varejo e atacado, malharias e sapatarias, com destaque de venda de camisas, sapatos, sandálias, uniformes, calças e bermudas.

Lojas de materiais de construção

Composto por lojas de segmentos de construções e serviços. os principais produtos comercializados são: tijolos, cimento, telhas, vergalhões de ferro, tubos e conexões. Além do segmento madeireiro, como tábuas aplainadas de 4 faces, caibros aplainados de 4 faces, vigas brutas e blocos quadrados.

Em Oiapoque, foi constatado por meio de diálogo com empresários uma enorme abundância em minérios utilizados na construção civil, com destaque para areia branca e o seixo. A areia branca é extraída principalmente em áreas particulares no KM-5. O seixo é extraído do leito do Rio Oiapoque através da utilização de balsa, onde o mineral é dragado e beneficiado separando-o em diversos tamanhos, para serem utilizados na construção civil.

Lojas de importados

Composta por lojas de importados, de pequeno e médio porte. Os principais produtos comercializados são bijuterias, pendrives, aparelhos de som, guarda-chuvas, relógios, carregadores, capas e películas para celular, material escolar, louças e brinquedos.

Lojas de móveis e eletrodomésticos

Compostas de lojas de móveis e eletrodomésticos, com destaque para a venda de televisões, colchões, celulares, fogões e geladeiras, além da atividade moveleira de produtos de madeira transformada, onde são produzidos armários, camas, mesas, guardas-roupas, portas e janelas.

Restaurantes

O setor alimentício em Oiapoque é composto por restaurantes (churrascarias) e de comida caseira. Os principais consumidores são turistas franceses que adentram o município nos finais de semana. Os produtos comercializados são: churrasco de boi. (picanha, alcatra, file, maminha), carne de frango, linguiças e carne de porco.

A Guiana Francesa tem seu território composto principalmente por florestas tropicais, fator que ocasiona a escassez de áreas para a criação de bovinos, o que torna a carne reduzida e com um preço elevado. Este fator favorece a vinda de turistas até as churrascarias de Oiapoque.

Bares e boates

Composto principalmente por bares de música ao vivo e venda de bebidas alcoólicas, onde estão englobados petiscos e tira gostos.

Hotéis e pousadas

Constituído por uma rede de hotéis e pousadas, que possuem diárias entre R\$ 80,00 e R\$ 100,00 por pessoa. Esta atividade também tem grande influência dos usuários franceses. Alguns hotéis se associam à rede de prostituição por se transformarem em pontos de encontro entre as brasileiras e os homens oriundos da Guiana Francesa, uma rede com muitos tentáculos, por isso mesmo forte o bastante para fazer com que o Oiapoque seja considerado uma rota do comércio sexual juvenil internacional para a Guiana Francesa e o Suriname, onde adolescentes são exploradas sexualmente por três gramas de ouro cada programa (Jornal o Liberal, 2018).

Turismo

Devido ao Oiapoque estar situado na zona de fronteira franco-brasileira, sua posição geográfica faz com que esta cidade tenha grande potencialidade para o turismo destinado principalmente para franceses advindos de Caiena e Kourou. A atividade turística em Oiapoque ainda é pouco explorada. A carência de infraestrutura na cidade exerce papel negativo na imagem do município.

Na cidade, empresários exploram diferentes modalidades de turismo, como o turismo de hospedagem, turismo de selva, turismo de aventura e turismo gastronômico.

O comércio do município de Oiapoque é diversificado e atende a diferentes mercados consumidores. Pela distância de Oiapoque com a capital Macapá, a cidade é a principal fornecedora de produtos para a mesorregião do médio e baixo Rio Oiapoque. O município assume o papel de principal entreposto de mercadorias que são distribuídas para diversas comunidades localizadas nas proximidades do rio.

As localidades onde se destinam a distribuição de produtos na fronteira brasileira são a Comunidade de Clevelândia do Norte, Vila Brasil, Distrito de Vila Vitória, Ilha Bela e aldeias indígenas do baixo rio Oiapoque, com destaque para a Aldeia do Manga, do Kumene e outras menores.

A comunidade de Vila Brasil está distante 105 quilômetros da sede à montante do rio Oiapoque. Esta comunidade exerce grandes trocas comerciais com a comunidade de Camopi, que está localizada em frente à Vila Brasil. Entre os principais produtos comercializados estão os gêneros alimentícios (carne, frango, arroz e feijão) e vestuário (camisas, bermudas, calças e sapatos).

A maior concentração de estabelecimentos comerciais estão situadas às margens do Rio Oiapoque. A centralização das lojas à margem do rio Oiapoque é resultado de vários anos em que o fluxo de pessoas e mercadorias se deu principalmente pelo modal fluvial, utilizando este rio como principal meio de transporte.

A nossa empresa existe há 15 anos em Oiapoque. A atividade principal é o comércio varejista de matérias para a construção de casas. O consumidor francês sempre influenciou na economia local (Figura 4). Os consumidores, segundo os registros de cadastros de clientes da empresa, são compostos entre 45% de moradores do município de Oiapoque, 3% moradores do Distrito de Vila Vitória, 13 % são indígenas das aldeias da região do baixo Rio Oiapoque, como Aldeia do Manga, comunidade do Kumene e com 39% são franceses e indígenas que buscam produtos que não são encontrados em Saint Georges. Com a implantação da ponte a expectativa é boa para o setor de construções. Pode-se notar clientes que fazem a retirada de produtos em seus carros utilizando a ponte. (DANTAS, 2019).



Fonte: Pinheiro, 2019.

Figura 4. Clientes fazendo retirada de produtos utilizando veículos franceses.

Segundo Dantas (2019) “a empresa Oiapoque Construções evidencia a diminuição no número de clientes franceses, que utilizam o rio como meio para se chegar ao Oiapoque, vindos principalmente de catraia. Por outro lado, o número de clientes que vêm comprar utilizando veículos aumentou. Na Guiana Francesa a maioria da população tem carro, logo a ponte facilitou a entrada desse cliente, não só para nós do ramo da construção civil, mas também para todos os setores da economia.

Atualmente a BR 156 possui um trecho de 112 quilômetros de estradas que não possuem pavimentação, estas foram construídas sem levar em consideração o processo de escoamento superficial da chuva, que, por conseguinte se formam atoleiros que dificultam o trânsito de veículos. Esta distância de Oiapoque com os grandes centros ocasiona valor mais elevado de 10% a 15 % de valor agregado. O preço elevado do frete é consequência de um trecho de aproximadamente 112 quilômetros não pavimentados.

O início da construção da BR-156 remonta aos anos de 1940, mais precisamente em 1946, portanto, logo após a saída de Getúlio Vargas da presidência da República e o começo de um período de relativa liberdade democrática no país, interrompida com o golpe militar de 1964. Essa rodovia foi projetada para se constituir em uma importante via de integração do território amapaense, posto que liga norte a sul, desde Laranjal do Jari até o Oiapoque, numa extensão de aproximadamente 789 quilômetros.

A estrada serviu como meio para promover o processo de expropriação camponesa, reestruturando o território em conformidade com os interesses do grande capital que buscavam se instalar no então território federal do Amapá, para explorar suas riquezas naturais, bem como aproveitar-se da sua posição geográfica favorável, propícia para o intercâmbio com os mercados dos países do centro capitalista. A estrada foi considerada como um elemento de fundamental importância geopolítica para afirmar a presença brasileira naquela região, dado que o governo central considerava muito perigoso ao país deixar suas fronteiras abandonadas (RAIOL, 1992, p. 39).

O transporte de passageiros pela BR-156 é realizado de três formas; 1 Carros particulares, 2 Empresas de ônibus (Amazontur e Santanense) e o transporte clandestino não legalizado, conhecido em Oiapoque como pirateiros, que são motoristas particulares, geralmente em caminhonetes de tração 4x4.

Os pirateiros existem em Oiapoque desde a primeira corrida do ouro em 1980, como forma de contornar a quase intrafegabilidade da BR-156 no período de chuvas, onde se formam diversos pontos de atoleiros, naquela época ainda muito carente de infraestrutura de pavimentação rodoviária. Esta modalidade de transporte tem valor da passagem em épocas de estiagem R\$ 200,00 podendo chegar até a R\$ 400,00 dependendo das condições do trecho não pavimentado.

Atualmente o transporte de pirateiro está organizado em associações. As empresas de ônibus questionam sobre o transporte clandestino, pois não existe nenhuma regulamentação acerca da atividade.

Oiapoque, por ser uma cidade relativamente pequena, depende dos grandes centros para fornecimento de produtos. São cidades como Macapá e Belém que são as principais fornecedoras de produtos para o Oiapoque. O transporte de mercadorias para Oiapoque é realizado em caminhões, sendo que a viagem pode durar até 15 horas.

A importância da BR-156 não está restrita apenas às potencialidades que sua pavimentação poderá despertar para a economia amapaense, mas também porque ela contribui para a viabilização da integração do Brasil com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela, bem como por conta do sentido do desenvolvimento que se quer consolidar o Amapá, sentido este que beneficia fundamentalmente os segmentos vinculados ao mercado internacional através da produção de commodities.

Dados revelam que entre os anos de 1991-2000 o Amapá teve um incremento maior de crescimento da população do que em relação às décadas anteriores, resultado de um número

maior de migrantes que migraram para o estado, bem como o aumento da taxa de fecundidade. A população cresce fundamentalmente nas áreas urbanas.

Em Oiapoque, na porção brasileira da fronteira, na rodovia Ponte Internacional, que liga à Ponte Binacional a BR 156, foi verificado, por meio de consultas com donos de lotes e moradores no entorno da região alfandegária, que os mesmos passaram por supervalorização a partir da implementação da ponte naquela região. Os lotes medindo 10x30 que há cerca de 3 anos custavam R\$ 10.000,00 hoje estão avaliados entre R\$ 25.000,00 e R\$ 30.000,00 de acordo com a localização da área. Os lotes medindo 10x30 localizados à margem da rodovia Ponte Internacional chegam a custar R\$ 60.000,00.

As áreas que circulam a ponte estão valorizadas por conta da expectativa acerca da proximidade de Saint Georges. É esperado que nesse trecho se desenvolvesse uma grande área de comércio impulsionada por turistas franceses que ali transitam com seus veículos todos os dias.

Na Região de fronteira de Oiapoque, já existem construções ao redor das instalações da alfândega brasileira, onde muitos desses terrenos são adquiridos por brasileiros que moram na Guiana Francesa, onde trabalham em diferentes funções com destaque para a construção civil e aos finais de semana se deslocam até o Brasil.

No Rio Oiapoque, onde atualmente está situada a ponte, foram verificadas mudanças na paisagem natural, onde atualmente está instalada a Ponte Binacional. Antes da construção da obra existia ali um conjunto de formações rochosas conhecidas popularmente na região do Oiapoque como "morna". Este local era muito frequentado por banhistas e turistas da Guiana Francesa. O local desapareceu após a implantação da ponte, dando espaço a fundações e pilhas de concreto que sustentam a obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto descreveu e analisou as mudanças na dinâmica socioeconômica no município de Oiapoque após a implantação da Ponte Binacional na Fronteira. Esta implementação se deu sem levar em conta os serviços de transporte existentes desde 1960, que estão relacionados a cargas e mercadorias no Rio Oiapoque.

Por meio de ações judiciais movidas contra o estado pelas associações de catraieiros de Oiapoque, Saint-Georges de L' Oyapock e Vila Vitória, foram pagas indenizações aos catraieiros que tiveram suas atividades impactadas com a baixa demanda de passageiros entre Oiapoque e Saint Georges de L' Oyapock. O número de carros advindos da Guiana Francesa reforça a hipótese do aumento no quantitativo de clientes nos setores comerciais em Oiapoque. O diálogo com empresários possibilitou o entendimento mais refinado sobre a dinâmica fronteiriça.

REFERÊNCIAS

BARROS, L. E. P. A dinâmica das relações de Brasil e Paraguai sobre a questão fronteiriça (década de 1960). In: **Revista História em Reflexão**. 2008. Acesso em 08 de Jan, 2019.

BRASIL. Divisão de Atos Internacionais. **Acordo sobre o projeto de construção de uma ponte sobre o Rio Oiapoque**. Brasília: Diário Oficial da União nº 178, 2002. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_fran_168_4818.htm>. Acesso em: 16/08/2017.

- DA SILVA, J. M.. A cidade de Oiapoque e as relações transnacionais na fronteira Amapá-Guiana Francesa. **História Revista**, v. 10, n. 2, 2005.
- DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – 2006. Acesso em: 08 de janeiro de 2019.
- DUARTE, G. R. Guiana Francesa: uma análise geohistórica. **Revista Franco Brasileira de Geografia**. 2016. Acesso em 16 set. 2019.
- GOUVÊA, Í. A. M. G.; SILVA, G. V. Relações internacionais amapá-guiana francesa: aspectos comerciais das interações globais e transfronteiriças. **Revista Geonorte**, edição especial 3. 2013.
- MACHADO, L. O. **Limites, fronteiras, redes, fronteiras e espaço global, agb-Porto Alegre**. Porto Alegre, 1998, p.41-49. Acesso em 10 de setembro. de 2019.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. Acesso em 22 de julho de 2017, representante da COOPTUR, 2017.
- SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense**: do “mundo” das águas às florestas protegidas. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP, 2012. Acesso em 11/09/2019.
- SANTOS, L. P. M.; DOS SANTOS, E. R. C. **“Catraias” do rio oiapoque e dinâmica territorial transfronteiriça franco-brasileira**. A construção do Brasil, Geografia ação política e democracia São Luiz, 2016. Acesso em 22 de set. de 2019.
- CARDOSO, Breno. Empresário Oficina Mecânica de veículos X9, 2017.
- NETO, Arthur Moraes Freire; Empresário, Hotel Amazonas, Oiapoque; 2017.
- DANTAS, Nilva Cardoso, empresária, Oiapoque Materiais de Construção, Oiapoque, 2019.

4

O COMÉRCIO DA CIDADE DE OIAPOQUE SOB O CONTEXTO FRONTEIRIÇO FRANCO-BRASILEIRO

Audalice dos Santos Feitosa
Edenilson Dutra de Moura

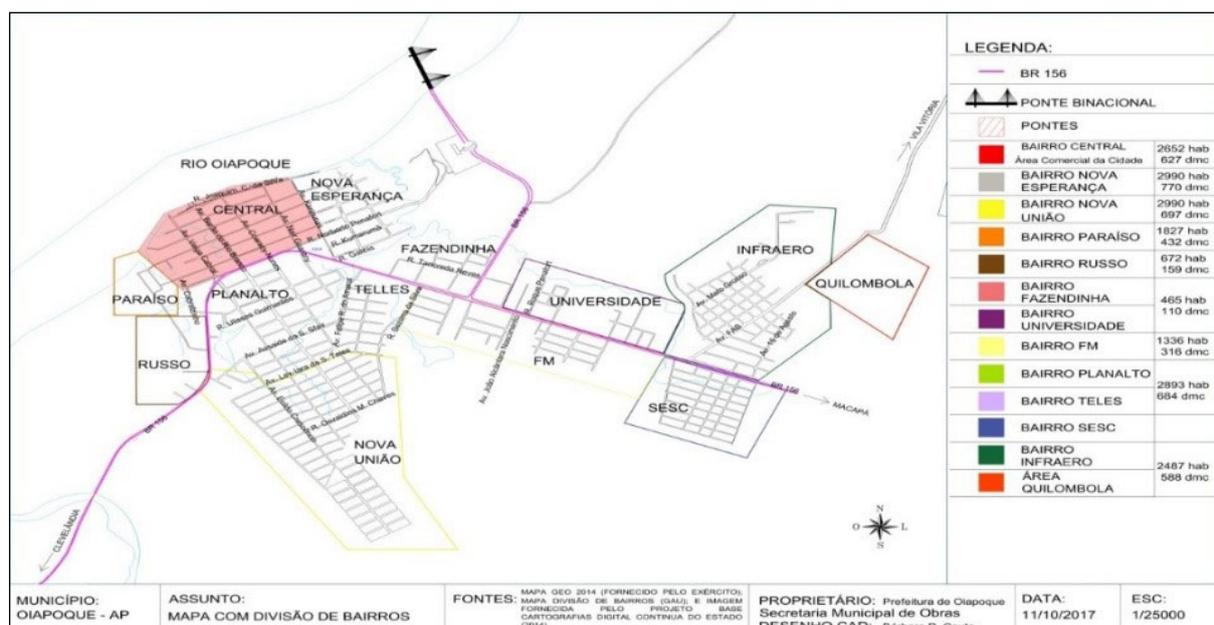
INTRODUÇÃO

Este estudo originou-se a partir das reflexões sobre os fatores que alicerçam a dinâmica econômica no espaço fronteiro franco-brasileiro e como essa dinâmica influencia direta e indiretamente na produção do espaço urbano de Oiapoque no período contemporâneo. É de muita importância que se conheçam os fatores que formatam as engrenagens da dinâmica econômica que nutre o espaço franco-brasileiro e compreender como essa dinâmica influencia diretamente o crescimento do mercado oiapoqueense, tornando-se grande agente na composição do espaço urbano de Oiapoque.

Busca-se com essa pesquisa compreender a dinâmica econômica de Oiapoque, bem como as relações socioeconômicas existentes na fronteira franco-amapaense e como essas relações influenciam de várias formas o espaço urbano da cidade de Oiapoque – Amapá - Brasil. Esta compreensão consiste na identificação na economia de Oiapoque de fatores ligados à questão fronteira e que influenciam a economia local. Busca-se, ainda, demonstrar os tipos de estabelecimentos comerciais que mais utilizam a moeda Euro no mercado local e pontuar na cidade de Oiapoque estabelecimentos vinculados à prestação de serviços, como os do setor turístico e relacioná-los com a fronteira internacional Brasil-Guiana Francesa, e mostrar o turismo como possível fator para o desenvolvimento econômico da cidade de Oiapoque.

Espera-se que este texto auxilie estudantes, educadores e pesquisadores no entendimento acerca da dinâmica econômica oiapoqueense e promova discussões sobre os impactos das relações entre Oiapoque e Saint Georges (Guiana Francesa) na economia e na transformação espacial urbana de Oiapoque. Ao mesmo tempo, é inegável o ensejo que este trabalho seja arma na afirmação de que a economia gerada nas relações entre as cidades fronteiras (Oiapoque/Saint George) é promotora da produção do espaço urbano de Oiapoque nas suas mais diversas dimensões (Moura, 2020).

De acordo com o mapa de abairramento da cidade, Oiapoque em 2018 possuía doze bairros consolidados, além de outras áreas ocupadas que representam projeções para a criação de futuros bairros. Mas, destaca-se o Bairro Centro, com a maior concentração de estabelecimentos comerciais. A Figura 1 a seguir representa o abairramento de Oiapoque.



Fonte: COUTO, 2017. Adaptado pelos autores, 2018.

Figura 1. Mapa da divisão urbana de Oiapoque.

Esta análise priorizou, especificamente, o espaço urbano do município de Oiapoque, onde a dinâmica econômica tem elemento tátil, visual, é contínua, mas não linear. O estudo foi desenvolvido no período compreendido entre os meses de abril de 2017 a fevereiro de 2018. Sobre os procedimentos iniciais de uma pesquisa, Lakatos e Marconi (2011, p. 253) pontuam que o trabalho científico de modo geral inicia-se com a coleta de dados, sejam eles bibliográficos ou de pesquisa de campo, supostamente importantes para um referido problema.

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos da pesquisa foi a partir de levantamentos bibliográficos em livros, artigos científicos, teses, monografias, dissertações, bem como a realização de pesquisa em campo, onde foram entrevistados: a presidente da Associação Comercial e Oiapoque (ACOI), a diretora local do Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o presidente da Cooperativa Mista Fluvial de Catraieiros de Oiapoque (COMFCOI), o presidente da Associação dos Taxistas de Oiapoque e também alguns proprietários de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos vinculados a atividades turísticas, através de roteiros de entrevistas com perguntas estruturadas e semiestruturadas e entrevistas, para a coleta de informações e dados sobre a temática, que juntamente com o referencial teórico, estruturou o trabalho. Para este capítulo sintetizamos e selecionamos alguns dos principais dados obtidos por meio de levantamentos em campo. Também se realizou o registro de fotografias, dos diferentes tipos de estabelecimentos e prestadores de serviços vinculados ao setor turístico.

As pesquisas bibliográficas em conjunto com o trabalho de campo foram importantes para identificar os principais fatores que influenciam na dinâmica econômica e na dinamização do espaço urbano da cidade de Oiapoque. Durante o andamento deste estudo foram feitas visitas a órgão como o SEBRAE e associações como a ACOI, a proprietários de estabelecimentos comerciais vinculados a atividades turísticas, entre outros, com o intuito de realizar entrevistas com seus representantes, para coleta de dados e informações sobre a economia local e a influência fronteiriça na economia oiapoqueense e no dinamismo da produção do espaço urbano.

DINÂMICAS COMERCIAIS NA CIDADE DE OIAPOQUE – AMAPÁ

A base econômica da cidade de Oiapoque, até a primeira metade dos anos de 1990, esteve fundamentada na exploração mineral, especificamente no ouro que era moeda, causa da união de todos os povos, todas as classes sociais dos territórios fronteiriços – Amapá e Guiana Francesa. Sobre a exploração do ouro na região de Oiapoque, Almeida e Rauber (2017) pontuam que esta região, desde o século XIX, é marcada pela exploração de recursos naturais, sobretudo o garimpo de ouro, que apesar dos dados oficiais desta atividade serem praticamente inexistentes, é possível fazer a associação entre crescimento demográfico e expansão da economia dos últimos 30 anos em Oiapoque; nesse período, houve a consolidação da rede de estabelecimentos comerciais e de serviços, principalmente os ligados à economia de garimpo, que contribuíram para fundamentar o crescimento socioeconômico da cidade de Oiapoque. O ouro é a peça razão do povoamento não indígena, na região de Oiapoque. Não fez história sozinho, mas por muito tempo foi o centro da atenção dos diversos setores econômicos, movimentou as relações transfronteiriças, atraiu a migração para Oiapoque, movimentou o mercado local e deu suporte para a urbanização do município.

A cidade de Oiapoque hoje apresenta influências vinculadas diretamente às relações fronteiriças que implicam na dinâmica econômica e na produção do espaço urbano, Moura (2018), neste sentido, retrata que:

Na espacialidade fronteiriça, no contexto franco-amapaense, é notório na paisagem urbana a presença de interações que são estabelecidas pela sociedade, onde diferentes práticas econômicas, sociais, políticas e culturais dos diferentes territórios e territorialidades, representados por diferentes protagonistas sociais, como os povos da florestas, indígenas, garimpeiros, ribeirinhos, franco-guianenses, franceses, relacionam-se diretamente e têm no cotidiano urbano, a experiência do viver a/na fronteira, ou seja, a prática das interações sociais das relações internacionais no meio urbano amazônico. (MOURA, 2018, p. 59).

Essas influências são notáveis no cotidiano: as pessoas de Saint George e Caiena estão nos estabelecimentos comerciais de Oiapoque, muitos moradores de Oiapoque estudam nas escolas de Saint George, é comum o relacionamento entre oiapoqueenses e guianenses, muitos guianenses e franceses possuem propriedades – como casas residenciais, hotéis, restaurantes, na cidade de Oiapoque. O interesse de franceses e guianenses por perfumes, cosméticos e gêneros alimentícios brasileiros é equiparado à intensidade do interesse dos brasileiros pelos mesmos produtos franceses.

É comum pessoas que residem em Oiapoque buscarem atendimento na área da saúde em Saint George, que dispõe de melhores recursos em equipamentos e estruturas, para atender aqueles que buscam atendimento na fronteira vizinha. A cidade de Oiapoque nasceu e cresceu coetânea à Saint Georges, que possuem laços fortes no aspecto comercial e cultural. Nas festividades da cidade de Oiapoque, não falta a presença dos vizinhos fronteiriços, sejam elas festas religiosas, populares e cívicas.

Neste sentido, constata-se certa facilidade nas relações diplomáticas que por sua intensa característica torna-se influente na dinâmica econômica e na produção do espaço urbano de Oiapoque. Para dar sustentabilidade à relação comercial existente entre essas cidades gêmeas – e que é muito

importante para o Oiapoque, a cidade brasileira sempre adotou na sua política comercial uma forma de atender a demanda, guianense e francesa, por produtos e serviços oriundos de Oiapoque, por exemplo recebendo a moeda “do lado de lá”. Esta proposição ganha reforço teórico nos estudos de Oliveira (2011, p.17) quando, sobre a economia local e questões sociais, afirma que o município de Oiapoque possui uma dinâmica própria, influenciada por certas relações transnacionais tendo uma influência direta na economia e nas questões sociais no extremo norte do Brasil.

A dinamização da produção e organização do espaço urbano de Oiapoque é resultado das atividades humanas, também relacionado com a localização geográfica, sendo influenciado por sua dinâmica econômica e suas relações fronteiriças sobre a produção do espaço urbano. O que se justifica a partir da concepção de Corrêa (2014, p. 43) sobre a produção do espaço urbano, afirmando que a produção do espaço, seja o da rede urbana, seja intra-urbano, é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, e desta forma relacionamos e compreendemos a produção do espaço urbano na escala local.

A dinâmica econômica de Oiapoque no seu diversificado universo promoveu o crescimento e a organização do espaço urbano que, com vistas a recepcionar seu público-alvo, passa a interagir com os confluente naturais desse processo de organização, compatibilizando sua estrutura social e física com os padrões da cultura e se relacionando com o turismo, por exemplo. Assim, houve crescimento considerável na rede de hotelaria, balneários, a gastronomia local foi dinamizada com novas técnicas e variedade de produtos, os prédios residenciais e comerciais atualizaram suas estruturas físicas, garantindo visual mais contemporâneo à cidade, sobretudo as instituições públicas, que por sua vez aumentaram seus quadros de funcionários. O setor de obras públicas também cresceu exigindo a atuação de empresas construtoras, e o resultado desse fluxo de acontecimentos é consequentemente a maturação do comércio local e o crescimento urbano.

RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS ENTRE OIAPOQUE-BR E SAINT GEORGE DE L' OYAPOQUE-GUIANA FRANCESA

Até o início dos anos 2000 a população de Oiapoque tinha passe livre em Saint Georges, assim como os franceses têm acesso à cidade de Oiapoque, podendo transitar, comprar, visitar amigos, fazer turismo. Atualmente, para a entrada de brasileiros em território da Guiana Francesa é necessário, além do passaporte, um visto expresso pelo Consulado Francês que fica localizado em Macapá. Para a entrada de estrangeiros (guianenses e franceses) no território brasileiro, deve-se realizar um registro de entrada na Polícia Federal. No entanto, grande parte dos visitantes do território vizinho não realizam tal registro.

Oiapoque e Saint George construíram ao longo de suas histórias relações fronteiriças que transcendem os limites territoriais estabelecidos nos vários acordos de fronteira assinados entre eles. O cotidiano destes dois territórios sempre esteve interligado, fato que facilitou as relações comerciais entre estes dois importantes domínios.

Quando aqui se evidencia, propositalmente, a intensidade do bom relacionamento diplomático entre Oiapoque e Saint George, é para registrar o valor desse bom relacionamento para o desenvolvimento social e econômico de Oiapoque. Isto de forma alguma nega a existência de conflitos de fronteira entre tais países. Essas relações diplomáticas, há mais de uma década, vêm sofrendo estremecimento ocasionado pela política protecionista patriótica dos

governantes franceses e guianenses, das últimas duas décadas, que tentam fazer com que seus direitos imperem sobre os direitos dos brasileiros fronteiriços.

A Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque foi planejada há três décadas, período em que brasileiros, franceses e guianenses mantinham saudáveis relações em todas as implicações transfronteiriças. A construção e a abertura da Ponte Binacional que tinham no bojo de seus objetivos o fortalecimento da relação diplomática, até o momento além de não atingir sua meta, reforçou a contenda do acesso à fronteira do país vizinho. Após a abertura parcial da referida ponte aumentou o fluxo de pessoas e automóveis do país vizinho em Oiapoque, o que não acontece no espaço fronteiriço francês, que vem restringindo ainda mais a entrada dos brasileiros em seu território.

Os vizinhos binacionais discutidos neste capítulo possuem importantes relações comerciais. É pertinente ressaltar que esta relação comercial é fator vital para os dois territórios. Então, mesmo descontentes por algumas razões, eles avançam mantendo os laços fronteiriços.

Para Ana Regina Silva (2011, p. 24) as relações fronteiriças são estabelecidas pela sociedade, através das quais se reproduzem práticas econômicas, sociais e culturais entre povos de diferentes esferas territoriais que, de forma simples, compreendem e vivem a realidade das relações internacionais.

Destaca-se que a entrada de turistas em Oiapoque aumenta a cada ano, em virtude da distância entre as fronteiras Brasil/França, especificamente, Oiapoque e Saint George, a valorização do Euro em relação ao real, o crescimento do mercado local e o grande interesse dos estrangeiros em conhecer e desfrutar da natureza de parte da Amazônia brasileira, no espaço franco-amapaense.

Na contemporaneidade percebe-se na fronteira franco-amapaense novas dinâmicas econômicas e espaciais, onde a economia do garimpo já não é tão impactante no setor econômico como em épocas passadas. Essas novas dinâmicas estão relacionadas, sobretudo, com o comércio fronteiriço, a economia da moeda Euro, que é mais valorizada se comparada à moeda brasileira, o Real, com o setor pesqueiro e também o funcionalismo público federal, estadual e municipal. Há também as atividades econômicas de caráter informal, ou aquelas inseridas no circuito inferior da economia urbana, estas muito contribuem com a economia local, como por exemplo, os vendedores ambulantes que ocupam os espaços públicos, como as calçadas do Centro.

Segundo Rio (2012, p.1), há diversas atividades informais que utilizam os espaços públicos ou dependem deles para a sua existência; essas atividades e práticas econômicas podem ser periódicas. O funcionalismo público nos últimos anos teve que acompanhar o curso de toda essa evolução histórica e econômica, que aumenta de forma considerável no município, tanto em nível federal e estadual quanto municipal, ao mesmo tempo que contribuem para o crescimento econômico e espacial da cidade oiapoquense. Ao observar a quantidade de instituições que foram criadas nas últimas duas décadas e outras que aumentaram seus departamentos, entre os anos de 1997 e 2017, mais de vinte instituições públicas foram criadas ou instaladas em Oiapoque. Dentre estas: Corpo de Bombeiros, IFAP, UNIFAP, Justiça Federal, INSS, Superfácil, Museu Kuahi, E.M.E.F. Leopoldina Amaral, E.M.E.F. Onédia Paes Bentes, Educandário ABC, UBS do Planalto, UBS Nova Esperança, Posto da Polícia Rodoviária Federal, SESC, entre outros.

Além disso, as entidades que já existiam antes desse período cresceram e aumentaram o número de funcionários. As empresas privadas também cresceram e expandiram seu quadro de funcionários. O comércio fronteiriço local, (Figura 2), apresenta uma grande diversidade de mercadorias, em setores que vão desde os gêneros alimentícios e bebidas, bem como confecções,

calçados, artigos para cama, mesa e banho, eletrodomésticos, móveis, artesanatos, cosméticos, joias, materiais e equipamentos para garimpo, combustível, material de construção.



Fotografia: Feitosa, 08/2017.

Figura 2. Centro de Oiapoque, comércio e circulação de pessoas.

A economia da moeda Euro continua sendo um fator importante no setor comercial local, pois o Euro tem valor maior em relação ao Real. A valorização da moeda Europeia estimula a troca desta pela moeda brasileira, o que possibilita aos turistas um maior poder de compras. Normalmente essas compras se realizam na cidade de Oiapoque e favorece a economia local.

Em tempos contemporâneos o comércio local continua com forte relação direta e indireta com o ouro e o Euro. No caso do ouro, mesmo que tenha diminuído consideravelmente a intensidade de sua presença em vários ângulos das atividades nas relações comerciais, ele não saiu totalmente de cena. Sua atuação ficou bastante reservada, mas manteve seu grande valor, tanto que há estabelecimentos comerciais que trabalham com venda de material para o garimpo. Esses comércios vendem o material e recebem em ouro, e aceitam também Euro e Real. Os estabelecimentos denominados joalherias e casas de câmbio compram e comercializam o ouro e o Euro. A Figura 3 mostra uma dessas casas de câmbio da cidade.

Nestes três casos, ocorre um exemplo de relação direta entre comércio, o Euro e o ouro. A relação indiretamente se realiza quando, após o câmbio do ouro e do Euro em Real, o Real é utilizado no mercado local nas diversas transações comerciais desenvolvidas na espacialidade urbana de Oiapoque.



Fotografia: Feitosa, 09/2017.

Figura 3. Vista frontal de uma casa de câmbio em Oiapoque.

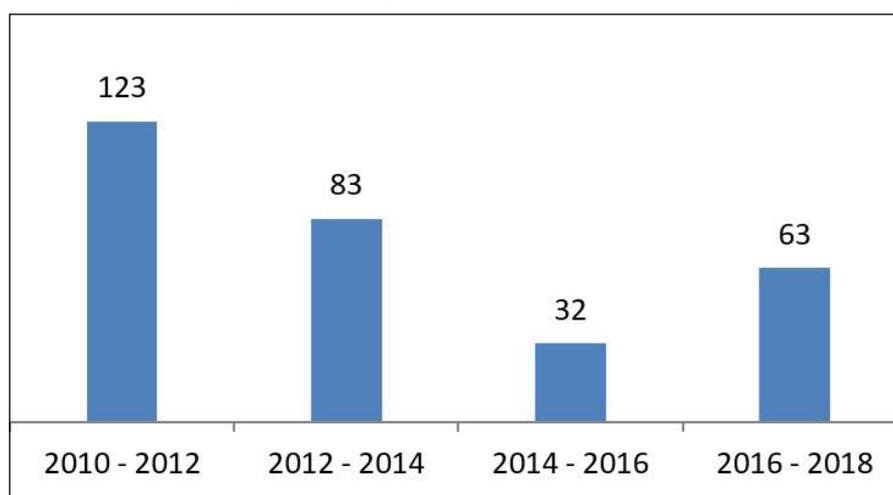
Essa relação direta e indireta com o ouro e o Euro repercute de forma decisiva no aumento dos preços das mercadorias nos estabelecimentos comerciais, o que torna o custo de vida alto na cidade de Oiapoque. Para José Silva (2005, p.05), “a circulação do ouro e do Euro em Oiapoque é, em grande medida, responsável pela dinâmica do mercado local, inclusive elevando os preços das mercadorias”. Outro elemento, muito essencial para o desenvolvimento do comércio e da cidade, mas que também encarece a vida do município é a BR 156, que ainda não está toda asfaltada.

No período de inverno amazônico, a BR-156 entre Calçoene e Oiapoque, formam-se atoleiros dificultando o trânsito dos transportes, tanto de passageiros quanto de cargas. Isso faz com que o preço das passagens e das mercadorias aumentem significativamente na cidade. Quando passa a estação do inverno e que chega o verão, os preços permanecem em alta.

A ACOI E A ECONOMIA URBANA DE OIAPOQUE

Em entrevista realizada com a presidente da Associação Comercial de Oiapoque ACOI, para o levantamento de dados sobre a quantidade de empresários formais devidamente cadastrados na referida associação, nos últimos sete (7) anos, bem como, levantamento de outras informações sobre a economia local, obtivemos os dados descritos no Gráfico 1.

Gráfico 1. Quantidade de empresários regularmente cadastrados na ACOI nos últimos 7 anos.



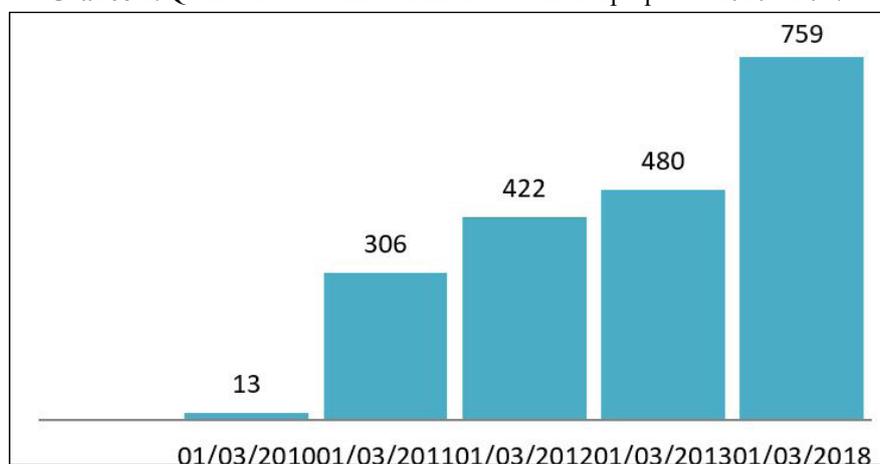
Fonte: ACOI 2017. Organizado pelos autores, 2017.

Percebe-se que a partir do ano de 2012 houve uma redução do número de empresários formais cadastrados na ACOI, diminuindo consideravelmente nos anos de 2014 a 2016. Esse fato ocorreu devido à falta de investimentos público em infraestruturas na cidade, bem como a alta taxa tributária, o que deixa o empresariado local desestimulado em continuar pagando a taxa correspondente à referida associação que é no valor de R\$ 40,00 reais e mais os impostos que são cobrados pelo poder público para o funcionamento de qualquer estabelecimento comercial.

FORMALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS: OS MICROEMPREENDEDORES NA ECONOMIA URBANA

A partir de 2010, em Oiapoque observa-se (Gráfico 2) uma movimentação para a formalização das atividades econômicas local. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), através do Programa de Apoio ao Microempreendedor Individual (MEI), vem incentivando a formalização da classe empresarial local.

Gráfico 2. Quantidade de MEI formalizados em Oiapoque de 2010 a 2017.



Fonte: Portal do empreendedor 2018. Organizado pelos autores, 2018.

Ao fazermos a análise sobre as atividades econômicas e quantidade de estabelecimentos comerciais de pequeno, médio e grande porte, bem como aos dados sobre a quantidade de MEI formalizados, percebe-se que as atividades e práticas econômicas informais ainda é bastante expressiva na espacialidade urbana de Oiapoque. No período entre 2014 a 2017 não há dados sobre os registros de formalizações de microempreendedores em Oiapoque. As atividades econômicas informais fomentam a economia, mas não contribuem diretamente com a arrecadação tributária municipal. A arrecadação tributária de Oiapoque é relativamente baixa, levando o município a depender de repasses estadual e federal. Como podemos observar nos dados da Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Arrecadação e despesas municipais nos períodos de 2013, 2015 e 2016.

ANO	RECEITA TRIBUTARIA	DESPESAS
2013	886,621	18,868,077.34
2015	2,719,117.74	34,699,350.83
2016	1,630,017.32	27,692,822.07

Fonte: Prefeitura Municipal de Oiapoque. Organizado pelos autores, 2017.

No mercado local é comum no cotidiano a circulação da moeda Euro no pagamento de mercadorias e serviços prestados de todas as naturezas, em qualquer dimensão e quantidade. A supervalorização do Euro em relação à moeda brasileira o Real faz com que o Euro assuma sempre um lugar de valorização no mercado, sendo essa a preferida em diversos tipos de negociações enquanto o Real fica em segundo plano.

Há uma grande circulação e comercialização desta moeda no espaço urbano de Oiapoque. O que contribui de forma significativa com a economia local. É perceptível na fala dos entrevistados, a ligação do mercado local com a economia do Euro.

Embora a atividade do garimpo de ouro não tenha mais a mesma tônica de antes, ela ainda gera renda para a cidade e permanece no reconhecimento das pessoas de Oiapoque.

A moeda Europeia, o Euro, circula livremente e com alto grau de poder no mercado local, sendo utilizada em diversas transações comerciais, nos diversos estabelecimentos, de grande, médio e pequeno porte. A valorização do Euro em relação à moeda brasileira, o Real, estimula a concorrência no mercado local e desenvolve a economia deste. A fala de um entrevistado a seguir, um proprietário de restaurante, quando interrogado sobre qual a moeda de maior circulação nas transações comerciais na espacialidade urbana de Oiapoque, registra com clareza a dimensão territorial do uso da moeda Euro e o potencial da concorrência gerada em torno dessa moeda com benefícios para o mercado local.

“O Euro é a segunda moeda que mais circula aqui dentro da cidade. Todo comércio, restaurante, bar, loja. Todos que trabalham com venda recebe o Euro. Tem uns que pagam mais pelo Euro do que outros. É uma maneira de chamar cliente para o seu estabelecimento”. (F. G. 48 anos, sexo masculino, oiapoquense – Proprietário de restaurante. Pesquisa de campo 09/2017).

A valorização do Euro e sua fácil comercialização permite que um número considerável de turistas venha para o Oiapoque, o que gera renda para os diversos estabelecimentos comerciais, em especial para aqueles vinculados a atividades turísticas. Este raciocínio é categoricamente sustentado nas declarações de um comerciante local que contribuiu com esta pesquisa:

“A maior parte dos turistas que vêm pra Oiapoque, vêm da França. Também vem de outros países. Eu recebo cliente de vários lugares, mas a maioria vem de Cayenne e da França. Esses turistas gostam de vir conhecer o nosso lugar. Isso é bom porque traz renda pra cidade e melhora o movimento no comércio também”. (J. V. 58 anos, sexo masculino, natural de Rio Grande do Sul, reside há 21 anos em Oiapoque – Proprietário de balneário. Pesquisa de campo 09/2017).

Anteriormente discutiu-se sobre a circulação do Euro nas relações comerciais na fronteira franco-brasileira e no mercado local oiapoqueense. O Euro é realidade cotidiana na vida urbana de Oiapoque. Grande parte dos estabelecimentos comerciais, formais e informais, sejam tradicionais ou *marketing* de rede, negociam com Euro. Há estabelecimentos que recebem o Euro em maior quantidade, com maior dimensão e maior frequência. Há estabelecimentos que, até por conta da natureza de seus produtos, se relacionam com menos intensidade com o Euro. Dentre os estabelecimentos comerciais que mais recebem o Euro destacam-se os restaurantes, os hotéis e pousadas, bares, os comércios de maior porte e estabelecimentos comerciais vinculados a atividades turísticas, como por exemplo os balneários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tratou de questões relacionadas com as dinâmicas comerciais e o dinamismo da produção do espaço urbano da cidade de Oiapoque, bem como suas relações fronteiriças que influenciam na economia e na produção espacial local. Diante do que foi visto e analisado, foi possível constatar que a economia de Oiapoque nos dias atuais já não é tão dependente da economia do garimpo, da economia da moeda Europeia, o Euro e dos repasses do governo federal e estadual. Constatou-se que na contemporaneidade surgem novos fatores importantes que contribuem para o desenvolvimento da economia e da espacialidade local, como o setor pesqueiro e o crescimento do funcionalismo público nas três esferas, assim como a expansão de estabelecimentos comerciais vinculados a atividades turísticas.

Ainda observam-se mudanças significativas no comércio na espacialidade urbana de Oiapoque, como o aumento de estabelecimentos comerciais, reestruturação física de vários estabelecimentos comerciais e estabelecimentos vinculados a atividades turísticas maior e melhor disponibilidade de produtos e melhorias no atendimento ao cliente. As entrevistas realizadas junto às associações e órgãos que estão relacionados com as atividades econômicas, assim como com os empresários que compõem o diversificado mercado local, foram de fundamental importância para se compreender as dinâmicas comerciais na espacialidade urbana de Oiapoque.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. S.; RAUBER, A. L. **Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do desenvolvimento regional**. 2017.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço: um texto para discussão In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. SOUZA, Marcelo Lopes. Spósito, Maria Encarnação Beltrão. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios** – 1.ed. 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.
- COUTO, B. R. **Mapa divisão de bairros da cidade de Oiapoque (GAU): e imagem fornecida pelo projeto base cartografias digital continua do estado do Amapá**. 2017.
- FEITOSA, A. S. F.; MOURA, E. D. Dinâmicas comerciais da cidade de Oiapoque – AP – Brasil: sob o contexto fronteiriço. **Revista Geonorte**, V.9, N.33, p.43-65, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/4779/3990>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- LAKATOS, E. M. **Metodologia científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2011.
- MARTINS, C. C. **Relações bilaterais Brasil/França: A nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global**. 2008.124 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília- DF, 2008.
- MOURA, E. D. Urbano-fronteiriço: espacialidades e especificidades urbanas na fronteira franco-brasileira – Oiapoque – Amapá. In: **Revista Casa de Makunaima**. Edição 1 (2018) p. 51 - 65 Disponível em: <<https://casademakunaima.uerr.edu.br/index.php/home/article/view/24/6>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.
- MOURA, E. D. Território, fronteira e conec-cidade: um olhar para a fronteira franco-brasileira. **Revista Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 22, n. 3, p. 143-161, 30 dez 2020. Disponível em: <<https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/724/579>>. Acesso em: Agosto de 2021.
- OLIVEIRA, B. S. **Dinâmicas sociais na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa: um estudo sobre Oiapoque, Vila Vitória do Oiapoque e Cayenne**. 2011. 126 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá-AP, 2011.
- RIO, G. P. **A espacialidade de economia: superfícies, fluxos e redes**. 2012.
- SILVA, A. R. F. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia oriental brasileira: estado do Pará e do Amapá**. 2011. 190 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2011.
- SILVA, J. M. **A Cidade de Oiapoque e as relações transnacional na fronteira Amapá - Guiana Francesa**. 2005.

5

APLICAÇÃO DO MÉTODO DE PARCELA FIXA NA VEGETAÇÃO NO ENTORNO DO LIXÃO DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE – AP, BRASIL

Célia dos Santos Narciso

Ana Flávia de Albuquerque

INTRODUÇÃO

O Brasil, considerado o país com a maior biodiversidade do planeta, tem sofrido com os impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos que geram alterações ambientais físicas e biológicas, que ao longo do tempo transformam a paisagem e geram alteração nos ecossistemas (MUCELIN; BELLINI, 2008, p.112).

Sendo assim, as perturbações ambientais geram desequilíbrios no tocante à questão dos aspectos biogeográficos, climáticos e pedológicos, que segundo Pears (2008) a vegetação “produz diferentes microclimas locais e possui uma influência articulada nas características do solo, sendo boas indicadoras ambientais e modificam muitos fatores, criando um ambiente integrado com todo o ecossistema”.

Nesse sentido, a pesquisa versa sobre a aplicação do método de parcela fixa no estudo da fitofisionomia da vegetação no entorno do lixão do município do Oiapoque – AP. Assim, “os lixões ou vazadouros derivam da descarga ou depósito do lixo a céu aberto, sem nenhum controle quanto aos tipos de resíduos depositados no local e nem da área que está sendo feita a descarga” (LIRA, 2009).

Nesse sentido, os lixões a céu aberto como é o caso da área em estudo, vêm ocasionando a liberação de gases para a atmosfera, e o local também conta com a presença de animais e os catadores de lixo que frequentemente realizam queimadas no lixão, fato este que pode ocasionar “riscos de incêndios causados pelos gases gerados pela degeneração dos resíduos, que incide numa forma inadequada e ilegal de deposição de resíduos sólidos, provocando impactos ao meio ambiente” (MUCELIN; BELLINI, 2008).

No tocante à questão do aterro controlado que vem atrelado à técnica de disposição de resíduos sólidos no solo, visando minimizar os impactos ambientais, esse método exige alguns princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos (BRASIL, 2006). No entanto, produz poluição, porém de forma controlada, geralmente, e não dispõe de impermeabilização de base, comprometendo a qualidade das águas subterrâneas, de sistemas de tratamento do percolado e de biogás gerado.

Sendo assim, no caso do município do Oiapoque, o lixo vem sendo depositado no lixão a céu aberto, em que não existe um estudo prévio de impacto ambiental e da saúde da população mais próxima do local, sendo um grave problema pela destinação final dos resíduos sólidos urbanos, pois com o crescimento populacional ocorrido nos últimos anos desencadeou o aumento na geração dos mesmos e um agravo à questão do mau cheiro espalhado nos bairros do entorno ao lixão.

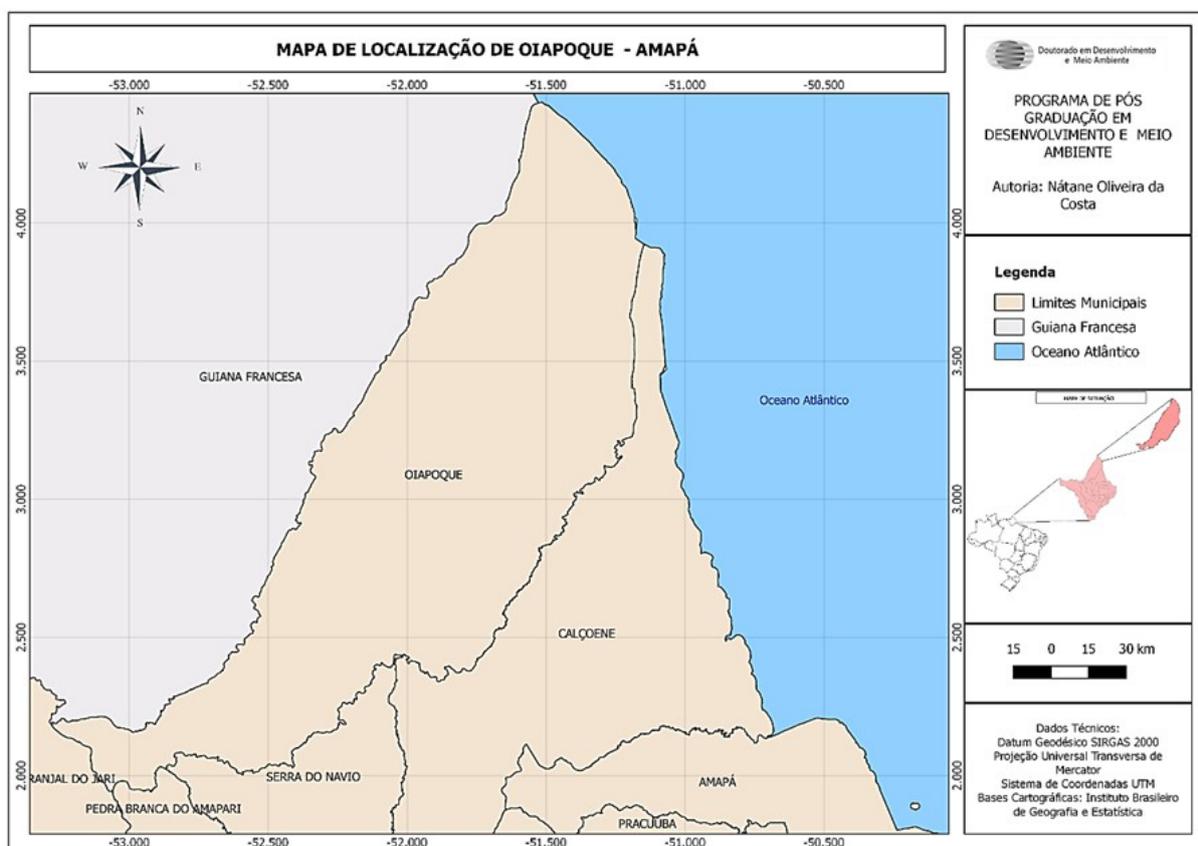
Nesse contexto, devido ao avanço e a destinação desordenada dos resíduos sólidos, no qual tem causado um dos maiores problemas ambientais, todo o lixo produzido pelo município é diretamente lançado no lixão, localizado no bairro do Russo, da referida localidade.

Sendo assim, a grande quantidade de resíduos sólidos lançados diariamente na área de estudo vem acarretando mudanças na vegetação local direcionada à sua fitofisionomia, devido ao avanço desordenado desses resíduos.

Portanto, o avanço do lixão no município do Oiapoque está afetando de forma direta a vegetação nativa do município de Oiapoque, bem como vem prejudicando a qualidade de vida de toda a população local.

ÁREA DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no município do Oiapoque, localizado no extremo norte do Amapá, situada a 600 Km da capital Macapá. O estado do Amapá apresenta uma extensão territorial de 142.827.877 km² segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) (Figura 1). Limite-se ao norte com a Guiana Francesa; ao sul com os municípios de Calçoene, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari; a leste, Calçoene; e a oeste, Laranjal do Jari. Foi elevado à condição de município pelo Decreto nº 7.578 de 23 de maio de 1945.



Fonte: IBGE (2010).

Figura 1. Localização do município do Oiapoque.



Fonte: Costa, 2016, Google Maps, acesso em: 02/04/2018

Figura 2. Localização do município do Oiapoque.

Segundo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o local atualmente utilizado para destinação de resíduos sólidos urbanos (RSU), o lixão do Oiapoque, fica próximo à Usina Termelétrica, o rio Pantanari e o Centro de Treinamento Missionário - CTM, tendo uma área total de 33 hectares, porém são utilizados 12 hectares para disposição do despejo dos resíduos sólidos diretamente a céu aberto, atividade que acontece há 15 (quinze) anos no local, que é denominado de Retiro Piçarreira, contendo uma área total do terreno de 66,9089ha, porém o responsável alugou uma área de 33 hectares, onde o atual responsável pela posse das terras do lixão é o senhor Daniel Pedro Carreira da Costa, assumindo o ato de locador, para a atividade de locação do imóvel para a destinação final de Resíduos sólidos urbanos juntamente à prefeitura.

LIXÃO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Os lixões e aterros controlados no Brasil são os maiores causadores de impactos ambientais por receberem diversas origens de resíduos sólidos, que podem causar grandes problemas ambientais. Assim, a *Resolução do CONAMA n° 001/86* dispõe de um conceito de Impacto Ambiental que envolve:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais (RESOLUÇÃO DO CONAMA N° 001/86).

Uma das maiores causas de Impacto Ambiental no Brasil são os aterros controlados e lixões (vazadouros a céu aberto), que recebem Resíduos Sólidos de várias origens. Segundo a ABNT NBR 10.004:2004 “Resíduos Sólidos são resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição”. Assim, observa-se que a disposição final inadequada destes resíduos gera problemas sanitários, econômicos e principalmente na paisagem das cidades brasileiras (BRASIL, 2006).

Pode-se dizer que o termo lixo foi evoluindo através do tempo, inicialmente surgiu para denominar as cinzas que resultavam do processo pelo qual o fogo era utilizado pelas antigas civilizações, com a finalidade de destruição dos resíduos que sobravam das atividades humanas (VIEIRA; BERRIOS, 2003).

De acordo com Porto, Rocha e Barros (2009):

Os efeitos de deposição de resíduos urbanos tem sido um problema para a vegetação nativa adjacente a esses depósitos, pois os materiais depositados nos lixões têm características de ser potencialmente tóxicos, pois não existe um tratamento adequado no intuito de evitar a contaminação do solo e do lençol freático (PORTO; ROCHA; BARROS, 2009, p. 3).

Lixão é considerada pela simples descarga de resíduos sólidos sobre o solo, sem critérios técnicos e medidas de proteção ao meio ambiente ou a saúde pública, é o mesmo que descarga a “céu aberto”, de forma inadequada e ilegal de acordo com a legislação brasileira. Sendo assim, “a falta de controle dos resíduos que são destinados ao lixão acaba levando ao descarte de qualquer tipo de resíduo, o que aumenta os riscos de contaminação e a poluição dos recursos naturais” em torno da área do lixão (LONDE; BITAR, 2011).

Desta forma, como afirma Oliva Junior e Freire (2013):

As transformações no ambiente natural passaram a ser mais intensas, a partir do momento em que o ser humano deixou de ser nômade e passou a residir em locais fixos, e com o desenvolvimento de novas tecnologias as mudanças passaram a ser muito mais rápidas e radicais. A partir da primeira revolução industrial em que as cidades tornaram-se ambientes degradados, e mais recentemente com a crise no campo, o ser humano começou a buscar melhores condições nos centros urbanos sendo estes mais tarde transformados em grandes aglomerados urbanos (OLIVA JUNIOR; FREIRE, 2013).

O lixão do município do Oiapoque encontra-se em funcionamento inadequado, sem atender às regras de proteção ao meio ambiente, causando assim inúmeros impactos ambientais, como por exemplo: compactação do solo, aumento dos processos erosivos do solo, redução da biota do solo, stress da fauna local, poluição do ar, proliferação de micro e macro vetores, poluição visual, contaminação dos catadores, entre outros, sendo necessário tomar medidas que minimizem os impactos, através da criação de um aterro sanitário para recebimento do lixo.

Atualmente, uma das maiores preocupações mundiais é com a destinação final dos resíduos sólidos, a intervenção direta do homem no Meio Ambiente com a quantidade e o volume gerado desses resíduos é algo imponente (OLIVA JUNIOR; FREIRE, 2013).

O crescente aumento dos resíduos sólidos nos centros urbanos, e a forma incorreta como vêm sendo coletados e dispostos em áreas impróprias ou depositados em lixões a céu aberto, está provocando danos à saúde da população e ao meio ambiente. Para Oliva Junior e Freire (2013) o maior agravante é que “o meio ambiente não está preparado para decompor tantos resíduos com tantas composições físico-químicas diferentes, havendo assim, a degradação ambiental e a consequente perda na qualidade de vida da sociedade”.

Devido ao consumo crescente dos recursos naturais e o excesso de lixo produzido, estes têm sido os maiores desafios da sociedade moderna para obter resultados satisfatórios na solução de alguns problemas decorrentes dos impactos ambientais dos lixões.

Para Vieira e Berrios (2003), a questão do resíduo/lixo também está relacionada:

A cultura do consumo que atende às metas e os interesses de crescimento constante do MPCC. Desse modo, modificação técnica e tecnológica, assim como a simples maquiagem dos produtos, são concebidas com vistas a chamar a atenção, proporcionar conforto e praticidade. Mas, ao mesmo tempo, aumenta o consumo, a quantidade de produtos descartáveis e não degradáveis e, por conseguinte, o volume de resíduo/lixo (VIEIRA; BERRIOS, 2003, p. 167).

Quanto à destinação final, há uma nítida diferença em relação aos critérios que prevalecem entre os países ricos. Uns priorizam a alternativa do aterro sanitário, (o caso dos EUA) outros a incineração e reaproveitamento de energia (o caso da Europa Ocidental). As percentagens de reciclagem e compostagem, ainda que em níveis diferenciados, também são bastante razoáveis entre eles.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, aborda a destinação de resíduos, que inclui a reutilização e a reciclagem entre outras destinações admitidas pelo órgão de competente do Sisnama, sobre a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública, à segurança e minimizar os danos ambientais adversos. Na maioria das cidades de pequeno porte ainda se tem a prática do lixão, e outras formas precárias como alternativa de destinação. As atividades de reciclagem e compostagem (aproveitamento da matéria orgânica), apesar de apresentarem inúmeras vantagens, ainda são ineficientes; limitam-se a um número muito reduzido de municípios que, na melhor das hipóteses, só executam a triagem de alguns materiais inorgânicos.

Foi estabelecido um prazo para as capitais e municípios de regiões metropolitanas até 31 de julho de 2018 para dispor adequadamente seus rejeitos, as cidades entre 50 e 100.000 habitantes até 31 de julho de 2020 e as cidades com 50.000 habitantes até 31 de julho de 2021.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico - Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Oiapoque (no prelo), o lixão municipal fica dentro de um terreno particular, localizado na estrada que liga a cidade de Oiapoque ao distrito de Clevelândia, a aproximadamente 5 km de distância; por muito tempo não houve qualquer tipo de tratamento dos resíduos que eram coletados na cidade de Oiapoque e proximidades, a situação era de total abandono com o acúmulo de resíduos formado por lixo doméstico, restos da feira de pescado, carcaças de animais domésticos e/ou abatidos clandestinamente, restos de materiais de construção, entre outros, sendo destinados aproximadamente o total de 30 toneladas/dia. Devido a esse acréscimo da geração de lixo em Oiapoque ratifica-se a necessidade e a urgência de uma solução para essas questões, tendo em vista as possíveis questões ambientais daí decorrentes.

O lixão onde são lançados os resíduos sólidos da cidade de Oiapoque possui uma área de aproximadamente 33 há, onde, segundo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente não existia controle quanto ao fluxo de caminhões no local, e atualmente os resíduos sólidos descarregados no lixão são de origem domiciliar, serviço público e comercial. No caso dos Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) gerados nas UBS e no Hospital Estadual de Oiapoque são acondicionados separadamente e depois são levados pela empresa TRATALIX para o Município de Macapá para o tratamento adequado.

Em busca de minimizar danos ao meio ambiente, o ministério público vem realizando audiências e discussões para fechamento do lixão a céu aberto do município e a implantação de um aterro sanitário para a região.

METODOLOGIA

A metodologia teve como base o levantamento de informações obtidas pela realização de revisão bibliográfica, no qual os dados bibliográficos serviram para a fundamentação teórica do tema em questão, tais como; artigos, livros, monografias, dissertação e teses. Quanto aos livros utilizados para o estudo comparativo taxinômico morfológico, foram eles de (LORENZI, 2009; LORENZI, 2013; LORENZI, 2014; SOUZA e LORENZI, 2012). Assim, foi adotado em linhas gerais o sistema (APGIII/2009). E a visita in loco para coleta de dados, assim, para a coleta do material fitossociológico adotou-se o método de parcelas de área fixa (FARIAS et. al., 2002). Esse método apresenta grande relevância em uma área amostral, além de ter sido o pioneiro no Brasil em levantamentos fitossociológicos (MARTINS, 1989). De forma geral, o método de área fixa apresenta vantagens, como área basal, distribuição, diamétrica, altura das árvores dominantes, volume, crescimento, mortalidade, praticidade e simplicidade no estabelecimento e na medição das variáveis dentro das unidades amostrais em campo, assim como apresenta alta correlação quando se trata de parcelas permanentes.

É o método mais utilizado em Inventários Florestais, principalmente quando se focaliza o aspecto de inventário florestal contínuo para fins de manejo florestal. Porém esse método também apresenta desvantagens tais como: os altos custos de instalação e de manutenção e a determinação do tamanho e da forma que permita manter um número de árvores representativo para dar consistência às inferências.

Portanto, o levantamento foi estimado dentro de uma parcela medindo 50m x 50m e calculada a abrangência florística da amostragem em cada comunidade vegetal encontrada em subparcelas de 10m x 50m.

As espécies foram identificadas, em campo com a ajuda de mateiro e nos casos em que isso não foi possível coletou-se material botânico e posteriormente identificado através de consultas à literatura específica. A classificação botânica foi realizada com base no Grupo Filogenético das Angiospermas (APG III, 2009) e os nomes das espécies foram conferidos com a base de dados disponível na página eletrônica do *Missouri Botanical Garden* (<http://www.mobot.org>).

Os parâmetros fitossociológicos foram calculados de acordo com Felfili (2003), pelo programa software Microsoft EXCEL 2013. Os parâmetros fitossociológicos utilizados na presente pesquisa serviram para estimar uma avaliação da estrutura da vegetação dentro da parcela, tendo como base a densidade, frequência, dominância e o Índice do Valor de Importância (MÜELLERDOMBOIS; ELLENBERG, 1974, apud FELFILI; REZENDE, 2003).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados fitossociológicos apresentados dentro da área amostrada do lixão demonstra a necessidade de uma análise mais detalhada que possibilite apresentar valores mais expressivos da fitofisionomia da vegetação e da influência do lixão, principalmente quando se trata de fatores adversos, tais como: o avanço do lixão na vegetação, a queima da vegetação e o próprio desmatamento (Figura 3).



Fonte: Célia Narciso, 2017.

Figura 3. O avanço do lixão na vegetação (A), a queima da vegetação (B) e o desmatamento(C).

Para comparar a quantidade de espécies encontrada na área, observou-se o avanço do lixão sobre a vegetação conforme visualizada na Figura 4. É interessante ressaltar o baixo índice de diversidade das espécies, mesmo sendo mensuradas em uma área pouco expressiva (50 m x 50), porém é notória a influência antrópica, corroborando com Scariot *et al.* (2005), pois quanto menor o fragmento, maior a influência dos fatores externos sobre ele, principalmente quando não há um planejamento devido no local, conseqüentemente ameaçando a vegetação nativa.



Fonte: Célia Narciso, 2017.

Figura 4. O lixo avançando sobre a vegetação.

Mesmo com o impacto do lixão na vegetação, algumas composições florísticas podem dominar na área mesmo impactada, mudando ou não a paisagem. Para Vieira et. al. (2007) a não valorização da paisagem florestal para compor as fitofisionomias pode comprometer a permanência da vegetação modificando o ecossistema. Neste caso, as Fabaceae e Malvaceae apresentaram como uma espécie comum da região com rápida colonização, semelhante às lianas estudadas (LAURANCE *et al.*, 2001).

Segundo Carvalho (2003) estudando espécies arbóreas, em suas coletas a *Copaifera langsdorffii* foi à espécie encontrada em maior número de indivíduos dentro da parcela, conseqüentemente se destacou por apresentar a maior frequência e densidade relativa (12,66%). Assim como, ocorreu com as espécies *Inga Cylindrica* (Vell.) Mart com seus valores DR e FR respectivamente (15,15; 12,12%) e *Theobroma grandiflorum* com DR (15,15) e FR (12,12%) ambas também pode ser justificada pela sua presença em comunidades secundárias iniciais e tardia e por apresentar grande plasticidade fenotípica. Plasticidade fenotípica é a capacidade de um genótipo de manifestar fenótipos distintos em resposta a um estímulo do ambiente (BRIGGS; WALTERS, 1997). Em plantas, por exemplo, a luminosidade do habitat pode promover alterações fenotípicas, tanto na morfologia, quanto na fisiologia dos indivíduos (GILL, 1989; LÜTTGE, 1997; LARCHER, 2006).

Corroborando com Carvalho (2003), Felfili e Silva Junior (2001) apresentam outra justificativa pela permanência da espécie na área, relacionando à grande capacidade de rebrota dessa espécie após alguma perturbação, como queima ou corte.

Para Porto et al., (2009), esta análise retoma o conceito de que quanto maior o número de espécies por unidade de área maior a probabilidade de assegurar uma elevada representação de caracteres genéticos.

São visíveis os impactos diretos: avanço do lixão na vegetação e indiretos: ambiente com dificuldade de resiliência na vegetação, principalmente onde a vegetação está comprometida por algum tipo de resíduos ou por alguma interferência antrópica, comprometendo a regeneração e o solo, assim com a diversidade taxonômica da flora, que apresentou-se pouco expressiva na área em estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é notório na área em estudo que algumas espécies indicadoras de ambiente sofreram algum tipo de influência antrópica, entre elas encontram-se as *Cecropia sciadophylla* Mart., popularmente conhecida como imbaúba, típica de matas secundárias. Assim como, a *Ricinus communis* L. que é uma vegetação arbustiva e perene, encontrada em áreas de regeneração, chamada popularmente por mamona. A presença dessas espécies no entorno do lixão pode demonstrar que fatores externos da vegetação influenciam o surgimento de outras espécies, ou seja, o processo de regeneração torna-se maior que as espécies nativas. Os resultados aqui apresentados nos permitem indicar estudos mais aprofundados sobre os impactos existentes na área. Contudo, uma análise sobre os fatores perturbadores que impedem o desenvolvimento da vegetação local, a ausência de Estudos de Conservação Ambiental, Plano de Manejos e Estudos de Impactos Ambientais no lixão comprometem de forma direta a diversidade florística na área, que fica à mercê de novos estudos e pesquisas na área dessa temática.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10004**. Resíduos Sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 2004. 77 p.
- BRASIL. **Lei nº 12.305 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União 2010; 3 de agosto. Disponível em: <www.mncr.org.br>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resoluções do Conama**: Resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012. Brasília: MMA, 2012. 1126 p.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 3. ed. rev., Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006. 408 p.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades**. 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Política nacional de resíduos sólidos. recurso eletrônico. 2ª ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BRIGGS, D.; WALTERS, S. M. **Plant variation and evolution**. Cambridge University Press, Cambridge. 1997.
- CARVALHO, P. E. R. **Espécies Arbóreas Brasileiras**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. Colombo, PR: Embrapa Florestas. 2003, 1039p.
- FARIAS, C.A; SOARES, C.P.B; SOUZA, A. L; LEITE, H.G. Comparação de métodos de amostragem para análise estrutural de florestas ineqüiâneas. **Revista Árvore** 2002; 26(5): 541-548. Disponível em: <dx.doi.org/10.1590/S0100-67622002000500003>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- FELFILI, J. M; REZENDE, R. P. **Conceitos e métodos em fitossociologia**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Florestal, 2003,68 p.
- FELFILI, J. M; SILVA JUNIOR, M. C. **Principais fisionomias do Espigão Mestre do São Francisco. Biogeografia do bioma cerrado**: estudo fitosionômico da Chapada do Espigão Mestre do São Francisco – Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Florestal, 2001,152 p.
- GILL, D.E. Individual plants as genetics mosaics: ecological organisms versus evolutionary individuals, pp. 321-343. Em: **Plant ecology** (M.J. Crawley, ed.). Blackwell Scientific Publications, London. 1989.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Perfil do Estado**: clima 2011. Disponível em: <www.ap.gov.br/Portal_Gea/Perfil/dadosestado-perf-clima.htm>. Acesso em 08 mar. 2018.
- LARCHER, W. **Ecofisiologia vegetal**. Editora RiMa, São Carlos. 2006.
- LAURANCE, W.E.; et al. Rain forests fragmentation and the structure of Amazonian liana communities. **Ecology**, 2001. 82:105-116.
- LIRA, J. B. de M. **Gestão de Resíduos Sólidos**. IFPE: D-EaD, 2009. 83 p.
- LONDE, P. R; BITAR, N. A. B. **Importância do uso de vegetação para contenção e combate à erosão em taludes de lixão desativado no município de Patos de Minas (MG)**. Perquirere; UNIPAM. 8(2). Dezembro. 2011. p. 224-249.
- LÜTTGE, U. **Physiological ecology of tropical plants**. Springer-Verlag, Berlin. 1997.
- MARTINS, F. R. Fitossociologia de florestas do Brasil: um histórico bibliográfico. **Pesquisas – Série Botânica**, São Leopoldo, v.40, p.103-164, 1989.

- MUCELIN, C. A.; BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 20 (1). jun.2008. p.111124.
- MÜELLER-DOMBOIS, D.; ELLENBERG, H. (eds.). **Aims and methods of vegetation ecology**. New York, John Wiley. 1974.
- OLIVA JUNIOR, Elenaldo Fonseca de. FREIRE, Raiane Souza. Os impactos ambientais decorrentes da produção de resíduos sólidos urbanos e seus riscos a saúde humana. **Revista eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**. Ano VI, nº 08, setembro 2013.
- PEARS, N. **Basic Biogeography**. New York: Longman Inc., 2008. 272 p. Disponível em: <www.ig.ufu.br>. Acesso em: 08 março de 2018.
- PIRES, J.M. **Estudos dos principais tipos de vegetação do estuário amazônico**. Piracicaba, Tese de Doutorado (ESALQ). 1972. 183 p.
- PORTO, E. O; ROCHA, T. D; BARROS, T. F. C. Aplicação do método ICS (índice de comparação sequencial) para estudo da influência do aterro controlado Jóquei Clube-DF na composição florística do parque nacional de Brasília. **Revista do Curso de Graduação em Engenharia Ambiental**, Universidade Católica de Brasília. Brasília, Junho. 2009.
- SCARIOT, A., et al. Vegetação e Flora. p. 103 - 123. In: Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Fragmentação de Ecossistemas: Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. 2ª ed., Brasília: MMA/SBF, 2005. 510 p.
- VIEIRA, C. H. S. D.; KOZERA, C.; BIONDI, D. Preferência visual de paisagens de Parque Municipal do Passaúna, Curitiba. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 24, p. 421-430, 2007.
- VIEIRA, E. A.; BERRIOS, M. B. O. G. Lixo: Fato ambiental da modernidade. In: GERARDI, L.H.O. (org.). **Ambientes de estudo de Geografia**. Rio Claro: Programa de pós-graduação em Geografia - UNESP. 2003, p 37- 51.

6

OS MAPAS MENTAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA JOAQUIM CAETANO DA SILVA - OIAPOQUE-AMAPÁ

Lissandra Pereira Pinto

José Mauro Palhares

INTRODUÇÃO

Atualmente o mundo vem passando por muitas transformações e isso tem se tornado um problema na vida escolar de muitos alunos e professores. Uma das causas desses problemas advém do desenvolvimento tecnológico e do avanço dos meios de comunicação, que interferem na vida cotidiana dos alunos. Nesse contexto de mudanças, a Geografia que antes tinha a função de trazer informações sobre povos, nações e diferentes espaços do mundo, hoje enfrenta novos desafios para contribuir no conhecimento do aluno por entendimento do espaço ambiental (MORAES, 2008). Com essas mudanças, o papel da escola é fazer com que os alunos adquiram conhecimentos para que possam obter resultados desejados e significativos que facilitem a compreensão do conteúdo apresentado no ambiente escolar.

É necessário que os alunos conheçam por meio dos mapas mentais produzidos por eles mesmos o lugar onde vivem, sem o uso da tecnologia moderna, pois o que se vê hoje são alunos que pagam para imprimir trabalhos já prontos, às vezes não se dando o trabalho de ler o conteúdo. Desse modo, considera-se de extrema importância trabalhar o ensino da Geografia, da localização do espaço por meio de mapas mentais, pois são as discussões e propostas advindas dos estudos que aos poucos possibilitarão ao professor encontrar alternativas e sugerir mudanças que contribuam para novos conhecimentos. Corroborando assim com os estudos de Kozel (2007), onde assegura que a forma de linguagem que retrata o espaço vivido representado em todas as suas nuances, cujos signos são construções sociais.

Assim sendo, este trabalho refere-se à pesquisa sobre “Os Mapas Mentais no Processo de Aprendizagem dos alunos da Escola Joaquim Caetano da Silva: Oiapoque-Amapá”, com o objetivo de analisar o ensino - aprendizagem dos alunos, através do uso do Mapa Mental, visando despertar o interesse do aluno por essa área do conhecimento.

Segundo os procedimentos realizados por Lakatos e Marconi (2011, p. 253), os autores pontuam que, “o trabalho científico de modo geral, inicia-se com a coleta de dados, sejam eles bibliográficos ou de pesquisa de campo, supostamente importantes para um referido problema”. Com isso mostrar aos alunos a importância dos mapas mentais como expressão e linguagem do cotidiano para que eles possam compreender a percepção ambiental por meio dos mapas mentais, além de elencar o mapa mental como recurso importante para a expressão das ideias que envolvem o meio ambiente, em especial no ensino da Geografia, construindo

assim uma análise do cotidiano para que os alunos possam entender e desenvolver os diferentes arranjos socioespaciais presentes em seu município.

Para isso, foi realizada uma pesquisa especificamente com os alunos do ensino fundamental II da referida Escola, localizada na cidade de Oiapoque/AP. Para alcançar os objetivos desta pesquisa foram realizados primeiramente levantamentos bibliográficos sobre o tema em livros, artigos científicos, teses, monografias, dissertações, além de sites. Para adquirir o resultado foi realizado trabalho de campo em sala de aula, com explicações sobre o conceito de Mapa Mental e Meio Ambiente e a partir daí os alunos construíram os mapas mentais de acordo com o seu cotidiano mostrando os impactos, suas vivências, experiências, lembranças, o lugar onde vivem e representados através do mapa mental, com informações e dados da vida de cada aluno vivido no dia a dia. Com o material colhido sobre o tema abordado em sala e construído pelos próprios alunos e, juntamente com o material teórico, foi possível estruturar este trabalho. A abordagem utilizada na pesquisa foi qualitativa.

Espera-se que o texto venha a auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, professores e pesquisadores no entendimento acerca da percepção ambiental através do uso de mapas mentais e, que estimule discussões construtivas no uso do mapa mental como uma ferramenta importante em sala de aula.

MAPAS MENTAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

O mundo de hoje tem passado por muitas transformações e tem se tornado, de certa forma, cada dia mais complexo. Uma das causas desse processo advém do desenvolvimento tecnológico e do avanço dos meios de comunicação que interferem diretamente ou indiretamente na vida das pessoas (MORAES, 2008).

Com essas mudanças no mundo, o papel da escola também mudou, pois não é mais o único lugar onde se divulgam os conhecimentos, agora ela compete ou compartilha com outros canais de informações. Nesse contexto de mudanças, a Geografia que antes tinha a função de trazer informações sobre povos, nações, hoje enfrenta novos desafios para contribuir no entendimento do espaço. De acordo com Moraes (2008, p. 21):

Há necessidade de considerar o saber do aluno e sua realidade; de encará-lo como sujeito do processo ensino-aprendizagem; de transformar as informações científicas em conteúdos didaticamente assimiláveis, considerando sua idade, seu nível de desenvolvimento mental, suas condições de aprendizagem e socioeconômicas; de o professor investigar sua prática para modificá-la.

Conversa informal e formal com os alunos na sala de aula ou fora da sala, podem constatar que eles acham os mapas bonitos, e ao mesmo tempo complicados, outros acham que mapa é apenas para se pintar, não conseguem compreender muito bem como podem ser usados. Que a disciplina de Geografia é cansativa, sem criatividade, decorativa, levando os alunos a ficarem sem disposição para acompanhar as aulas, pois as mesmas ficam sem sentido, levando os alunos a decorar os conteúdos.

Moraes (2008) enfatiza que a eficácia do processo ensino-aprendizagem, está relacionada com a forma e as estratégias como o professor utiliza os materiais didáticos. Os materiais

didáticos podem incentivar a observação e a atração dos alunos sobre o que ocorre ao seu redor, motivando-os na busca de novos conhecimentos. Pois quando a aprendizagem não pode ocorrer a partir das experiências de vida, isto é, a partir do meio onde o aluno está inserido, o uso do material didático pode possibilitar esse aprendizado, representado da melhor forma possível, situações que favoreçam a compreensão do aluno.

A Cartografia é uma ciência e ao mesmo tempo uma técnica, que pode ser entendida como uma arte em levantar dados, redigir e divulgar mapas. A Cartografia faz parte da história dos homens, pois desde o princípio, eles precisavam demarcar seus caminhos, os lugares com abundância de comida e água. Faziam isso, inicialmente, através da mente, da memória, desenhavam nas paredes das cavernas, mais tarde usaram a argila, bambu, pergaminho e papel eram seus meios de comunicação (IBERTI, 2010).

Iberti (2010) contribui ainda que a longa história da Cartografia reflete a importância desta para os homens de todos os períodos históricos, pois as questões espaciais, para serem entendidas e resolvidas, necessitam da utilização de instrumentos cartográficos. Por isso, dentro do ensino de Geografia, o estudo da Cartografia deve ser destaque, uma vez que este estudo revela como é feita a apropriação, construção e a reconstrução do espaço geográfico, pois está sempre em transformação.

Kozel (2007, p.115):

“os mapas mentais como construções sógnicas requerem uma interpretação/decodificação (...), lembrando que essas construções sógnicas estão inseridas em contextos sociais, espaciais e históricos coletivos referenciando particularidades e singularidades”; significa que todos nós temos nossas particularidades em relações as nossas vivências e experiências, pois dentre os elementos que influenciam na percepção e conseqüentemente na construção dos mapas mentais, leva-se muito em conta a idade, o tempo, as sensações, ou seja, os sentimentos topofílicos e topofóbicos onde estão imbricados os valores, as atitudes e as vivências de cada um.

Quando Kozel enfatiza construções sógnicas, ela quer dizer “algo que tenha significado”, os mapas mentais não são meros desenhos a serem pintados. Eles falam, basta saber interpretá-los. E quando a autora diz sentimentos topofílicos, são os sentimentos de amor, de apego, de raiz que o indivíduo tem com o lugar onde vive ou viveu, ou até ao contrário pode ser também uma relação de ódio.

Cada indivíduo carrega consigo suas lembranças, suas experiências, por exemplo; posso de repente andar pela rua e sentir o cheiro de um peixe frito e esse cheiro me levar para um passado vivido em minha infância e me fazer lembrar quando minha querida avó fritava peixe no seu fogão a lenha, lembranças minhas que só pertence a mim, pois são minhas particularidades. Dessa mesma maneira os mapas mentais podem ser construídos por intermédio de imagens, sons, formas, odores, sabores, porém, seu caráter significativo prescinde de uma forma de linguagem para ser comunicado e interpretado.

De acordo com Kozel (2007), os mapas mentais em sala de aula como recurso didático nas aulas de Geografia, a partir da articulação entre conteúdos, conceitos geográficos e saberes aprendido pelos alunos ao longo da formação escolar. Diante disso, o desenvolvimento dessa proposta prevê, ao mesmo tempo, a formação de alunos construtores de mapas como também leitores críticos do

espaço, a partir da produção de mapas mentais pelos alunos que se valem dos seus conhecimentos cotidianos e dos conteúdos geográficos ensinados na escola e fora do muro escolar.

O mapa é uma representação geométrica plana de toda superfície terrestre ou parte dela. Qualquer representação consiste em uma reprodução incompleta da realidade. Os signos, símbolos ou sinais utilizados nos mapas obedecem a regras definidas para sua compreensão, que constituem a gramática da linguagem cartográfica. A compreensão dessa gramática é indispensável para a eficiente interpretação dos mapas. Há muitos símbolos que podem ser utilizados para representar os dados desejados. (PISSINATI, 2007).

Os mapas mentais confeccionados pelos alunos da Escola Joaquim Caetano da Silva, por exemplo, eles tiveram o mesmo tema, as mesmas vivências do lugar, porém cada um com experiências diferentes. Vários símbolos apareceram em seus mapas e, com certeza várias formas de interpretações. Cada aluno colocou para o papel sua imaginação, mais todos relacionados ao meio em que vivem. Corroborando assim com os estudos de (IBERTI, 2010) onde nos remete que a apreensão de espaços, lugares, realizada pelos seres humanos envolve as trajetórias de vida que cada um percorre, podendo ser lugares conhecidos, direta ou indiretamente, pode ser do espaço vivido no cotidiano (IBERTI, 2010).

As lembranças construídas no presente ou no passado, lembrar de uma viagem pelo simples fato de ouvir uma música, ou sentir medo por lembrar-se da cena de um filme de terror, são trajetórias de cada indivíduo, só que com visões e realidades totalmente diferentes umas das outras. Essas construções na verdade estão associadas diretamente ou indiretamente na vivência e experiência de cada um. Podendo ser atribuídos individualmente ou coletivamente. É fundamental para a construção dos mapas mentais por meio dos sentidos e experiência de cada indivíduo.

Conforme Buttimer (1982, p.172), “trata-se de representações do vivido ou o “mundo vivido” propriamente dito”. São representações, que trocamos ao longo de nossa trajetória de vida, com os lugares que frequentamos, de nossas lembranças, nossas experiências e nossas imaginações. Buttimer (1982) constitui-se como parte inerente para se compreender os mapas mentais, não apenas como uma construção perceptiva que imita a realidade, mas especialmente como uma construção sociocultural. A possibilidade de compreensão perpassa as representações do espaço e adquire as qualidades de representações mentais.

Para Nogueira (2009), os mapas mentais trazem uma representação do real, essa é percebida subjetivamente por cada ser humano. O espaço e o lugar se apresentam nas representações construídas através da percepção e cognição, no mapa mental assim é vivido apreendido e percebido em suas formas tanto concreto como simbólica. Conforme Kozel (2005) os mapas mentais podem ser elaborados com objetivos variados, com o intuito de desvendar trajetos, lugares, conceitos e ideias.

A partir desse enunciado, os mapas mentais se tornam eficazes no processo de ensino e aprendizagem, pois o aluno é visto como ator na construção do processo de conhecimento, de modo que sua percepção e saberes são valorizados, com isso passa a ser protagonista na construção do espaço, ao se inserir diretamente nele. Deve-se sempre levar em consideração o saber empírico que o aluno traz consigo sua experiência vivida no dia a dia, sua idade e sua relação com o lugar. Os mapas mentais ajudam a orientar os indivíduos a compreender os espaços subjetivos e estabelecer conexões com a realidade material, o que implica na ampliação de seu conhecimento e dos conceitos que lhes são apresentados.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997), “a compreensão geográfica das paisagens significa a construção de imagens vivas dos lugares que passam a fazer parte do universo de conhecimento dos estudantes, tornando-se parte de sua cultura”.

A cada instante existe mais do que a vista alcança e do que o ouvido pode ouvir uma composição ou um cenário à espera de ser analisado. Cada indivíduo apresenta uma forma diferente de caracterizar o espaço em que vive e por meio de imagens é possível que outro indivíduo analise e interprete o que se passa na sua mente, as construções sociais estabelecidas ao longo do tempo (PISSINATI, 2007).

Acredita-se que os indivíduos apresentam um modo próprio de interagir com o espaço onde vivem e a representação do meio ambiente construída pelos mesmos é carregada de particularidades, exemplo os alunos que fizeram parte desta pesquisa. Pois a necessidade de considerar o saber do aluno e sua realidade, de encará-lo como sujeito do processo ensino-aprendizagem, levando em conta sua idade, seu nível de desenvolvimento mental, suas experiências, seu conhecimento empírico, suas vivências e suas condições de aprendizagem.

De acordo com Araújo (2009, p.16) “representações formais do ponto de vista técnico-científico, os mapas mentais devem ser considerados acima de tudo uma possibilidade de uso prático no cotidiano da maioria das pessoas, em qualquer lugar do mundo”. A sua experiência pessoal será fundamental para a construção de uma imagem mental na qual ficam registradas as dimensões e formas desses espaços, constituindo, assim, o mapa mental da casa. Essa pessoa só não terá os meios de exprimir seu mapa no papel, mas o mapa apenas na sua mente lhe é suficiente. Por exemplo, uma pessoa cega, o mapa mental em sua mente já lhe é o suficiente para se locomover em sua casa.

Conforme Loch (2006, p. 113)

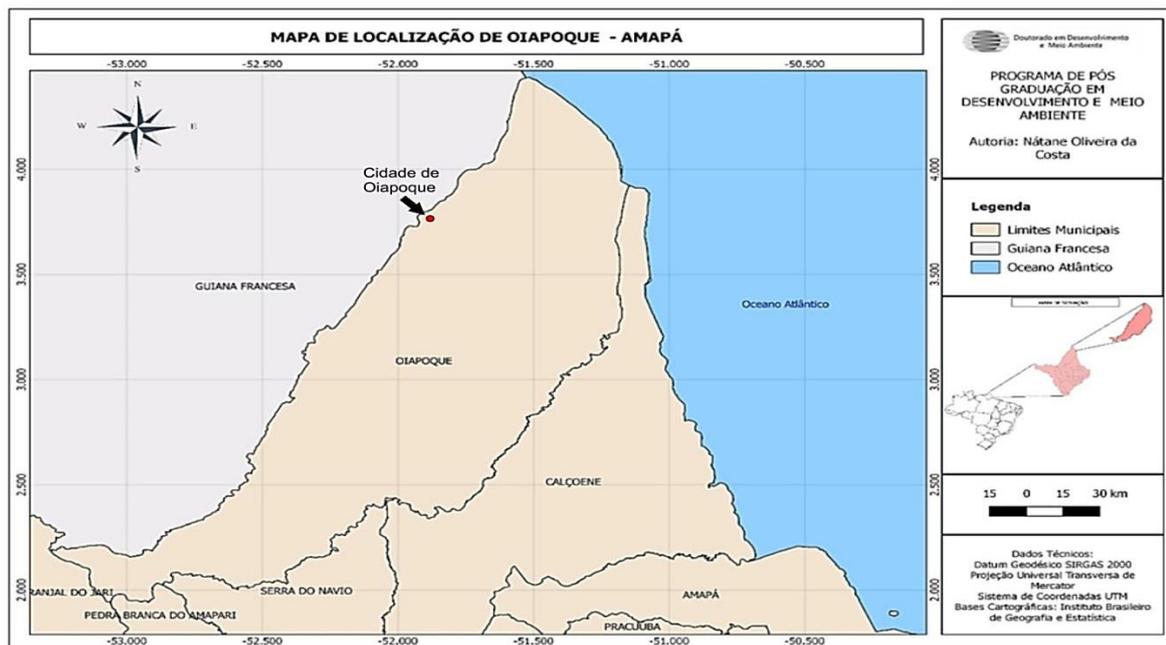
As imagens mentais do espaço geográfico, formadas na mente humana, são denominadas de mapas mentais ou cognitivos. Eles são a imagem de uma área ou lugar que uma pessoa constrói na mente e derivam da experiência nesse local ou da informação que dele tem por vários meios (filmes, livros, jornais etc.).

Logo, na maior parte dos casos, o mapa mental é substancialmente diferente dos mapas reais dos atlas: as distâncias e as direções estão distorcidas, as partes bem conhecidas da área são representadas em detalhe no mapa, enquanto outras, menos conhecidas, são esboçadas ou vaga.

LOCALIZAÇÃO E BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE

O município de Oiapoque está localizado a cerca de 600 km de Macapá, capital do estado do Amapá, limita-se ao norte com a Guiana Francesa, a leste é banhado pelo Oceano Atlântico e a oeste faz fronteira com o município de Laranjal do Jari (Figura 1). Possui uma área de 22.625 Km², população de 22.986 e densidade demográfica de 0,91 hab/km² (IBGE, 2010).

A cidade de Oiapoque é banhada pelo rio homônimo, que flui em direção ao oceano Atlântico separando-a da cidade francesa de Saint' George. A dinâmica socioeconômica do município é sobretudo representada pelas explorações de jazidas de ouro, em sua maioria de exploração ilegal, pesca, turismo e comércio.



Fonte: COSTA, 2000. Adaptado por CORRÊA, 2018.

Figura 1. Localização do Município de Oiapoque e seus limites territoriais.

De acordo com Almeida e Rauber (2017) a exploração do ouro na região de Oiapoque pontuam que, esta região desde o XIX, é marcada pela exploração de recursos naturais, sobretudo o garimpo de ouro, que apesar dos dados oficiais desta atividade ser praticamente inexistente, é possível fazer a associação entre crescimento demográfico e expansão da economia dos últimos 30 anos em Oiapoque, nesse período, houve a consolidação da rede de estabelecimentos comerciais e de serviços, sobretudo os ligados a economia de garimpo, que contribuíram para fundamentar o crescimento socioeconômico da cidade de Oiapoque.

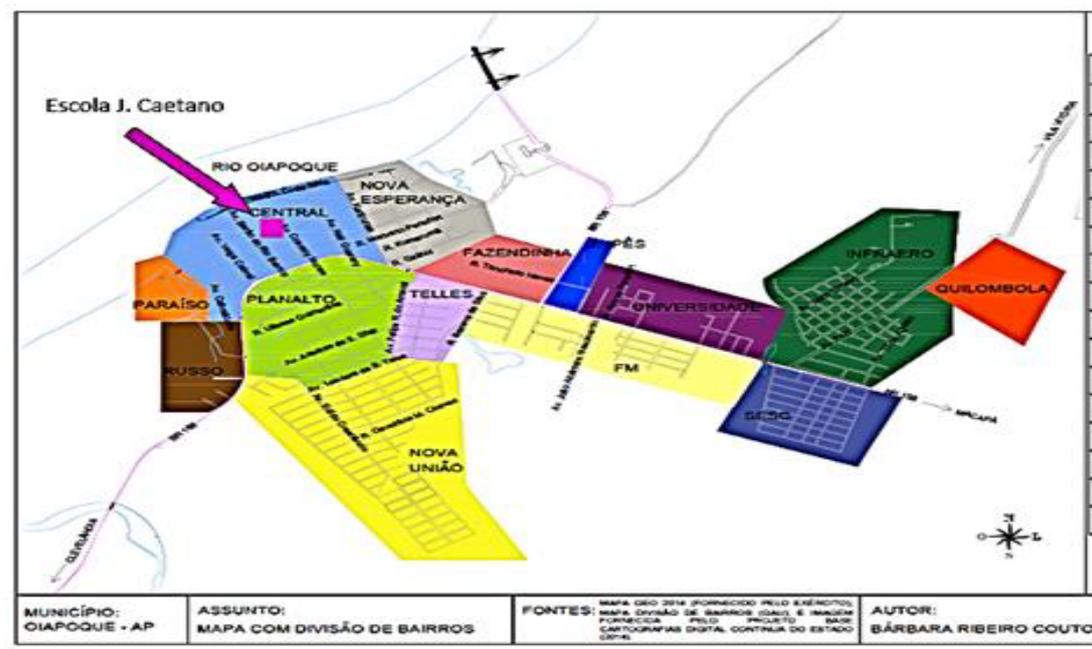
Nascimento e Tostes (2008) enfatizam que a exploração aurífera e o turismo são atividades que desencadeiam significativos fluxos migratórios na cidade - garimpeiros e clandestinos que atravessam o município para a Guiana Francesa, bem como franceses que chegam ao município em busca de diversão e mercadorias, preços favorecidos pelo câmbio entre as moedas de euro.

Serviços fundamentais, como saneamento básico, infraestrutura, transporte, educação e saúde são deficientes no município. De acordo com o IBGE (2010), é reduzido o número de domicílios particulares permanentes com banheiros ligados à rede geral de esgoto, abastecimento de água e coleta regular de lixo. Soma-se a isso o deplorável estado da BR-156, rodovia que dá acesso ao município, que ao se encontrar parcialmente pavimentada impossibilita nos períodos chuvosos o tráfico das pessoas e de mercadorias, repercutindo intensamente sobre a vida da população local, pois eleva o custo do frete, encarecendo os produtos de primeira necessidade.

ÁREA DE ESTUDO

A Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva está localizada na cidade de Oiapoque/AP (Figura 2). A escola foi fundada em 05 de março de 1946 pelo Governador do Território Federal do Amapá Major Janary Gentil Nunes, com o nome de Grupo Escolar Joaquim Caetano da

Silva, em 1976 com o parecer 54/76 passou a escola de 1º grau, o qual regularizava o ensino de 1º a 4º série, sendo que em 1993 recebeu uma nova nomenclatura, passou a ser Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva.



Fonte: Couto, 2017. Adaptado por CORRÊA, 2018.

Figura 2. Área Urbana de Oiapoque, localização da E. E. Joaquim Caetano da Silva.

A Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva (Figura 3) é um instituto de ensino, onde são aplicadas modalidade de Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos- EJA, tendo como órgão mantenedor a Secretaria de Estado da Educação – SEED, sob o número da Portaria 155/80. (PPP, 2017, p. 5).



Foto: Francinete Corrêa, 2017.

Figura 3. Vista da fachada frontal com destaque para o portão principal e faixa de identificação da Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva.

Atualmente, a escola funciona nos três turnos sua categoria discente é composta de 1.021 alunos sendo 1º turno 322 alunos, 2º turno 316 alunos e 3º turno 383 alunos nas modalidades de Ensino Fundamental II, Ensino regular e EJA/Fundamental e Médio. Projeto Político Pedagógico (PPP. 2017, p. 11).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho foi necessário dividi-lo em 4 etapas:

1ª etapa: levantamento bibliográfico de dados secundários;

2ª etapa: obtenção dos dados primários em sala de aula;

3ª etapa: análise do material obtido na escola;

4ª etapa: redação final da pesquisa.

Na primeira fase da pesquisa, foi realizado o levantamento bibliográfico sobre o tema em livros, artigos científicos, teses, monografias, dissertações, além de sites. No segundo momento foi estabelecido um cronograma de visitas à escola para uma apresentação do projeto de pesquisa e poder se aproximar dos docentes da disciplina de Geografia e, realizar o acompanhamento do trabalho didático-pedagógico de Geografia nas aulas do ensino fundamental II, em três turmas (6º ano A, 6º ano B e 9º ano) principalmente acerca da utilização dos Mapas Mentais.

Durante está etapa foram necessários alguns materiais para suporte, como câmera fotográfica, papel sem pauta e lápis de cor. A escola e os alunos foram receptivos, colaborando significativamente com a pesquisa, em especial a professora que não mediu esforços para colaborar na aplicação dos mapas mentais em sala de aula.

Estrategicamente, o trabalho desenvolvido foi realizado em 3 (três) turmas, sendo uma (01) aula para cada turma com duração de 45 minutos cada. Na primeira turma do 6º Ano “A” do fundamental II estavam presentes 38 alunos em sala de aula a faixa etária dos mesmos era entre 11 a 12 anos de idade. Na turma do 6º Ano B, havia 32 alunos presentes em sala de aula à faixa etária dos alunos era entre 11 a 13 anos de idade. Na turma do 9º Ano, havia 20 alunos em sala e a faixa etária dos alunos era entre 14 a 16 anos de idade.

Vale ressaltar que foi explanado o conceito de Mapa Mental e a apresentação da temática a ser abordada “Percepção Ambiental da cidade fronteira de Oiapoque/AP”, em cada turma pesquisada. A partir da explicação foi solicitado que cada aluno fizesse um trabalho individual a partir da sua imaginação, não se submetendo a influência dos trabalhos dos colegas.

Na terceira etapa, foi realizada a análise dos mapas, os quais totalizaram 90 mapas, mas foram selecionados apenas vinte para realizar as discussões. Na quarta e última fase foi realizada a redação da pesquisa obtendo assim, uma conclusão dos alunos em relação dos mapas mentais, levando em consideração a idade do aluno, suas vivências e suas experiências.

Buscou-se com essa pesquisa compreender as relações socioespaciais existentes na fronteira franco-brasileira e como essas relações influenciam de várias formas na percepção ambiental dos alunos da Escola Joaquim Caetano da Silva. A pesquisa foi desenvolvida no período matutino, durante o mês de novembro de 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o apoio da pesquisa bibliográfica, a visita na escola e a aplicação da metodologia nas turmas selecionadas para realização da pesquisa, foi possível obter um total de 90 mapas mentais nas 3 (três) turmas, desses foram selecionados 20 (vinte) que apresentaram melhores condições para serem analisados.

Vale ressaltar que foi explanado o conceito de Mapa Mental e a apresentação da temática que abordou o tema “Percepção Ambiental da cidade fronteiriça de Oiapoque/AP”, metodologia aplicada em cada turma. A partir da explicação foi solicitado que cada aluno fizesse um trabalho individual a partir da sua imaginação, não se submetendo a influência dos trabalhos dos colegas.

Foi solicitado que cada aluno fizesse um trabalho individual a partir da sua imaginação “Percepção Ambiental da Cidade Fronteiriça de Oiapoque/AP”, tanto nos aspectos ambientais como sociais. Para tanto, os alunos permaneceram sentados realizando o que foi solicitado a eles. Enquanto os alunos trabalhavam sua imaginação era possível observar em cada aluno que os mesmos usaram sua criatividade em representar o meio ambiente através do mapa mental.

Na Figura 4 representada pelas letras (A, B, C e D) é possível observar os alunos das turmas dos 6º anos, interagindo e construindo os mapas mentais.



Fonte: Lissandra Pinto, 2018.

Figura 4. (A, B, C e D). Alunos dos 6º Anos das turmas A e B da Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva na construção dos mapas mentais.

E na Figura 5 representada pelas letras E e F, mostram os alunos da turma do 9º ano na construção dos mapas mentais.



Fonte: Lissandra Pinto, 2018.

Figura 5. (E e F) Alunos do 9º Ano da Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva na construção dos mapas mentais.

Ressalta-se que foi sugerido que os alunos colorissem os desenhos, tanto que foram disponibilizados lápis de cor para quem precisasse. Porém, alguns alunos se recusaram a utilizar lápis de cor, pois já tinham seus próprios. Durante a realização dos desenhos nos mapas, foi sugerido que todos os alunos assinassem seu nome completo e idade no mapa. Após o término das aulas os dados foram registrados e os trabalhos recolhidos. No final constatou-se que cada aluno produziu um mapa mental representando o meio ambiente.

A análise foi realizada utilizando a Metodologia Kozel (2001), que consiste em uma apreciação no que tange à interpretação de representações gráficas que no caso dessa pesquisa, tratou-se do mapa mental na representação do Meio Ambiente. Ao construir os mapas mentais, os alunos necessitam perceber os elementos do espaço vivido. Isso não é uma tarefa fácil, exige conhecer o lugar, o ambiente local.

Os mapas mentais construídos pelos alunos são imagens e representam uma articulação entre os elementos constitutivos do espaço vivido, demonstrando como eles entendem o meio ambiente no seu município. A linguagem dos mapas é a semitização que os alunos fizeram, levando em consideração o espaço de vivência, de sensações e de percepções, lembranças do meio em que eles estão inseridos. O mapa mental permite observar se o aluno tem a percepção efetiva da ocorrência do fenômeno no espaço e condições de transpor essa informação para o papel. Através dessa atividade, ele trabalha com todos os elementos essenciais da cartografia quanto a sua forma de expressão. Pode-se, também, levar os alunos a questionar as situações concretas que vivenciam em seu cotidiano, estimulando-os a procurar respostas para os problemas sociais e ambientais.

Desse modo, o aluno poderá compreender melhor a sua realidade, ajudando a construir e reconstruir a realidade do mundo e transformando-se em um agente ativo do processo de transformação.

INTERPRETAÇÃO DE KOZEL

A metodologia de Kozel (2007) é baseada no diálogo, evidenciado nos mapas mentais aplicados em sala de aula, não são apenas ícones, desenhos dispersos e coloridos sobre uma folha de papel, os mapas têm sua própria linguagem, cabe interpretá-los, são os signos que representam o diálogo do sujeito com sua realidade, com suas experiências e vivências.

A construção dos mapas do ambiente sócio-espacial construídos pelos alunos proporcionou diferentes relações com o espaço em que eles estão inseridos, pois os mapas mentais representam o próprio ambiente externo dos alunos que estavam em sala de aula, com isso buscou-se relacionar o resultado do próprio sujeito com seu cotidiano, ou seja, olhar daquele aluno sobre sua própria cidade, ele conseguiu perceber, observar e descrever o que lhe rodeia. Segundo Kozel, (2007, p.133) o processo de interpretação, que é embasada em uma linguagem dialógica em que a reflexão dos signos revele uma construção social e cultural, a autora delinea ao seguinte ponto para a análise dos mapas mentais;

1- Interpretação quanto à forma de representação dos elementos da imagem;

2- Interpretação quanto à distribuição dos elementos na imagem;

3- Interpretação quanto à especificidade dos ícones:

Representação dos elementos da paisagem natural

Representação dos elementos da paisagem construída

Representação dos elementos móveis

Representação dos elementos dos humanos;

4- Apresentações de outros aspectos ou particularidades.

Usando a metodologia de Salette Kozel, percebeu-se que nos mapas produzidos pelos alunos há diversos ícones, à disposição em perspectiva com elementos das paisagens naturais e construídas. Já a interpretação quanto à especificação dos ícones requer uma análise mais detalhada, pois evidenciam aspectos mais complexos. Nota-se que se trata de um universo permeado pelo simbólico em que perpassam vários elementos para a composição das imagens.

O aluno em questão expõe de maneira evidente a arquitetura do local, com detalhes as ruas, a ponte binacional, os barcos, a paisagem natural, a paisagem modificada, a paisagem construída, o odor do lixão, o rio, o outro lado da fronteira, mas a maioria dos mapas deixa de contemplar, ou seja, de mostrar o elemento humano como parte no processo de mudança do meio ambiente.

Visando elucidar tais questionamentos, a pesquisa procurou compreender como ocorreu o processo perceptivo do sujeito sobre o meio ambiente no Município de Oiapoque. Com o aporte da metodologia de mapas mentais delineadas por Kozel (2007), objetivou-se cartografar o processo perceptivo dos alunos sobre a percepção ambiental na fronteira.

Kozel (2007) esclarece que para desvendar o mapa como produto cultural é necessário fazer uma reflexão sobre a construção de imagens como decorrentes da apreensão dos significados, uma vez que refletem compreensão sociocultural dos indivíduos que as produzem, no caso os alunos. A autora define que o processo de construção ou decodificação de uma imagem passa por diferentes filtros e linguagens, particulares de cada indivíduo, que estabelece seus códigos de acordo com sua visão de mundo, com o objetivo de compreender percepções do sujeito sobre o espaço. Os mapas mentais estão cada vez mais em voga, uma vez que demonstram que a representação espacial se dá através da apreensão do real por processos perceptivos dentro de um contexto sociocultural.

Ainda segundo Kozel, (2007), os mapas mentais podem ser elaborados com objetivos variados, com o intuito de desvendar trajetos, lugares, conceitos e ideias. O termo “representação” é

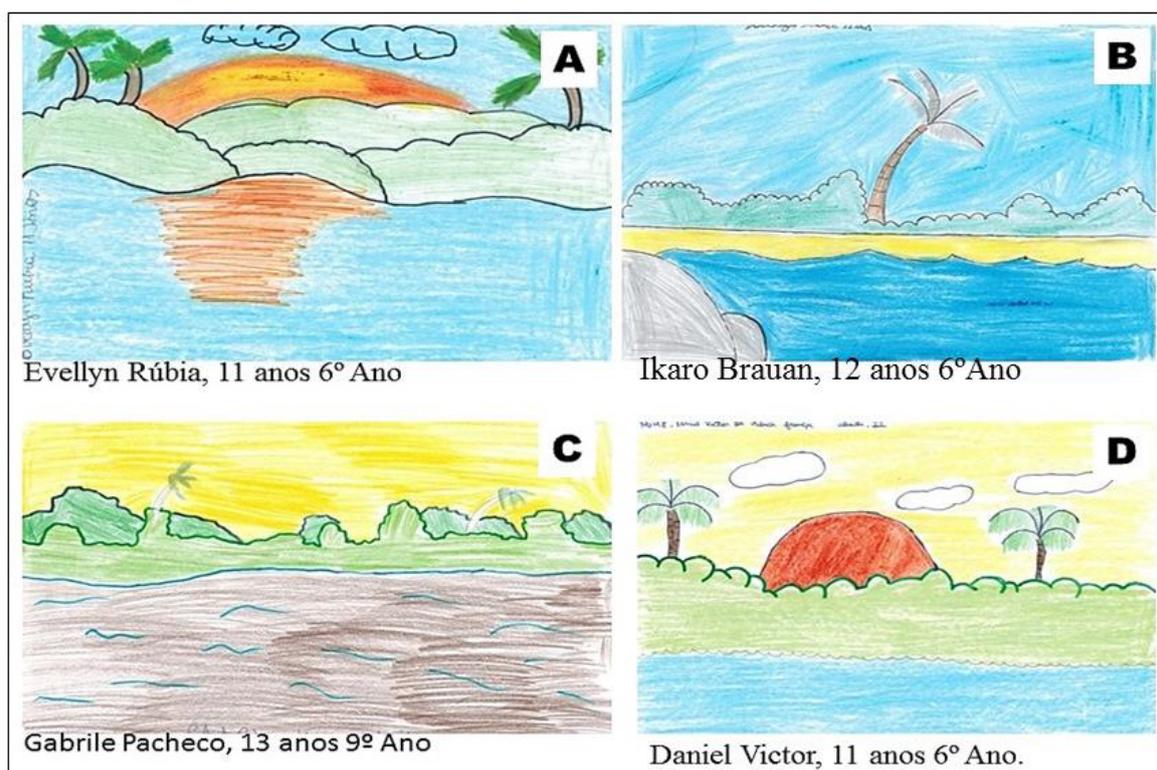
compreendido por Kozel, como o processo pelo qual são produzidas formas concretas ou idealizadas, dotadas de particularidades que possa também se referir a outro objeto, fenômeno ou realidade. As representações podem ser analisadas tanto como produtos, quanto processos, produtos na medida em que são construídas a partir de procedimentos e entrevistas realizadas pelos pesquisadores. Processos, na medida em que retratam análises das transformações sociais e espaciais.

Dessa forma, ao analisar os mapas mentais, foi preciso não pensar neles como meros desenhos sem sentido, e sim focar na intenção do que os alunos quiseram representar.

REPRESENTAÇÃO DO MEIO AMBIENTE PELOS MAPAS MENTAIS

Os resultados obtidos com a construção dos mapas mentais aplicados em sala de aula com os alunos das turmas 6º ano A e B e 9º ano mostrou a compreensão da percepção ambiental dos alunos da Escola Joaquim Caetano da Silva sobre a cidade de Oiapoque. Na Figura 6 representada pelas letras (A, B, C e D).

Paisagem natural



Fonte: Alunos das turmas do 6º e 9º ano da Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva. Adaptado por CORRÊA, 2018.

Figura 6. (A, B, C e D). Mapas Mentais representando o outro lado do rio Oiapoque.

Ao analisar os mapas mentais produzidos pelos alunos na Figura 6, representados pelas letras (A, B, C e D), os alunos representaram o meio ambiente como uma área não modificada pelo homem, uma paisagem natural, ou seja, um lugar sem poluição. Nesses mapas mentais foi empregado à metodologia de Kozel quanto à interpretação dos ícones, propôs uma análise

quanto à representação dos elementos da imagem, a percepção dos alunos em relação ao meio ambiente, passou para o papel, suas vivências, o seu cotidiano, imagens vistas todos os dias, porém, cada aluno tem suas particularidades destacando o outro lado do rio Oiapoque, onde o verde se faz presente, foram identificados apenas os elementos da paisagem natural.

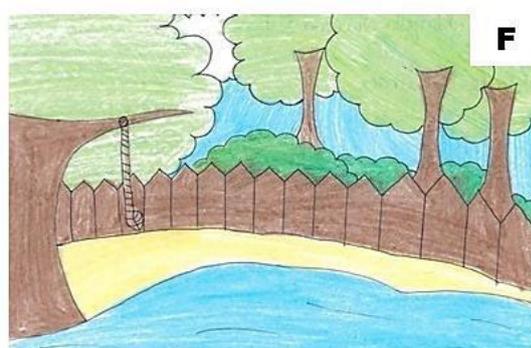
Observa-se também a falta do elemento homem e dos elementos móveis, como parte da natureza. Os alunos identificaram apenas os elementos da paisagem natural, aquela que ainda não foi modificada pelo homem. É possível perceber uma visão romântica e de encantamento pela natureza associada a uma preocupação com a preservação ambiental, constatadas pela presença dos elementos que compõem o mapa mental.

Já na Figura 7 representados pelas letras (E, F, G e H).

Paisagem construída ou modificada



Jesiane Costa, 13 anos 9º Ano



Milena, 13 anos 9º Ano



Alexandra Alcântara, 11 anos 6º Ano



Gabriele Mellos, 11 anos 6º Ano

Fonte: Alunos das turmas do 6º e 9º ano da Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva. Adaptado por CORRÊA, 2018.

Figura 7. (E, F, G e H). Mapas Mentais Representando a Chácara Du Rona.

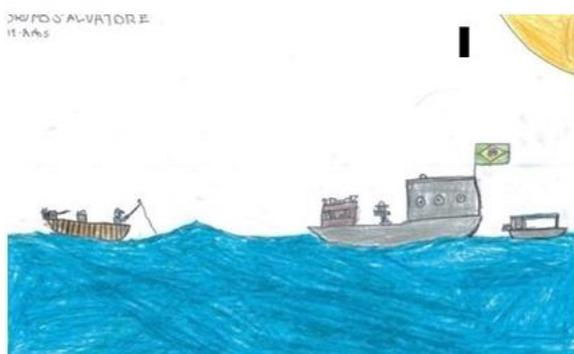
Os mapas mentais representados pelas letras (E, F, G e H) os alunos mostram um dos atrativos turísticos do município de Oiapoque a Chácara Du Rona. Nas imagens os alunos destacam a construção da cerca, isso mostra que a chácara é um ambiente particular, porém aberto ao público, que oferece serviços como; restaurantes, hotelaria, passeios de catraias. Observa-se nesses mapas mentais que os alunos deram destaque a paisagem natural, porém modificada pela ação do homem, aquela paisagem construída, destacando-se o elemento homem como ser modificador do meio em que ele está inserido. Logo, fica evidente, através dos mapas

mentais, a especificidade dos ícones, associada entre natureza e o lazer, momentos em que os alunos vão com a família e amigos.

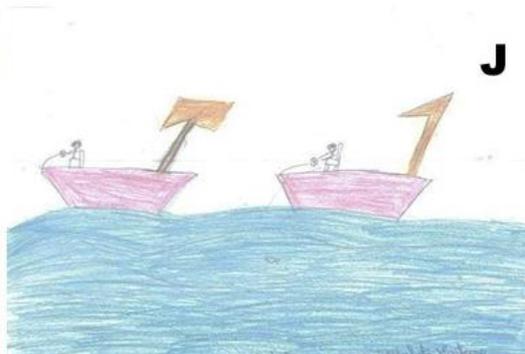
Há uma junção de paisagem natural e construída. Nessas Figuras prevalecerá as lembranças do vivido, lugar que frequentam nos finais de semanas, feriados ou nas férias em que os mesmos sentem vontade de estar sempre ali, desfrutando da natureza.

Na Figura 8 representada pelas letras (I, J, K e L).

Atividade pesqueira



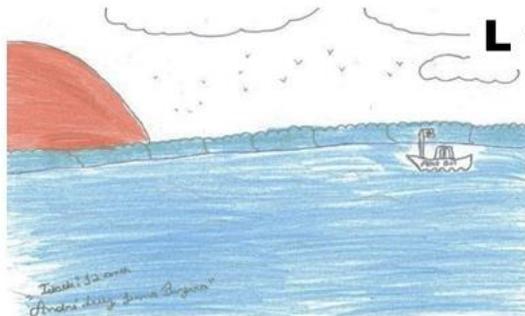
Bruno Salvatore, 11 anos 6º Ano



Saete Monteiro, 13 anos 9º Ano



Gabriela Bahia, 14 anos 9º Ano



André Luiz 12 anos 6º Ano

Fonte: Alunos das turmas do 6º e 9º ano da Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva. Adaptado por CORRÊA, 2018.

Figura 8. (I, J, K e L). Mapas Mentais representando a atividade pesqueira feita pelos alunos das turmas 6º e 9º ano.

Nos mapas mentais representados pelas letras (I, J, K e L), os alunos mostram a atividade pesqueira, muito forte na economia do município de Oiapoque, pois a pesca faz parte de um dos setores econômicos que predominam na região, além de ser muito importante na geração de empregos.

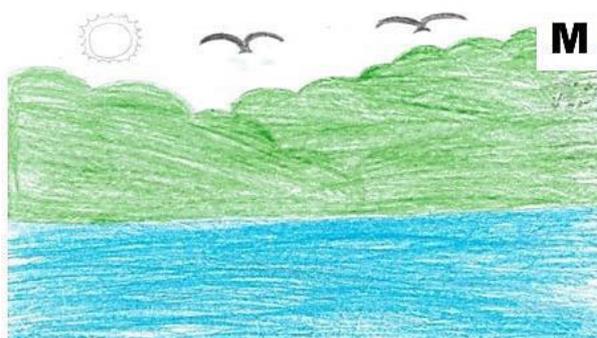
Os barcos são identificados com suas bandeiras a exemplo do Brasil ou da França, devido ao Oiapoque ser uma área de fronteira. E essas características os alunos conseguiram demonstrar em seus mapas mentais, destacando as características de cada barco em alto mar.

Observa-se que a presença do homem e de animais como parte do meio ambiente é uma representação com elementos em perspectiva que demonstra a alteração do meio ambiente no decorrer dos tempos. Há uma junção de paisagem natural e construída e a presença do elemento humano e de elementos móveis, os barcos.

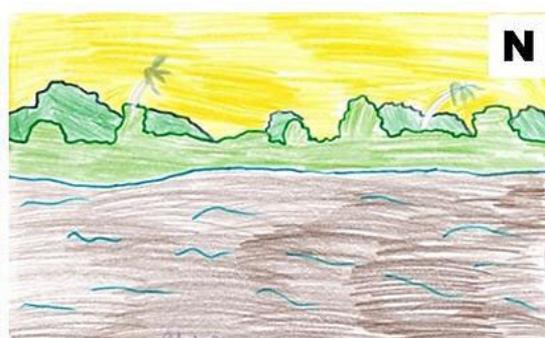
Os alunos relacionaram o meio ambiente com suas vivências, experiências vividas diariamente com seus avôs, pais, irmãos ou vizinhos que são pescadores, a relação entre a natureza e a sobrevivência, onde o homem tira do meio o sustento da família.

Na Figura 9 representada pelas letras (M, N, O e P).

Paisagem natural e modificada



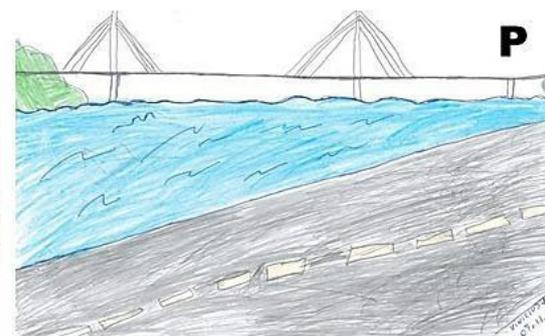
Darlene da Silva, 12 anos 6º Ano



Gabriele, 13 anos 9º Ano



Alan Douglas, 12 anos 6º Ano



Vinicius, 12 anos 6º Ano

Fonte: Alunos das turmas do 6º e 9º ano da Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva. Adaptado por CORRÊA, 2018.
Figura 9. (M, N, O e P). Mapas Mentais representando a Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque produzido pelos alunos das turmas 6º e 9º ano.

Nos mapas representados pelas letras M, N, observa-se uma paisagem natural, onde o rio é mostrado como principal destaque. Percebe-se que os alunos deixaram de fora o homem como parte integrante na natureza. Observam-se nos mapas as lembranças, a saudade dos alunos antes da construção da Ponte Binacional.

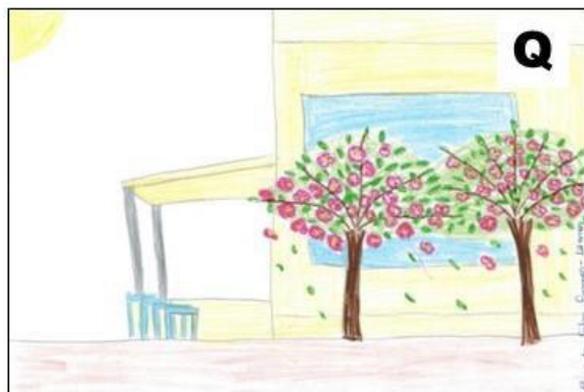
Já nos mapas representadas pelas letras O, P, percebe-se a ação do homem como ser modificador do meio, a paisagem que antes era natural foi modificada pela ação do homem com a construção da Ponte Binacional que interliga Oiapoque e San' Jorge. Hoje uma das atrações turística no município de Oiapoque.

A importância de uma análise ambiental embasada nas perspectivas dos alunos colabora para que os mesmos possam considerar não apenas os aspectos visíveis mais que levem em consideração as lembranças, o olhar do sujeito que é carregado por suas experiências, por seu espaço vivido e que acaba se tornando único.

As imagens oriundas das sensações e percepções dos alunos foram representadas a partir de signos sociais estabelecidos, se caracterizando através dos mapas mentais. É importante destacar que por mais diversificadas que sejam as atividades humanas, elas estarão sempre vinculadas a um tipo de linguagem, o que ficou explícito nas percepções e representações dos alunos.

Observa-se agora na Figura 10 representada pelas letras (Q, R, S e T):

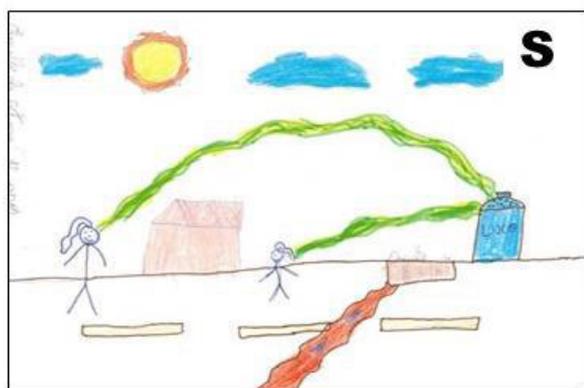
Caminho da escola para casa



Elissa da Silva, 12 anos 6º Ano



Nicole, 13 anos 9º Ano



Emilly de Fatima, 12 anos 6º Ano



Fabiane Ferreira, 14 anos 9º Ano

Fonte: Alunos das turmas do 6º e 9º ano da Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva. Adaptado por CORRÊA, 2018.

Figura 10. Q, R, S, T. Mapas Mentais representando o Ambiente urbano observado durante o percurso dos alunos até a escola produzidos pelos alunos das turmas 6º e 9º ano.

Nos mapas representados pelas letras (Q, R, S e T) os alunos conseguiram relacionar o meio ambiente com o caminho percorrido até a escola, pois são objetos vistos diariamente em seu dia a dia. Na Figura Q, o aluno mostra em seu mapa uma casa com as cores amarela e azul, representando o Banco do Brasil, situado no centro do município, onde o mesmo é bastante movimentado, dando ela destaque as lindas árvores de Ipês, que no mês de novembro fica carregada com suas flores rosa. Há uma junção de paisagem natural representadas pelos Ipês e pela paisagem construída pelo homem, o Banco do Brasil.

Na Figura R, o mapa mental do aluno praticamente deu destaque à paisagem construída, seu bairro, sua vizinhança, a farmácia da sua rua. O homem não aparece na Figura, mas a ação do homem como ser modificador do meio, se vê presente nos mapas através das casas construídas.

Na Figura S, percebe-se através do mapa mental a preocupação do aluno com meio ambiente, com sua cidade, com as pessoas. Vindo á tona os sentimentos Topofólicos, uma relação de amor, de apego que o indivíduo pode ter com o lugar, ou com ambiente em que ele vive. O aluno ao percorrer o caminho de sua casa para a escola passando diariamente perto do lixão, assunto este muito discutido no município de Oiapoque e até o presente momento sem solução. Observa-se ainda que o aluno demonstrou através do mapa mental a realidade em que vive o município de Oiapoque hoje. A aluna relaciona o meio ambiente com a paisagem modificada, o lixo aparece como lado negativo da ação do homem, pois prejudica a saúde das pessoas e fora o odor insuportável para quem mora perto do lixão, o aluno ainda mostra em seus mapas ruas embruacadas e cheias de lama.

Na Figura T, o aluno relaciona também o meio ambiente com o caminho até a escola, porém este aluno demonstra ter dificuldade na orientação sócio-espacial temporal, que é a capacidade que o indivíduo tem de se situar-se em relação aos objetos, as pessoas ou a seu próprio corpo em um determinado espaço. É saber localizar o que está a sua direita ou sua esquerda, à frente ou atrás, acima ou abaixo de si, ou ainda, um objeto a relação a outro.

Os alunos representam, através dos mapas mentais, pouca presença da paisagem natural, onde o que mais aparece são as paisagens construídas pelo homem, como as casas, ruas, o banco, ou seja, são visões percebidas diariamente pelos alunos ao longo percurso da escola até sua casa. Os elementos aparecem de maneira dispersa. Há uma junção de paisagem natural e construída, percebe-se também a presença do elemento humano e a preocupação do aluno em relação aos resíduos na área urbana.

O registro da percepção dos alunos através dos mapas mentais demonstra como esta ferramenta pode auxiliar na análise da construção de uma paisagem na perspectiva de cada aluno.

A metodologia para análise dos mapas mentais proposta por Kozel (2007), se torna de grande importância, uma vez que elenca critérios para interpretação dos dados obtidos nos mapas mentais, objetivando compreender a análise do sujeito com o meio que o cerca. Ao delinear um comparativo das percepções sobre o meio ambiente no município de Oiapoque.

Cabe ressaltar que cada mapa mental foi classificado de acordo com a interpretação da autora do trabalho, podendo haver outras interpretações, visto que cada indivíduo apresenta uma forma própria de observar e analisar. Em todas as Figuras foram levados em consideração e enumerados quatro aspectos com propósitos de análise:

- Afetividade e encantamento com relação ao meio ambiente (os mapas das paisagens naturais)
- Natureza e lazer (propriedade privada, chácara Du Rona).
- Meio ambiente e sobrevivência (os mapas relacionados à atividade pesqueira)
- Paisagem natural e modificada (mapa da Ponte binacional)
- Paisagem modificada pela ação do homem (mapas caminho da escola para casa)

A metodologia de Kozel propõe o levantamento e a análise de mensagens veiculadas pelos mapas mentais como desenhos a serem desvendados e interpretados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs analisar a percepção dos alunos da Escola Joaquim Caetano da Silva sobre a questão Ambiental da cidade de Oiapoque por meio de produção de Mapas Mentais. Foi possível trabalhar um conceito a partir dos conhecimentos prévios de cada aluno, levando em

consideração a idade, suas vivências, por meio de uma atividade diferenciada que estimulasse a imaginação e a habilidade de desenho e pintura de cada um.

O registro da percepção ambiental dos alunos por meio dos mapas mentais possibilitou um maior conhecimento acerca do entendimento dos mesmos com relação à temática abordada em sala. Cabe ressaltar que é viável utilizar a confecção de mapas mentais e análise a partir da Metodologia de Kozel em várias temáticas desde que os objetivos sejam coerentemente planejados e que se leve em consideração o público-alvo envolvido na pesquisa, que neste caso foi os alunos do Ensino Fundamental II.

A temática envolvida é pertencente à realidade dos alunos, houve diferenciação em relação ao resultado, quanto aos elementos da paisagem natural e paisagem construída na representação do Meio Ambiente da cidade de Oiapoque. A elaboração e análise dos mapas mentais foi de grande valia, pois torna possível ao professor identificar as diferentes ideias presentes em seu aluno e auxiliar na construção/reconstrução de conceitos.

No entanto, a pesquisa em questão atingiu seu objetivo principal de analisar e conhecer a percepção dos alunos através dos Mapas Mentais, referentes à temática “Meio Ambiente”, os quais foram interpretados de acordo com a Metodologia Kozel, visando à emergência do entendimento dos alunos com relação ao tema eleito, auxiliando-os na revisão de conceitos e produção de saberes voltados a uma visão mais ampla e crítica da questão ambiental contemporânea.

Assim, a utilização de Mapas Mentais, sua codificação e posterior debate é uma alternativa favorável para que os professores estimulem seus alunos a terem atitudes corretas com relação ao meio ambiente e disseminem essa ideia ao máximo de pessoas, para que dessa forma possa ampliar-se o conhecimento e o senso crítico dos alunos, perante a temática ambiental e proporcionar aos mesmos a sensibilização quanto à necessidade de cada indivíduo fazer a sua parte com relação ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. S.; RAUBER, A. L. **Oiapoque, aqui começa o Brasil: A fronteira em construção e os desafios do Desenvolvimento Regional**. Universidade Federal do Amapá – Oiapoque – AP – Brasil, 2017.
- ARAÚJO, P. C. **Os mapas mentais e a representação informal dos lugares**. Natal. RN: Edufran, 2009.
- BERTÉ, R. **Gestão Socioambiental no Brasil**. Curitiba: Inter, Saberes, 2013.
- BERTIN, M. **Turismo como possibilidade de reflexão das representações sociais e espaciais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia, Porto Alegre, RS: 2014.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- BUTTNER, A. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. São Paulo: Difel, 1982.
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia Alternativa, 2002.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva**. Oiapoque/AP, 2017.
- IBERTI, A. R. C. **A utilização dos mapas mentais na representação do lugar**. UFBA - IGEO

- Mestrado em Geografia. 2010.
- KOZEL, S. **Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba “capital ecológica”**. 2001. (Tese de doutorado). São Paulo. USP.
- KOZEL, S. **Mapas como construções socioculturais**. In: SEEMANN, Jörn (Org.). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.
- KOZEL, S. **Mapas mentais: Da percepção e cognição à representação: reconstrução teórica da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. I. – 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- LOCH, R. E. N. **Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental – Primeiros Ciclos – História e Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997, p.166.
- MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental – Terceiro e Quarto Ciclos – Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. – 2 Ed-Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- NASCIMENTO, O. A.; TOSTES, J. A. Oiapoque - Aqui começa o Brasil: as perspectivas de desenvolvimento a partir da BR-156 e da Ponte Binacional entre o Amapá e a Guiana Francesa. In: **Anais do VIII Congresso Científico da ANPPAS**, Brasília. 2008.
- MEDINA, N. N. In: TAMAIO. I. **O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 1992.
- MORAES, L. B.. **A cidade em mapas: Goiânia e sua representação no ensino de Geografia**. Goiânia: E. V., 2008.
- NOGUEIRA, A. R. B. **Mapa Mental: Recurso Didático para o Estudo do Lugar**. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **Geografia Em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2009.
- PISSINATI, M. C.; ARCHELA, R. S. Fundamentos da alfabetização cartográfica no ensino de geografia. **Geografia** - v. 16, n. 1, jan./jun. 2007 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.



A PAISAGEM CULTURAL E O TEMPO EM CLEVELÂNDIA DO NORTE – OIAPOQUE – AMAPÁ

Vanilson Oliveira e Silva
Edenilson Dutra de Moura

INTRODUÇÃO

Desde sua existência o homem vem modificando a paisagem natural, principalmente nos locais em que habita, sendo esta uma característica da Humanidade, considerando o homem e sua ampla capacidade de modificar o meio ambiente e a natureza. Desta forma, as análises e pesquisas aqui apresentadas foram realizadas em Clevelândia do Norte, que ainda hoje desperta a curiosidade de algumas, pelo fato, por exemplo, do local não possuir características de um ex-presídio, contudo, o passado de Clevelândia é algo que atrai a atenção de quem procura fatos históricos e geográficos, além de também representar uma temática que revela o passado de Oiaoque. Alguns teóricos acreditam que, a instalação da colônia agrícola na região serviu de fortificação para manter e proteger a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. Contudo, este capítulo possibilita compreender algumas mudanças espaciais que ocorreram na paisagem geográfica ao longo do tempo na área de estudo. Dentre os procedimentos metodológicos utilizados, destaca-se o levantamento bibliográfico, documental e fotográfico, além de observações e registros em caderneta de campo e registros fotográficos sobre a paisagem analisada, no ano de 2017.

Ressalta-se que por vários anos Clevelândia foi chamado de “inferno verde”, nome dado pelos prisioneiros, pelo fato do lugar ser situado no extremo norte do Brasil, cercado de uma floresta equatorial densa e por terem sofrido inúmeras doenças e maus tratos nos períodos em que permaneceram na colônia (Alicino, 1971).

Portanto, considera-se relevante compreender como Clevelândia do Norte foi construída a partir de uma análise geográfica, destacando marcos históricos, analisando as mudanças espaciais ao longo do tempo, a partir da observação na paisagem verificando seus traços em fotos antigas e atuais, e a paisagem do local na memória de poucos moradores que ainda residem em Clevelândia do Norte.

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PAISAGEM

A Geografia tem como base a reflexão, a observação, a compreensão e a interpretação espacial, incluindo a compreensão das múltiplas relações sociais estabelecidas no tempo e no espaço geográfico e nas demais categorias de análise, como a paisagem. Segundo Rocha (2008, p.14), a categoria paisagem é fruto das transformações que o homem produz e organiza ao longo dos tempos, nesse contexto:

Compreender a organização espacial é visualizar uma série de fatores que se interpõe mutuamente. [...]. A paisagem é produto das transformações irregulares que o homem produziu ao longo do tempo. Envolve um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de realizar as coisas, de construir o espaço. A paisagem é cultura, é o universo das condições políticas e econômicas, resultado da implantação espacial das técnicas.

Destaca-se que nossa proposta está inserida em uma abordagem teórico- metodológica onde a paisagem é discutida com elementos culturais, ou seja, por uma abordagem muito presente na geografia cultural, destacando sobretudo, a importância do tempo nas transformações espaciais.

No entanto, sabe-se que existe uma diversidade metodológica para a utilização da paisagem na ciência geográfica, que discute a partir deste importante conceito outras nuances nos estudos. Um exemplo desta diversidade metodológica sobre a paisagem é a abordagem discutida por Silva e Rodrigues (2011, p.4), que destacam a paisagem como uma entidade importante para a compreensão das dinâmicas naturais que é uma importante vertente na Geografia, destacando o conceito de paisagem, para estudos ambientais, por exemplo.

Como afirmamos, o tempo para a abordagem utilizada neste trabalho é essencial; portanto, utilizando-se do pensamento de Milton Santos, onde o autor explica a paisagem através do seu passado, onde se pode observar essa evolução social, sendo possível verificar isso em cada momento da história. Assim, a paisagem se torna uma ferramenta preciosa de análise do espaço geográfico, onde foi possível observar esta perspectiva em Clevelândia do Norte (SANTOS, 2012, p.107):

Se queremos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento.

A paisagem na Geografia é uma ferramenta muito importante para compreendermos a organização do espaço geográfico e ainda podemos utilizá-la como instrumento metodológico, muitos geógrafos dedicaram-se na produção do conhecimento geográfico, e sobre este importante conceito, um deles como já destacamos é Milton Santos, que em vários momentos de sua obra ressalta a importância da paisagem, na citação seguinte, vemos a sua preocupação em conceituar esta categoria (SANTOS, 1994, p.61):

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons.

Ainda seguindo do pensamento do referido autor que aborda a questão da essência da paisagem na Geografia, na tentativa de chegar ao seu significado (SANTOS, 1994, p.62):

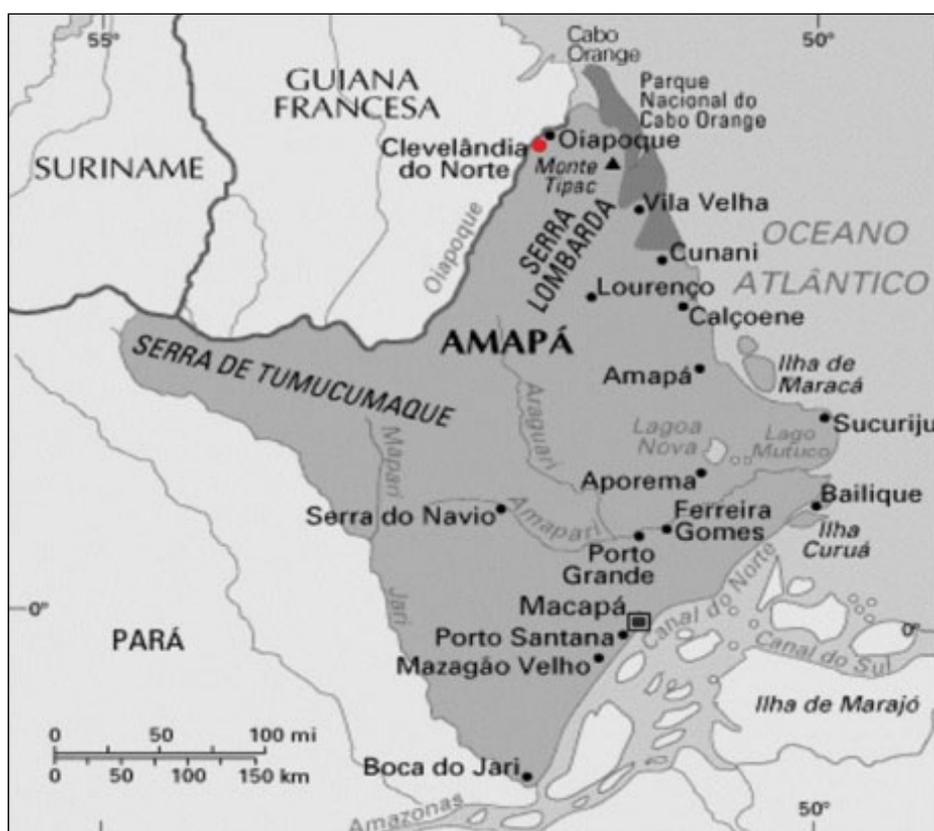
Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro só a aparência.

Podemos considerar, contudo, a paisagem geográfica e cultural como vestígio do Ser Humano sobre a Terra, são traços das atividades que o Homem vem deixando ao longo de vários anos, é uma impressão da sociedade. Em Clevelândia do Norte é possível observar essa impressão através das mudanças que ocorreram na sua paisagem geográfica.

CLEVELÂNDIA DO NORTE: CAMINHOS NO TEMPO E NO ESPAÇO

Clevelândia do Norte está localizada no município do Oiapoque, na fronteira do estado do Amapá com a Guiana Francesa. Segundo o IBGE (2010), a população do distrito de Clevelândia era de 1.253 habitantes sendo 687 homens e 566 mulheres com o total de domicílios particulares de 428 residências, já o município de Oiapoque, segundo o IBGE (2010), a população era de 20.509 e em 2021, a estimativa populacional apontou 27.906 habitantes.

O mapa na sequência (Figura 1), destaca a localização da área de estudo, evidenciando sua localização estratégica sobre a análise e o contexto geopolítico, uma vez que está inserida em contexto fronteiriço.



Fonte: Relações Públicas da Companhia Especial de Fronteira do Exército Brasileiro. Adaptado por Oliveira e Silva, 2017.

Figura 1. Mapa do estado do Amapá, com a localização do município do Oiapoque e o distrito de Clevelândia do Norte, pontuado em vermelho.

Registra-se que a região analisada possui uma cobertura vegetal densa e rica em sua biodiversidade, e em suas proximidades existe a presença de povos indígenas que vivem em

aldeias nas terras indígenas demarcadas, pequenos agricultores e garimpeiros, entre outros atores sociais, como migrantes de outras regiões brasileiras.

BREVE PROCESSO HISTÓRICO DE CLEVELÂNDIA DO NORTE

De acordo com a obra de Padre Alicino (1971), Clevelândia do Norte foi fundada oficialmente em 05 de maio de 1922, onde foram construídos prédios para receber os colonos que foram destacados do nordeste brasileiro para a localidade (ALICINO, 1971, p. 87):

Se a data da inauguração oficial de Clevelândia, 5 de maio de 1922, é de certa aquisição histórica, não da mesma forma chegamos a ter conhecimento da data do começo da atividade colonizadora daquele Centro Agrícola.

Segundo Brito (2008), foi a partir do ano de 1920 que os prisioneiros começaram as construções no centro agrícola de Clevelândia do Norte; esse foi um ano onde ocorreram vários confrontos políticos em diversas partes do país, onde as forças oposicionistas começaram um processo de luta contra o governo oligárquico. O presidente Arthur Bernardes (1922-1926) estava assumindo o governo federal, e até então foi adotada uma brutal política de repressão, criando o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), a colônia de Clevelândia do Norte foi posteriormente transformada numa prisão, para onde foram largados e abandonados centenas de indivíduos, entre eles, tenentistas, sindicalistas, anarquistas, indigentes, e os trabalhadores suspeitos de causar a desordem pública, criminosos dos grandes centros urbanos e menores abandonados. Segundo Alicino (1971), o nome Clevelândia foi uma homenagem ao presidente americano Groover Cleveland.

Ainda segundo o padre Alicino (1971) no ano de 1900 foi assinado o Tratado de Berna ou (Laudo Suíço), documento que definiu que o rio Oiapoque seria o limite territorial entre o Brasil e a Guiana Francesa. Antes da assinatura do tratado, a região foi palco de intensas disputas territoriais entre o Brasil e a França. Após a assinatura do Tratado de Berna, o governo brasileiro organizou uma expedição para vistoriar a localidade, ocasionando na decisão de se criar na região uma colônia agrícola chamada de Clevelândia do Norte. Pode-se dizer que a construção de uma colônia agrícola e posteriormente militar na fronteira funcionaria como elemento “neutralizador” das influências francesas na região, seu objetivo era de ocupar o território nacional na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.

Segundo alguns jornais da época, citados por Alicino (1971) como a Plebe, o Combate e a Nação de 1927, o local abrigava três categorias de presos: os militares do exército libertador, os prisioneiros simples (ladrões, punguistas, vigaristas, salteadores e vadios) e os presos políticos que lutavam contra o governo. Esses foram alguns dos movimentos que expuseram abertamente os problemas sociais brasileiros naquela conjuntura política, onde houve a criação do Partido Comunista e posteriormente as manifestações anarquistas; esses movimentos vinham se opondo à política conservadora das oligarquias, onde grande parte desses prisioneiros veio de uma revolta que ocorreu em Catanduva, São Paulo, outros eram do Rio de Janeiro e outros da própria região.

Segundo o padre Alicino (1971, p.96), ocorreu uma forte epidemia de disenteria bacilar, devido à chegada de presos que vieram do estado de São Paulo, e a epidemia afetou vários prisioneiros e colonos.

Após a chegada dos presos proveniente de Catanduva-SP, rebentou, no meio de todos os moradores de Clevelândia, presos e colonos, uma espantosa epidemia de disenteria bacilar que vitimou a muitos.

A autora Pedrosa (2003, p. 116), analisando as prisões que foram criadas pelo Estado brasileiro durante os anos de 1920 e 1930, faz a seguinte citação sobre o presídio de Clevelândia do Norte:

Dezenas de suspeitos, implicados e inconfidentes, ficaram atulhados em prisões, quartéis e navios. As detenções foram realizadas em massa, como no caso dos 800 trabalhadores esquerdistas, presos e encarcerados num velho navio, sendo ali espancados e mal alimentados. Transferidos posteriormente para a colônia Clevelândia, ficaram sujeitos ao trabalho forçado e às doenças tropicais.

Conforme Brito (2008), durante o funcionamento do presídio o estado de sítio censurou os detalhes das atividades impostas ali à imprensa, onde investigavam os acontecimentos sobre Clevelândia. A imprensa oposicionista apresentava o presídio como desterro na fronteira, e a imprensa notificava sobre os horrores que aconteciam no local.

No distrito de Clevelândia do Norte, restaram algumas fotos bem antigas do passado guardadas nos álbuns de fotografias de familiares de antigos moradores do local ou no departamento das Relações Públicas do Exército Brasileiro, que disponibilizou algumas imagens para esta pesquisa.

Clevelândia do Norte, atualmente, não apresenta traços de uma colônia penal, pois muitas mudanças estruturais foram realizadas ao longo do tempo; essas transformações foram feitas no meio ambiente, ampliando seu território e mudando sua paisagem. Casas de alvenaria foram construídas substituindo as antigas casas feitas de madeira, ruas foram criadas, modificando a planta original da colônia, uma estrada foi construída dando acesso ao distrito sede de Oiapoque, postes foram colocados para a instalação de uma rede elétrica e uma linha telefônica foi colocada ao longo da estrada até o distrito sede.

Diante do exposto, percebemos que a espacialidade de Clevelândia se transformou ao longo dos anos, assim como sua paisagem; hoje o local é uma área militar, poucas pessoas conhecem o passado do distrito, dentro do local, habitam poucas pessoas descendentes dos colonos que viveram no local.

Na sequência veremos como o distrito de Clevelândia do Norte está atualmente, como sua paisagem foi transformada, devido à construção de suas ruas e bairros, como as poucas construções que restaram e mantiveram-se de pé, e ao longo de vários anos, muitas deixaram de existir, outras foram reformadas ou modificadas.

TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS DO DISTRITO DE CLEVELÂNDIA DO NORTE

Analisando o processo histórico de Clevelândia do Norte, através dos relatos de moradores antigos e em documentos e fotos do passado, foi possível refletir sobre a própria história e memória de Oiapoque.

Segundo Fenelon (2000), em sua concepção, a memória é ou será compreendida como um

campo de intensas disputas, onde essas tensões estão interligadas com o passado. A memória está condicionada historicamente por paixões predominantemente ligadas com o domínio em seu tempo, o que afirma que ela, assim como a história, estão em constante transformação.

Para discutir a memória histórica da paisagem de Clevelândia do Norte é possível refletir sobre as fotografias e documentos que rememoram seu passado. Hoje em Clevelândia do Norte pode-se evidenciar sua história através também da própria história do Exército Brasileiro. Existe em uma sala do pavilhão de comando que conta com um pequeno museu que expõe algumas fotografias com legendas evidenciando o surgimento de Clevelândia. O projeto veio com um propósito de trazer alunos de escolas, em trabalhos de campo para conhecer a história e o espaço de Clevelândia do Norte.

A Figura 2 evidencia por meio de uma visão panorâmica do helicóptero do Exército Brasileiro as áreas de Clevelândia do Norte, na Figura tem-se a floresta destinada ao Exército Brasileiro, utilizada para fins de treinamento.



Fonte: Relações Públicas da Companhia Especial de Fronteira do Exército Brasileiro, 2017.

Figura 2. Vista aérea de Clevelândia do Norte distrito de Oiapoque-AP, 2010.

As Figuras 3 e 4, evidenciam a igreja de Nossa Senhora de Nazaré de Clevelândia do Norte, na Figura 3, observa-se na porta um oficial do Exército brasileiro, o tenente Barbosa, e na Figura 4, evidencia-se a igreja de Nossa Senhora de Nazaré, reformada, podemos fazer uma comparação com as duas imagens em épocas distintas.



Fonte da fotografia 3: Relações Públicas da Companhia Especial de Fronteira do Exército Brasileiro. Fotografia 4: Oliveira e Silva, 2017.

Figuras 3 e 4. Igreja de Nossa Senhora de Nazaré de Clevelândia do Norte em 1925 e em 2017.

As Figuras 5 e 6, mostram o antes e o depois da construção do trapiche de Clevelândia do Norte, construído pelos prisioneiros, o trapiche que devido à sua estrutura física se abalou com o tempo, foi substituída, e hoje no local foi erguida uma estrutura conhecida como igrejinha, que consiste em uma réplica da Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, localizada na cidade de Belém – PA. Também encontra-se no local do antigo trapiche uma réplica inaugurada em 15 de agosto de 1993, da fortaleza de São José de Macapá, local muito frequentado por visitantes que se tornou o principal cartão postal de Clevelândia do Norte.



Fonte da fotografia 5: Relações Públicas da Companhia Especial de Fronteira do Exército Brasileiro, 2017.

Fotografia 6: Oliveira e Silva, 2017.

Figuras 5 e 6. Construção do trapiche de Clevelândia do Norte, que foi edificada por prisioneiros e a réplica da Basílica de Nossa Senhora de Nazaré.

As Figuras 7 e 8 evidenciam o antes e o depois do Hospital Simões Lopes de Clevelândia do Norte, onde muitos prisioneiros em épocas remotas foram tratados de várias doenças. O nome Simões Lopes foi alterado posteriormente para “Formação Sanitária do comando do Exército Brasileiro”, e hoje no “FS” existem vários leitos, um consultório odontológico, uma farmácia com alguns medicamentos, militares responsáveis pelo atendimento médico e um veículo que serve de ambulância para emergências.



Fonte da fotografia 7: Relações Públicas da Companhia Especial de Fronteira do Exército Brasileiro. Fotografia 8: Oliveira e Silva, 2017.

Figuras 7 e 8. Antes e depois do atual hospital Simões Lopes de Clevelândia do Norte.

As Figuras 9 e 10 evidenciam o antes e o atual de uma construção chamada de estação do telégrafo sem fio. Nos dias atuais essa construção foi reformada e hoje é conhecida como AP-1, que faz parte do comando do Exército Brasileiro.



Fonte da fotografia 9: Relações Públicas da Companhia Especial de Fronteira do Exército Brasileiro. Fotografia 10: Oliveira e Silva, 2017.

Figuras 9 e 10. Antes e depois de uma construção chamada de estação do telégrafo sem fio.

Hoje na paisagem em Clevelândia do Norte, além dessas mudanças nos espaços que já existiam, podemos evidenciar novas espacialidades e edificações que servem de espaços de lazer e consumo, para as famílias e trabalhadores, como o comércio local, a mercearia, a horta, as Escolas Duque de Caxias e Camilo Monteiro dos Reis, o ginásio e o campo de futebol que os militares compartilham com os moradores.

Na Figura 11 é possível evidenciar o campo de futebol que a Companhia Especial de Fronteira do Exército Brasileiro compartilha com os moradores de Clevelândia do Norte e com as pessoas que moram na sede de Oiapoque, nesse campo são realizados muitos jogos de futebol, sendo um espaço, portanto, de trocas sociais e práticas de lazer.



Fonte: Oliveira e Silva, 2017.

Figura 11. Campo de futebol de Clevelândia do Norte distrito de Oiapoque – AP.

Na Figura 12, mostra a Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Camilo Monteiro dos Reis de Clevelândia do Norte, onde estudam crianças nas séries iniciais.



Fonte: Oliveira e Silva, 2017.

Figura 12. Escola M. de E. I. E. F. Camilo Monteiro dos Reis de Clevelândia do Norte.

As Figuras 13 e 14, apresentam a Escola Estadual Duque de Caxias, onde estudam alunos das séries de 1º ao 8º ano do ensino fundamental e seu ginásio de esportes Cloves da Costa, inaugurado em novembro de 1988.



Fonte: Oliveira e Silva, 2017.

Figura 13 e 14. Escola Estadual Duque de Caxias de Clevelândia do Norte e Ginásio de esportes CEL Cloves da Costa.

A Figura 15 evidencia a igreja evangélica Assembleia de Deus de Clevelândia do Norte que passava por ampliação em 2017, a igreja está localizada ao lado da Escola Duque de Caxias.



Fonte: Oliveira e Silva, 2017.

Figura 15. Igreja Assembleia de Deus de Clevelândia do Norte.

A Figura 16 evidencia a horta de um senhor que todos conhecem como “seu Batalha”, um ex-militar aposentado do Exército Brasileiro, que planta e vende seus produtos para os demais moradores de Clevelândia do Norte, em uma pequena mercearia.



Fonte: Oliveira e Silva, 2017.

Figura 16. Horta em Clevelândia do Norte, do Senhor Batalha.

De acordo com o exposto, é notório que Clevelândia do Norte teve inúmeras transformações ao longo dos anos em sua paisagem que apresenta, traços culturais, revelando o modo de vida de sua comunidade. Nos dias atuais a área é protegida pelo Exército Brasileiro. Destaca-se que é preciso seguir por uma estrada não pavimentada, e que o distrito está a cerca de 5 km distante da sede de Oiapoque. Verificou-se que o local apresenta dinâmicas socioespaciais na contemporaneidade que alteraram a paisagem de Clevelândia do Norte.

Ao chegar na localidade é necessário portar documento de identificação com foto e se estiver com algum veículo, o condutor deve portar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para assim entrar legalmente naquele território militar. Quando a pessoa é moradora, dispensa-se tal procedimento. Quando se trata de um visitante, que irá encontrar com algum morador, quer seja seu parente, conhecido ou amigo, é preciso informar na guarita o nome da pessoa que irá visitar e o bairro. Se for um visitante querendo conhecer ou tirar fotos do local, é necessário possuir a autorização do Sargento, que estará atuando no dia pretendido da visita. Todos esses controles de entrada existem para evitar o acesso de pessoas não autorizadas no local. Destaca-se ainda que no local existem inúmeros postos de serviços do Exército Brasileiro, todos com militares armados.

Contudo, destaca-se que a história desse período mais remoto de Clevelândia do Norte está também na memória de moradores, principalmente de pessoas idosas, que viram as mudanças espaciais ocorrerem na paisagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostra a importância de compreender a espacialidade em sua totalidade, e mostrar o quanto que a paisagem geográfica e também cultural podem ser consideradas como ferramentas

importantes para aprimorarmos nossos conhecimentos sobre a realidade espacial que nos cercam.

Destaca-se que Clevelândia do Norte, diante o contexto analisado neste capítulo, representa uma potencialidade para a compreensão e análise da espacialidade de Oiapoque-AP, sobre seu passado e sobre seu presente, análise que envolve um conjunto de diferentes formas espaciais e de tempos que remetem ao enriquecimento da compreensão histórica e geográfica amapaense e oiapoqueense.

REFERÊNCIAS

- ALCILINO, R.. **Clevelândia do Norte**. Biblioteca do Exército, publicação 420. 1971.
- BRITO, E. M.. **Clevelândia do Norte (Oiapoque):** tensões sociais e desterro na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2008.
- BRITO, E. M. **Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte:** repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa. Mestrado em história, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2008.
- FENELON, D. R. *et al.* Introdução. In: FENELON, D. R. *et al.* **Muitas histórias, outras memórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa_google.shtm?cx=0097910198137>. Acesso em 22 de novembro de 2017.
- PEDROSO, C. R. **Os signos da opressão:** história e violência nas prisões brasileiras. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- ROCHA, J. C. **Diálogo entre as categorias da Geografia:** espaço, Território e Paisagem, dissertação (Mestrado em Geografia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2008.
- SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. Fundamentos. Teórico e metodológico da Geografia. 1994.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço:** (Org), técnica e tempo, razão e emoção. 1ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- SILVA, E. V.; RODRIGUES, J. M. M. Geoecologia da paisagem: Zoneamento e gestão ambiental em ambientes úmidos e sub-úmidos. **Revista Geográfica de América Central**, número especial EGAL, Costa Rica, 2011.

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Luiz Rauber

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2000 e 2012), Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2004) e Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos SócioAmbientais da Universidade Federal de Goiás IESA/UFG (2019). Atualmente é Professor Adjunto do Colegiado de Geografia do Campus Oiapoque da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. Professor vinculado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Geografia Oiapoque e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado) PPGeo/UNIFAP. Endereço eletrônico: rauber@unifap.br

Ana Flávia de Albuquerque

Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2005), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2008), doutora pela Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2020). Professora adjunta do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Campus Binacional Oiapoque. Endereço postal: Rua Lélio Silva, 181, Centro, Oiapoque-AP. CEP: 68.9800-000.

Endereço eletrônico: anflal26@unifap.br

Angreson Patrick Leite Benício

Graduando em Licenciatura em Geografia - Campus Binacional/Oiapoque da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Endereço postal: BR 156, 290 bairro: Russo, Oiapoque – Amapá. CEP: 68.980-000.

Antônio dos Santos Costa

Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Campus Binacional Oiapoque. Endereço postal: Rua 31 de março, 395, Clevelândia, Oiapoque – AP. CEP: 68980-000.

Endereço eletrônico: antoniocosta014@hotmail.com

Audalice dos Santos Feitosa

Licenciada e Especialista em Geografia, ambos os títulos obtidos pela Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional de Oiapoque. Integrante do Grupo de Estudos Urbanos da Amazônia Setentrional (GEURBAS – CNPq – UNIFAP).

Célia dos Santos Narciso

Licenciada em Geografia pelo curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Campus Binacional Oiapoque. Especialista em Geografia Relações Socioespaciais Fronteira franco-brasileira: Ensino e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Campus Binacional Oiapoque. Endereço postal: Rua Odilardo Silva, 380, Laguinho, Macapá – AP. CEP: 68901-017.

Endereço eletrônico: celiasantos8202@gmail.com

Edenilson Dutra de Moura

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), na área de concentração: Ambiente e Desenvolvimento Regional, pela linha de pesquisa: Produção do Espaço Regional (2015). Bacharel em Geografia pela UFMT (2013). Líder do Grupo de Estudos Urbanos da Amazônia Setentrional (GEURBAS / CNPq / UNIFAP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nas seguintes áreas:

Geografia Urbana, Geografia Cultural e no tema: cidade, cultura e fronteira.

Endereço eletrônico: edenilson.moura@unifap.br

Ítalo Cardoso Pinheiro

Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional de Oiapoque.

José Mauro Palhares

Licenciado em Geografia e História pela Universidade do Oeste Paulista (1994), Especialista em Geografia e Planejamento Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC (1998), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2005), Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2011) e Estágio Pós-Doutoral pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2018). Atualmente é Professor Adjunto do Colegiado de Geografia do Campus Oiapoque da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. Professor vinculado a Pós-graduação Lato Sensu em Geografia Oiapoque e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado) PPGEU/UNIFAP.

Endereço eletrônico: jmpalhares@gmail.com

Lissandra Pereira Pinto

Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional de Oiapoque.

Vanilson de Oliveira e Silva

Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional de Oiapoque.

CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS

UM OLHAR SOBRE
O NORTE DO AMAPÁ

VOLUME II

2022

Alexandre Luiz Rauber
José Mauro Palhares
organizadores

